



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA**

SANDRA MARTINS DA SILVA

**O GTAR (GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS) NA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE:
Memória social, intelectuais negros e a universidade pública
(1975/1995)**

Rio de Janeiro

2018

**O GTAR (GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS) NA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE:
Memória social, intelectuais negros e a universidade pública
(1975/1995)**

Sandra Martins da Silva

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Orientador: Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese
Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Helena Theodoro

Rio de Janeiro

2018

CIP - Catalogação na Publicação

S586g Silva, Sandra Martins
O GTAR (GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS) NA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: Memória social,
intelectuais negros e a universidade pública
(1975/1995) / Sandra Martins Silva. -- Rio de
Janeiro, 2018.
143 f.

Orientador: André Leonardo Chevitarese.
Coorientador: Helena Theodoro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de
Pós-Graduação em História Comparada, 2018.

1. Grupo de Trabalhos André Rebouças - GTAR. 2.
Negros Intelectuais. 3. Militância negro-acadêmica.
4. Educação antirracista. I. Chevitarese, André
Leonardo, orient. II. Theodoro, Helena, coorient.
III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

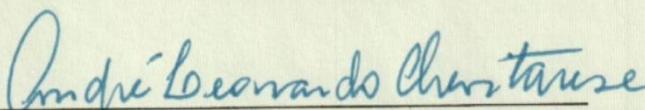
SANDRA MARTINS DA SILVA

O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense:
memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995).

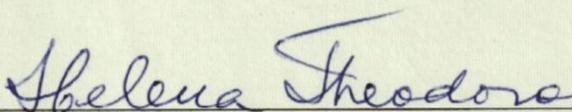
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Comparada no Instituto de História da
UFRJ, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em História
Comparada.

Data da provação: 27 de março de 2018

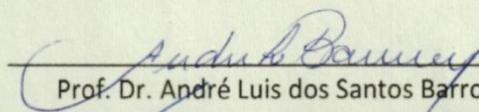
Banca examinadora



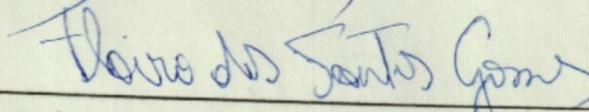
Orientador(a): Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese (PPGHC)



Coorientador(a): Profa. Dra. Helena Theodoro (UFRJ)



Prof. Dr. André Luis dos Santos Barroso (SEEDUC)



Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (PPGHC)

Suplentes

Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes (PPGHC)

Profa. Dra. Carmen Lucia Ribeiro Pereira (UCB)

Para
Clóvis e Eda, vida!
Luiz Carlos e Weyni, esteio e fé!
Ao GTAR, a luta continua!

Agradecimentos

Este trabalho é fruto do acolhimento de várias pessoas, dos movimentos que nos movem, dos impulsos (des)contínuos, diversificados, alienígenas (talvez, quem sabe!) vem de todos os planos a nos afetar no caminhar: seguro?, não! Mas sabemos que não mais sozinhos! Nossa família extensiva é grande, abrange o arco-íris e o alfabeto “negro-africano”.

Primeiramente, agradeço à UFRJ pela oportunidade de desenvolver a pesquisa que aqui apresento; aos professores e funcionários do PPGHC pelo apoio e suporte; para a CAPES pelo financiamento, sem tais amparos, a dedicação exclusiva aos estudos seria inviabilizada;

Agradeço aos meus orientadores: inicialmente Wallace de Moraes, que me proporcionou visões valiosas acerca das ciências políticas, em especial sobre o anarquismo no continente africano. Posteriormente, o professor André Chevitarese que assumiu a orientação juntamente com a professora Helena Theodoro, que com denodo, paciência e firmeza, torneada de incentivos, me apoiaram na caminhada acadêmica.

Agradeço ao professor Flávio Gomes, que há muito incentiva parceir@s de longas caminhadas de militância antirracista a contarem suas narrativas e expertise – material nobre – no treinamento dos novos desportistas para a corrida de revezamento com salto de obstáculos; e, também por ter integrado minha Banca de Qualificação junto com a professora Maria Alice Rezende, aos dois mestres sou muito grata às generosas contribuições para a minha pesquisa;

Impossível esquecer as recomendações de mestres como Petrônio Domingues e Lucimar Felisberto, que com desprendimento me escutaram guiando-me em momentos de turbulência em meio ao mar revolto do Saara;

Um agradecimento aos meus queridos/as mestres/as e colegas do Programa de Pós-graduação em História Comparada, em especial aos confrades do Laboratório de Coordenadoria de Experiências Religiosas Tradicionais Africanas, Afro-brasileiras, Racismo e Intolerância Religiosa (ERARIR/LHER/UFRJ), as trocas foram intensas e recheadas de informações e muito afeto;

E, também um agradecimento especial ao meu amigo Togo Ioruba, o doutorando Gerson Miranda Teodoro, o homem do fino traço que me encantava com sua pro-

sa erudita e do alto de sua experiência de militância pelos direitos humanos dizia, “minha irmã, calma, seja pragmática, vamos estudar”. Obrigada Togo, obrigada Renata;

Um obrigado aos Coletivos Negros da UFF, da UFRJ, e aos querid@s do Coletivo Negro Carolina de Jesus do IFCS que me acolheu com muito carinho e respeito, cujas trocas bilaterais foram importantes para o amadurecimento holístico de todos/as;

Agradeço a professora Iolanda Oliveira por ter-me aguçado a curiosidade para a academia e, ter tido a coragem de criar o espaço PENESB, uma família extensiva. Um lugar de aprendizagens, com pessoas queridas como o professor Sergio da Rocha Souza, iniciador de minhas primeiras cinzeladas acadêmicas. Onde estiver, sei que se orgulha. Também aos irmãos e irmãs, que me fortaleceram nessa caminhada como Salvador, Perses Canelas e Taísa Eduardo, vocês foram dez;

Outro agradecimento vai para aquele que me ajudou a mandar embora o "fantasma do papel em branco", o professor Maurício da Silva. O sistema nos ensina que é normal ser anormal, e ele nos ensina a nos autodesprogramar, com afeto, responsabilidade e treinamento;

Agradeço aos meus amigos, que de maneiras diferenciadas, me ajudaram nesta caminhada, Miro Nunes, Ana Gomes, Roseli Rocha, Marize Conceição, Sebastião Soares, Ivonete Azevedo, Ana Paula Gonçalves, João Alípio e, muitos outros, que por esquecimento não enuncio, mas que desde já peço perdão;

Impossível seria sem a compreensão dos meus pais, Eda e Clovis, dada as ausências, vocês são a minha luz. Assim como também não teria como caminhar sem meu companheiro Luiz Carlos e à minha filha, Weyni, que por inúmeras vezes, tiveram que se adaptar a uma nova concepção de mãe, esposa e jornalista, padrão já conhecido, mas outro desenho se formava que nem eu ao menos sabia o que estava se estabelecendo;

Agradeço a todas as pessoas do meu convívio que acreditaram e contribuíram, mesmo que indiretamente, para a conclusão desta dissertação;

E, em especial às irmãs e aos irmãos da família André Rebouças: Eduardo, Marlene, Rosa, Sebastião, Andreino, Claudinha, Luiz Claudinho, Luiz Claudão, Luiz Carlos, Catita, Ana Cláudia, Regina, Gilberto, Mirão, Selminha, Selma Maria, Ivana;

E, por último à Maria Beatriz Nascimento, um agradecimento especial, pois com ela fui aprendendo a constituir o meu quilombo, meu corpo negro, que busca dar retorno à sua comunidade de origem e incentivar novos/as quilombolas.

Resumo

SILVA, Sandra Martins da. *O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995)*. 2018, 143 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O estudo aborda a memória social da mobilização de negros universitários no Brasil na década de 70, período da ditadura militar, no Rio de Janeiro. Considera-se o protagonismo do GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças), formado por alunos da Universidade Federal Fluminense que, em 1975, instalou a Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira. Anualmente, o seminário reunia especialistas para tratar da temática racial com abordagem nas relações raciais, cujos textos compuseram os Cadernos de Estudos, publicações pioneiras no Brasil na época, cujas ideias principais são aqui analisadas. As reflexões dos principais teóricos do grupo – a historiadora Beatriz Nascimento e o sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira – são alvo de exames. O recorte temporal compreendeu os anos de 1975 a 1995, da fundação até sua inatividade, período em que esteve atuando dentro e fora do espaço acadêmico. Por fim, situo a pertinência do ideário do grupo ainda na realidade hoje.

Palavras-chave: Grupo de Trabalhos André Rebouças; Negros intelectuais; Militância negro-acadêmica.

Abstract

SILVA, Sandra Martins da. The GTAR (Working Group André Rebouças) at the Fluminense Federal University: social memory, black intellectuals and the public university (1975/1995). 143 f. 2018. Dissertation (Master in Comparative History) - Graduate Program in Comparative History, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The study deals with the social memory of the mobilization of university blacks in Brazil in the 1970s, the period of the military dictatorship, in Rio de Janeiro. It is considered the protagonism of the GTAR (André Rebouças Working Group), formed by students of the Fluminense Federal University, which in 1975 installed the Week of Studies on the Contribution of the Negro in the Brazilian Social Formation. Annually, the seminar brought together specialists to deal with racial issues with a focus on race relations, whose texts composed the *Cadernos de Estudos*, pioneering publications in Brazil at the time, whose main ideas are analyzed here. The reflections of the group's main theorists - historian Beatriz Nascimento and sociologist Eduardo Oliveira e Oliveira - are being examined. The temporal cut included the years from 1975 to 1995, from the foundation to its inactivity, during which time he was working inside and outside academic space. Finally, I place the pertinence of the group's ideology still in reality today.

Keywords: André Rebouças Working Group; Black intellectuals; Black-academic militia.

Sumário

Lista de Imagens	12
Lista de Tabelas	13
Lista de Abreviaturas e Siglas	14
Prólogo	16
Capítulo 1: Introdução	19
1.1 – Dos Objetivos	29
1.2 – Das Questões	29
1.3 – Do interesse e da relevância da pesquisa	30
1.4 – Novas Perspectivas	33
1.5 – Percursos Metodológicos	36
1.6 – Os Entrevistados	38
1.7 – Os Caminhos da Escrita	41
Capítulo 2: O Saber Negro	42
2.1 - Primeira Fase (1975 – 1983): Militância Acadêmica	42
2.1.1 – Os Alicerces	46
2.1.1.1 – Maria Beatriz Nascimento	46
2.1.1.2 – Marlene de Oliveira Cunha	48
2.1.1.3 – Maria Maia de Oliveira Berriel	53
2.1.1.4 – Sebastião Soares	58
2.1.2 – Novas Epistemologias	65
2.2 – Segunda Fase (1983 – 1995): Expansão ou Reinvenção	68
2.2.1 – Rotina Organizacional	71
2.2.1.1 – Construção Artesanal	74
2.2.1.2 – Parcerias	76
2.2.1.3 – Nomes	78
2.2.2 – Expansão ou Reinvenção	84
2.2.2.1 - Ciclo de Palestras e Debates sobre a Vida da Comunidade Afro-Brasileira	86
2.2.2.2 – Algumas atividades	91

2.3 – Produções Textuais - Não mais rascunhos	94
2.3.1 - Cadernos de Estudos	94
2.3.1.1 – Projeto Editorial e Gráfico	101
2.3.2 - O Primeiro Boletim: não dá para esquecer!	118
Considerações Finais	127
Referências Bibliográficas	133
Anexos	2

Lista de Imagens

Capítulo 2

Imagem 01: Relatório do DSI sobre a historiadora Beatriz Nascimento.....	50
Imagem 02: Listagem de quem recebeu cópia do III Relatório do Seminário Interno do GTAR – 17/06/89	72
Imagem 03: O sociólogo Carlos Hasenbalg e a historiadora Beatriz Nascimento em uma emana de Estudos, sem data definida	73
Imagem 04: Boton, cuja máscara foi criada por Henrique Nascimento	77
Imagem 05: Pesquisa com moradores mais antigos do Morro do Ingá, em 1978.....	84
Imagem 06: Familiares de entrevistadas acompanham o trabalho. Morro do Cubango, em 1987	85
Imagem 07: No Morro da Chácara, preparo para a entrevista, em 1987.....	85
Imagem 08: Cartaz do Ciclo de Palestras	86
Imagem 09 - Divulgação de relato de experiência ativista em Cuba	91
Imagem 10: Correspondência da Reitoria da UFF para o GTAR em 20/09/1989	100
Imagem 11: I Caderno de Estudos	102
Imagem 12: II Caderno de Estudos	102
Imagem 13: III Caderno de Estudos	103
Imagem 14: IV Caderno de Estudos	104
Imagem 15: Carlos Hasenbalg e Beatriz Nascimento	113
Imagem 16: Correspondência da Latin American Centers	114
Imagem 17: Boletim GTAR – ANO 1 Nº 1 - 1982 // ANO N. 1 – Nº 2 - 1982	121
Imagem 18: Boletim GTAR – Ano IV, Nº 4, AGO/1988 e Ano VIII, Nº 15, MAR/1989	122

Lista de Tabelas

Capítulo 2

Tabela 1 - Ciclo de Palestras & Debates sobre a Vida da Comunidade

Afro-Brasileira 80

Tabela 2 –. Cadernos de Estudos..... 106

Tabela 3 - Boletim GTAR – Núcleo de Produção 124

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACN - Associação Cultural do Negro
AI-5 – Ato Institucional Número 5
ASPI/UFF – Associação dos Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
BBC Brasil – British Broadcasting Corporation Brasil
CEA – Centro de Estudos Africanos
CEAA – Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais
CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COJIRA-RIO – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial
DAs – Diretórios Acadêmicos
DCE - Diretório Central Acadêmico
DSI/MEC – Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FNB - Frente Negra Brasileira
GTAR – Grupo de Trabalhos André Rebouças
IACS - Instituto de Arte e Comunicação Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHF - Instituto de Ciências, História e Filosofia
IEPIC - Instituto Estadual Professor Ismael Coutinho
IPCN - Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
LEHA/IH/UFRJ – Laboratório de Estudos de História Atlântica das Sociedades Coloniais e Pré-Coloniais/Instituto de História/Universidade Federal do Rio de Janeiro
MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
NEAA - Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina
NEABs - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
SINBA – Sociedade de Intercâmbio Brasil África

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TEN - Teatro Experimental do Negro

UCAM – Universidade Candido Mendes

UERJ/FFP – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

Prólogo

O que é ser negro no Brasil? Essa é a pergunta que o Grupo de Trabalhos André Rebouças fez na década de 70 e, a mesma que me faço desde que me vi como mulher negra, jovem e jornalista neste país.

Eu sou vista pela cor da minha pele, marcada por um passado que me estereotipa até hoje. Como bem nos coloca Conceição Evaristo em seu poema *Vozes-Mulheres* (1990):

A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.

Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz da minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes a recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

Conceição Evaristo me dá o alento necessário para apurar os ouvidos, aquecer o coração, abrir a mente e, sem medo, seguir. E, embarco na nau de Maria Beatriz Nascimento, na aventura à descolonização. Como um precioso mantra, um alerta: “devemos conhecer nossa História para saber o que fizemos, de bom e de errado; para depois continuarmos a procurar mais e mais histórias” (NASCIMENTO, 1974:41-45). Esta... é uma, a minha.

Um somatório de fatores me fez chegar até aqui. Os percursos que empreendi não foram feitos sozinhos. Num plano sabia que estava amparada pelo conjunto, com o tempo aprendi que o amparo era em todos os planos, em especial, no ancestral. Não há melhor lugar no mundo para conhecermos a crueza das vicissitudes da vida do que na escola. Lá escutamos e sentimos de tudo: em doses homeopáticas? Não. Em doses cavalares. Entretanto, por mais que em casa tenhamos algum tipo de alento, as marcas vão criando fundas cicatrizes. Comigo não foi diferente como o é para todas as crianças, quaisquer que sejam. Tive uma protetora: dona Lubélia, professora de Matemática do primário. Judia, sabia o que era a rejeição, mas cada qual com seu cada qual. Após presenciar mais uma cena do atual *bullying*,¹ ela veio sentar-se comigo e disse muito séria e afetuosa: “Sandra, minha filha, um dia me deram um presente, que agora passo para você. O estudo liberta. A leitura nos faz viajar”. Eu tinha 9 anos e jamais me esquecerei. De fato é verdade. Meu pai, por seu turno, dizia: “educação e cultura, ninguém rouba”. Uma verdade que minha mãe procurava operacionalizar: transformou-nos em frequentadores assíduos da biblioteca do bairro; fez amizade com os donos da banca de jornal; lia fotonovela enquanto éramos pequenos; e, incentivava as leituras em voz alta na vila entre as crianças (uma forma da turma se aquietar). Por outro lado, observava as atitudes de minha avó materna, liderança feminina de seu bairro. Criou associação de moradores na Zona Oeste entre um tricô e um carregamento de tijolos, pois sozinha criou as filhas, construiu sua casa e mantinha firme a rede de solidariedade entre a família, seu quilombo, onde todos se fortaleciam.

Quanto a questão racial... não!. Porque para uma família de origem nordestina era pedir muito. Fui buscar estas (in)formações por minha conta. Anos 80! Nova era, novo mundo. Jackson Five, Diana Ross, Malcom X, Angela Davis, Harlem Globetrotters, Panteras Negras, Martin Luther King Jr., Cadernos Terceiro Mundo, impérios e-

1 Conforme a Lei nº 13.185/2016, o *bullying* é a intimidação sistemática, com violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. Classificam-se também nesta categoria, ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros. Mais informações disponíveis em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>>, acesso em 22 dez. 2017.

gípcios, *Tutankamon*, Bailes Black, Toni Tornado com seu BR3,² *negra is beautiful*. Foi neste contexto político-cultural que se deu a formação desta pesquisadora e de muitos negros e negras desta geração. Era assim que me via, me sentia e queria me identificar. Não queria mais aquela ditadura que muitas das crianças negras da minha geração conheciam de ter um reflexo que só reflete a imagem do branco. Não queria mais aquele espelho defeituoso. Fui buscar a chave da minha história. E o primeiro lugar foi o IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras). Ali era o iniciar, o despertar.

Em busca de conhecimentos, passei por breves experiências institucionais que discutiam sobre as lutas nos países africanos. Até que um dia o Sebastião Soares me perguntou se não queria participar de uma atividade do GTAR, como auxiliar de pesquisa. Eu já tinha ouvido falar do grupo: *só de gente de universidade, são meio metidos. Sim, claro!* Combinamos para o sábado seguinte, em Niterói, para irmos à reunião na Associação de Moradores do Morro do Ingá. Isso foi em 1985/86. E, só saí quando o grupo ficou inativo.

2 Em 1970, BR3, interpretada por Toni Tornado, junto com o Trio Ternura, vencia o Festival Internacional da Canção com a música BR-3, composta por Tibério Gaspar e Antônio Adolfo.

Capítulo 1

Introdução

Como em várias partes das Américas a população afrodescendente se organizou, entre denúncias e propostas de superação, contra o racismo. Em plena luta por direitos civis afro-norte-americanos, como aconteceu na Colômbia e Venezuela, numa perspectiva sul-sul. No Brasil, quando isso começa? Quais seriam as marcações temporais e locais destas mobilizações? Algumas lutas sociais do Brasil contemporâneo – como as mobilizações negras – foram relegadas ao esquecimento, entre ausências e isolamentos. Outra perda é quanto ao silêncio produzido sobre os intelectuais negros e negras no século XX.

Esta pesquisa tem a pretensão de articular a história do Brasil contemporâneo, análises do *tempo presente* com o tema relações raciais. Respeitando a tradição sociológica brasileira sobre pensamento social e a ideia de raça e os estudos culturalistas de importante geração de antropólogos, investimos em uma *história do tempo presente* sobre a questão racial, considerando as interfaces entre mobilização, memória social e políticas de inclusão. Nosso trabalho propõe a articulação historiográfica entre os estudos sobre ditadura militar, movimento estudantil e redemocratização com as temáticas do racismo e da luta antirracista, pensando no papel dos silêncios da historiografia ao tratar do tema. Assim, o nosso estudo se articula com uma história social do Brasil contemporâneo e suas diversas possibilidades de interlocução e agenda política.

O estudo tem como marco temporal as décadas de 1970 e 1980, período da redemocratização do país, e no Rio de Janeiro, quando houve a articulação do movimento negro (e suas temáticas) com a universidade pública, por meio do GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças), formado por estudantes, autodeclarados negros,³ protagonista de debates sobre a questão racial. O grupo foi pioneiro em ocupar uma dada arena social e realizar seminários e publicações com dimensões originais de intervenções acadêmicas e intelectuais na Universidade Federal Fluminense.

³ Conforme a classificação de cor do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a categoria “negro” inclui indivíduos pretos e pardos nas pesquisas do censo demográfico.

Este tema está inserido no campo das mobilizações sociais e políticas, que nascem da busca por reconhecimento de igualdade e dignidade humana, perpassando pela luta por direitos de acesso aos bens materiais e simbólicos de pertencimento e prestígio na sociedade. Neste período, o país vivenciava o “processo de distensão lenta, segura e gradual do regime militar”, que sinalizava possíveis trilhas para uma dada democracia. A imagem externa mantinha-se inabalável: país onde a paz das cores formalizava a igualdade entre as raças, que ideologicamente encobria as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos. Entre essas mobilizações sociais incluem-se as de contestação ao racismo, violações contra as populações negras, a representação estereotipada do negro na produção cultural e midiática.

Ainda na atualidade, o negro é retratado com estereótipos semelhantes aos dos jornais do século XIX – o das “ocorrências policiais”, aquele que se evadira da servidão compulsória e, mesmo o objetificado como um “negro dependente e serviçal” apropriado e versátil “peça de bom funcionamento” (SCHWARCZ, 1987). Esse uso contínuo de metáforas pejorativas sobre sua imagem emoldura o Outro o amalgamando em “figuras restritas” que orientam “escolhas e gostos” do público (SILVA BORGES, 2012:180).

A formação sócio-histórica brasileira conforma uma sociabilidade racista (sociabilidade enquanto disposição de partilhar regras de convivência social, gerando formas de inclusão e de exclusão), e, como tal, informa a produção simbólica, especialmente a produção simbólica dos meios de comunicação, com destaque para o jornalismo diário, seja a mídia impressa, seja a eletrônica (rádio e televisão). [...] o que rigorosamente chama a atenção é a forma como o negro *aparece* [grifo do autor] no jornalismo impresso diário, no Brasil. O tratamento dado às denúncias de práticas racistas, às reivindicações de grupos negros organizados, às manifestações artístico-culturais negras ou afro-brasileiras, nas notícias e nas reportagens, nos editoriais e nos cartuns, é quase sempre de alta boa vontade, mas boa vontade recortada de deslizes quase sempre racistas (FRANCISCO, 2000:15).

Para o jornalista Bernardo Ajzenberg (2002:34), o racismo na “grande imprensa”,⁴ por vezes, pode ter uma configuração subliminar, por isso a importância da pressão organizada e externa aos veículos para uma efetiva mudança cultural nas organizações. E, uma das formas de mobilização para a temática racial no campo da comunicação se iniciou ainda no alvorecer da imprensa no Brasil e perpassou todos os tipos de suporte, quer sejam a mídia escrita, falada, televisiva ou virtual até a atualidade. Em 1833, o empresário mulato Paula Brito editava *O Homem de Cor*, mais tarde seria intitulado *O*

4 Conforme Mariani (1998:240), a “grande imprensa” pode ser nominada de “imprensa de referência” por ser uma instituição que “exerce uma função social e política”: ela tem o poder discursivo para emitir opiniões como para mediatizá-las (BENEDETI, 2009 apud PEREIRA, 2014: 20). Por outro lado, a imprensa é também um importante “agente socializador” (PEREIRA, 2014:20).

Mulato; embora o jurista Antonio Rebouças tenha patrocinado antes *O Bahiano*, que circulara entre 1828 e 1831. A pauta era a defesa da humanização dos escravizados e a luta pela abolição, além de servirem como “[...] verdadeiro antídoto ao conteúdo preconceituoso e excludente da grande imprensa, a imprensa branca, que legitima a desigualdade, especialmente no que se refere à cor da pele” (FREITAS, 2009: 22).

A “imprensa negra” despontou, conforme se posicionava o jornal *O Clarim da Alvorada*,⁵ em 1929, fruto da necessidade da comunidade negra de ter uma “imprensa alternativa” positiva, que recebeu bastante influência do modelo dos periódicos de colônias estrangeiras, mesmo que alguns carregassem nas tintas dos estereótipos (MOTTA, 1986 apud DOMINGUES, 2008: 31). Tinham que partir de alguma matriz para construir outras possibilidades. O mesmo se deu com a organização de espaços associativos ou culturais dos imigrantes como forma de aglutinação de sua comunidade. Os homens de cor também constituíram suas associações, muitas criando seus informativos oficiais (LEITE, 1992 apud idem). Pesquisas sobre o associativismo negro apontam a existência de organizações e entidades desde o período escravista “que conduzem o movimento social dos negros na luta pelos mais diferentes objetivos políticos, econômicos, sociais e culturais” (FERREIRA DA SILVA, 2012:10). Elas podem ser “consideradas consequência direta da confluência entre o movimento abolicionista, as sociedades de ajuda e de alforria e os agrupamentos culturais negros” (GONZALEZ, 1982:21). Entre elas, a Frente Negra Brasileira - FNB (1931-1937), a Associação Cultural do Negro - ACN (1954-1976), o Teatro Experimental do Negro - TEN (1944-1966), Associação Cultural do Negro - ACN (1954-1967), Centro de Cultura e Arte Negra – CECAN (1971-1981) e o GTAR, entre outras. Como dito acima, praticamente todas elas criaram suas próprias mídias – jornais feitos por/para negros, com conteúdos focados em suas demandas e atividades, mesclando os interesses da gestão da organização e seus associados e, público em geral. Também, existiram outras formas de resistência negra, como os quilombos, sendo o mais famoso o dos Palmares no século XVII.

As transformações sociais ocorridas no cenário mundial desde os anos 1970, como os movimentos negros nos Estados Unidos e na Europa, as lutas independentistas no continente africano, as denúncias contra o regime Apartheid da África do Sul, influenciaram no processo de reorganização de entidades do movimento social negro brasi-

5 Conforme Domingues (2008: 35), o periódico foi fundado, na capital paulista, em 1924, por Jaime de Aguiar e José Correia Leite. O primeiro era funcionário público e o segundo, trabalhava em serviços de drogaria.

leiro neste período. O teatro é retomado pelo CECAN em São Paulo; no Rio de Janeiro, a excluída comunidade negra jovem se identificou com o *soul* do afro-americano, com o estilo *black power* que funcionavam enquanto espaços de politização de jovens nas periferias a partir da estética (GONZALEZ, 1982; BERRIEL, 1988; MONTEIRO, 1998; HANCHARD, 2001; FERREIRA DA SILVA, 2012).

Com o crescimento urbano associado ao desenvolvimento industrial e expansão da educação, mais negros acessavam o ensino superior (GONZALEZ, 1982; TEIXEIRA, 2003). Entre eles, no Rio de Janeiro, alguns que passaram a participar das reuniões no Centro Cultural Afro-Asiático (CEAA) da Faculdade Candido Mendes, em 1974, sobre o negro e relações Brasil e África, e que, posteriormente, serão os sujeitos sociais a liderarem o ressurgimento do movimento moderno na década de 70. O amadurecimento e a ampliação deste e de outros debates possibilitaram a formação de frentes antirracistas, com vertentes de combate as desigualdades (o MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – em 1978). Uma das agremiações germinadas nessas reuniões foi o Grupo de Trabalhos André Rebouças. A proposta deste pequeno grupo de alunos/as negros/as da universidade pública era inédita e inusitada para a época.

Numa atmosfera de repressão, passeatas, cassações, prisões, sequestros e medos nas ruas e que também alcançavam as salas de aulas das universidades com seus professores e o movimento estudantil, o GTAR emerge com uma proposta pioneira de intervenção intelectual na universidade e direcionada ao público envolvente. Na UFF, os graduandos contaram com o apoio de alguns poucos professores, em especial a professora Maria Maia Berriel,⁶ além da mentora intelectual Beatriz Nascimento e a participação especial do militante e sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira, doutorando na USP,⁷ para levar adiante o projeto deles de um estudo científico em todas as universidades sobre as relações raciais no Brasil. O intercâmbio de informações acadêmicas dava-se através das *Semanas de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação*

6 Maria Maia Berriel integrava um grupo de docentes liderado pelo antropólogo Luiz de Castro Farias, ex-aluno de Arthur Ramos. O professor Castro Farias incentivava seus mestres e alunos a pensarem, a se rebelarem contra a anemia intelectual. Na pesquisa, aprofundaremos tais questões quando abordarmos o tratamento historiográfico dado ao negro na bibliografia utilizada na História e na Antropologia da UFF na década de 70. As informações foram obtidas, por meio de entrevista para esta pesquisa, com o professor Wagner Neves Rocha, então chefe do Departamento de Antropologia da UFF.

7 De acordo com Trapp (2018: 103, 232 e 248), O sociólogo entrou para o mestrado sob a orientação do sociólogo Ruy Coelho e coorientação do antropólogo João Baptista Borges Pereira, que se mantém até o doutorado – inconcluso.

Social Brasileira, no Instituto de Ciências, Humanas e Filosofia (ICHF) da UFF, que obteve aprovação, em 1978, pelo Ministério de Educação e Cultura.

Por quase 20 anos o GTAR desenvolveu intensa atividade reflexiva e de pesquisas, o que parece enquadrá-lo em uma categoria de ações políticas mais amplas.⁸ Essa hipótese se torna plausível, se forem considerados os temas e os nomes dos palestrantes que se dispuseram a contribuir para a consecução das Semanas de Estudos e da publicação dos cadernos referentes às mesmas. O conteúdo temático dessa produção acadêmica pressupõe a intenção da inserção da problemática racial na redemocratização do espaço universitário, intercâmbio de informações e pesquisas e inclusão de temas que resgatassem tanto as origens africanas como a atuação dos negros enquanto agentes sociais, ou melhor, viabilizar a construção de um discurso do negro sobre o negro. O que implicaria na descolonização do intelectual negro de forma a gerar outros intelectuais e estudantes na procura de liberdade (OLIVEIRA, 1977:22-27).

Esses argumentos – especialmente o seu propositor, Eduardo Oliveira e Oliveira – foram, na realidade, o arcabouço fundante para a criação do GTAR. Em outras palavras, a preocupação daqueles jovens acadêmicos dos cursos de graduação de uma universidade pública de proporem, nos anos 70, de formarem um grupo de estudos voltado para as questões relativas ao negro no Brasil, dentro de uma abordagem das relações raciais. Eles desencadearam um processo epistemológico de uma “sociologia negra para a afirmação da identidade racial e do grupo no cenário político-cultural brasileiro”, para a transformação da realidade da sociedade brasileira (Op. cit.: 1977:22-27). Entre estes jovens, estamos falando da aluna de Ciências Sociais, Marlene de Oliveira, do estudante de História, Sebastião Soares, do graduando em Geografia Andreilino Campos, de Valmiro Nunes – de comunicação, da segunda geração do grupo – de Cláudia Magalhães – secundarista, que levaria a filosofia do grupo para o magistério abraçado.

Importante atentar para os alertas dados por Beatriz Nascimento aos universitários negros ou não, “sobre o caráter dos estudos científicos, que não estão isentos de colorações preconceituosas ou mesmo deformadoras da nossa realidade” (NASCIMENTO, 1976:02-06). Não à toa que o Estado brasileiro, em 2003, promulgaria a Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas das redes públicas e privadas no país, bem

⁸ Extensa programação de atividades – Semanas de Estudos, Ciclo de Palestras Sobre a Vida da Comunidade Afro, participação em programas de rádio e em encontros regionais com entidades dos movimentos sociais negros – será analisada ao longo da pesquisa.

como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais. O que se desprende que a (in)formação sobre o negro não apresenta a exigida isenção, neutralidade, distanciamento, lisura na apuração. Ela nos impõe uma questão bastante interessante para refinarmos nosso próprio olhar:

Ao invés de simplesmente ficarmos discutindo e visualizando somente o processo de dominação de uma cultura sobre a outra, porque não procuramos ver os elementos dentro da nossa cultura que estão provocando essa mesma subordinação? Até que ponto a cultura do branco nos domina e até que ponto a nossa própria cultura também está interagindo nesse processo de dominação? (Op. cit.:06)

É “o olhar para dentro” (grifo meu), de nos conhecermos efetivamente. E isto significa o “descolonizar-se”, como diria Eduardo Oliveira e Oliveira (1977:22-27). Tornar o negro um agente de si é debater o seu papel na história e na sociedade brasileira. É (re)constituir sua negritude.

Em especial na década de 1970 e 1980, quando o Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR) se apresenta com uma ação coletiva de perfil distinto, em que conjugava um trabalho com “característica de movimento social e mais a produção acadêmica”.⁹ Paralelamente, o grupo se constituía em um espaço ímpar de afetividade, de cumplicidade, de autodefesa, ele construía objetivos comuns tendo como inspiração o movimento social negro.

Este tema está inserido no campo das mobilizações sociais e políticas, que nascem da busca por reconhecimento de igualdade e dignidade humana, perpassando pela luta por direitos de acesso aos bens materiais e simbólicos de pertencimento e prestígio na sociedade. Neste período, o país vivenciava o “processo distensão lenta, segura e gradual”, do governo do general Geisel (1974/1979), que sinalizava possíveis trilhas para a democracia. Assim, a crença na ideologia da democracia racial e a política do branqueamento encobriam as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos.

O mito da “democracia racial”, gestado na virada da monarquia para a República, mantém-se renovado até a atualidade. Corrente ideológica que nega a desigualdade racial entre negros e brancos, que se baseia na afirmação de que há igualdade de tratamento e de oportunidades entre todos os grupos raciais. Este mito tem uma dupla função: negar a discriminação racial contra negros e buscar eternizar preconceitos, estereótipos, desigualdades socioeconômicas e discriminações edificadas sobre um esse grupo

⁹ Iolanda Oliveira em palestra na mesa de abertura – “Nossos passos vem de longe...” – do Seminário Novembro Negro, realizado pelo Coletivo Marlene Cunha no Museu Nacional - UFRJ, dias 08 e 09 de novembro de 2017.

racial. No discurso de convencimento, alguns negros são eleitos para serem apresentados como “bem sucedidos”; assim os outros se contentam na ilusão de que se esforçarem ao máximo poderiam ser os próximos escolhidos.

A identidade racial da futura nação brasileira era motivo de muitos debates travados pela elite e seus intelectuais desde o Brasil Império, que tinham como parâmetros científicos os conceitos europeus que informavam ser o sangue brasileiro contaminado pela miscigenação com africanos e indígenas, estes inferiores incapazes de se autogerirem. Raça (bem como as classificações raciais que dele resultam) era conceito biológico e não sócio-histórico conforme ficou estabelecido em meados da década do século XX (RUFINO DOS SANTOS, 1999; BORGES, MEDEIROS & D’ADESKY, 2002; ARAÚJO PEREIRA, 2013).

As ciências sociais foram bastante produtivas no desenvolvimento de teorias que ratificassem as práticas colonialistas. Era preciso conhecer o “outro” para melhor dominá-lo e doutrina-lo a se reconhecer como dominado e parte integrante desse processo de autoflagelação que transfigurou a história da humanidade.

Os legisladores e o judiciário, por seu turno, deram expressivas contribuições para desencadear o controle e manipulação das informações e produção de soluções para a resolução do “problema do negro no Brasil”: imigração em massa de europeus brancos para branquear a população. Outras medidas também deveriam ser tomadas concomitantes: criação de mecanismos restritivos à integração do ex-escravizado na sociedade republicana que surgia como, o encarceramento arbitrário, dificuldades para acessar a educação, mercado de trabalho, saúde, habitação. (DOMINGUES, 2014; GOMES, 2005; PEREIRA, 2013).

Essas ideias positivistas alicerçaram o tom dos debates em todas as áreas, com linguagem científica adaptada influenciar o “senso comum”,¹⁰ através da imprensa, da literatura, de peças teatrais, da escola, do parlamento. O tecido social se apropriou dessas teorias que delimitavam a inferioridade dos descendentes de africanos e indígenas e a soberania “natural” dos “comprovadamente” inteligentes brancos europeus, capazes de “salvar” o país por meio de sua colonização e da miscigenação. E de que não havia um problema racial e sim social – de classe –, como se um problema racial não fosse social. Em cerca de 40 anos quase quatro milhões de imigrantes europeus aportaram

10 Conforme Antonio Gramsci (1891-1937), o senso comum de um a sociedade consistia nas ideias das elites capilarizadas pelo conjunto da sociedade, que acabavam sendo as ideias de todo mundo, ante a divulgação repetitiva.

terras brasileiras, número equivalente aos mais de três séculos de escravidão (BENTO, 2002 apud PEREIRA, 2013:64). Com o tempo, mestiços cada vez mais claros nasceriam e em poucos anos o Brasil teria uma sociedade branca e um percentual mínimo de pretos e menos ainda de indígenas, praticamente extintos. Esse era um compromisso do Estado brasileiro com o movimento eugenista,¹¹ que visava a limpar a cidade do que lembrasse atraso, as doenças trazidas pelos negros, recém-libertos (FERREIRA, 2017).

(...) enquanto a República surgia aos poucos, proclamando a igualdade e o direito de cidadania, a “ciência” e o jornal buscavam desmentir o que acusavam de “utopia”. (...) “os homens não nascem iguais”; parecia caber também à ciência e à imprensa comprová-lo (SCHWARTZ, 2001:106).

Os movimentos negros ao longo do século XX, com seus variados perfis (PETRONIO) e setores do mundo acadêmico ao discutirem as desigualdades para com os mestiços, aglutinam na mesma categoria pretos e pardos. Nas análises qualitativas, verificou-se que a proximidade com as polaridades concorriam em alterações significativas quanto a discriminação com impactos nas desigualdades. Quanto mais a pele do mestiço fosse escura, mais ele seria penalizado; quanto mais embranquecido fosse, mais chances teria de ser visto como quase branco, cujas gerações poderiam ser “salvas” por atingirem a brancura ideal (BORGES, MEDEIROS & D’ADESKY, 2002; PEREIRA, 2013; HASENBALG, 1979).

O conceito de democracia racial mostrou-se, possivelmente, o produto mais duradouro e influente da agitação intelectual dos anos 30. Com sua reabilitação do passado e prognóstico otimista do futuro do Brasil, ele era muito atraente a todos os brasileiros – negros e brancos, elite e não elite – e ao longo do tempo, desde sua formulação inicial, tem sido elevado a mitologia nacional semioficial (ANDREW, 2015).

As práticas discriminatórias sistemáticas perpetradas pelo Estado brasileiro e seu silêncio sobre quaisquer acusações a respeito moldou o chamado racismo institucional. A Segunda Guerra Mundial desmascarou, ou melhor, extrapolou o racismo institucional. Pois se aplicou a “perseguição sistemática e o extermínio físico (genocídio, ‘limpeza étnica’ e tortura) proporcionado pela Alemanha nazista. Infelizmente, outros genocídios em massa continuam ocorrendo, em menor escala, talvez, mas tão terríveis quanto, já que a dor é conhecida como seus reflexos (MEDEIROS & D’ADESKY, 2002: 49).

11 A eugenia foi uma ideia concebida por Francis Galton, cujo termo foi criado em 1883. Para ele, o conceito evolucionista de Charles Darwin, se aplicaria também aos homens. Na sua concepção, a capacidade intelectual era hereditária e, passava de um membro a outro dentro da própria família. Exceto os outros – negros, asiáticos (FERREIRA, 2017).

Importante registrar que tais debates eram tema de jornais negros, como também o foram em congressos produzidos por organizações negras nos anos 50, como a I e II Convenção Nacional do Negro, produzida pelo Teatro Experimental do Negro (PEREIRA, 2013; PINTO, 1998).

O doloroso legado da Segunda Guerra Mundial possibilitou o fomento de uma agenda antirracista formulada pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O projeto consistia no patrocínio de um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Determinar os fatores econômicos, sociais, políticos e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos. Entre as equipes de pesquisadores, Costa Pinto, no Rio de Janeiro (Distrito Federal), Florestan Fernandes, em São Paulo (capital), e Fernando Henrique Cardoso, Rio Grande do Sul (Porto Alegre). O resultado foi de que o Brasil efetivamente não era um “paraíso racial”: havia desigualdades raciais e socioeconômicas entre negros e brancos. Debate que há muito as organizações de homens de cor já fazia e desenvolvendo ações que visavam a redução das desigualdades entre negros e brancos e a inserção deles na cadeia produtiva do país.¹² O projeto da UNESCO propiciou a abertura de debates no campo das relações raciais no Brasil, caminho pelo qual o Grupo de Trabalhos André Rebouças trilhou (COSTA PINTO, 1998; ARAÚJO PEREIRA, 2013; HASENBALG, 1979).

Na UFF, graduandos/as e professores (da casa ou não) estavam engajados e parceiros nessa empreitada político-militante e desencadearam, então, um processo de construção do que viria a se tornar o carro-chefe da futura entidade negra e lançaram, em 1975, a *Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação da Sociedade Brasileira*. É interessante observar que primeiro nasceu a ação e depois o nome da organização – tópico que discutiremos mais adiante. O que salientaremos agora é que a organização da Semana de Estudos poderia não ter, em um primeiro momento, um título, mas tinha uma pauta de reivindicações. Aquelas pessoas não estavam realmente perdendo tempo. Elas tinham entre seus propósitos questionar o papel da Universidade quanto ao enfrentamento do problema racial na sociedade brasileira e, em particular, no espaço acadêmico.

12 Vasta bibliografia informa sobre associativismo negro no pré e pós-abolição, entre os autores: DOMINGUES (2008), BARBOSA (1998), SILVA (2011), GOMES (2005), ANDREWS (2015), entre outros.

Contemporâneo às entidades que propuseram uma articulação nacional visando denúncias e da luta contra o racismo, o GTAR foi tema da dissertação de mestrado de Helene Monteiro – *O ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro na década de 70* – apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1991. No trabalho, a pesquisadora apresenta o perfil do grupo que iniciara uma discussão mais sistematizada na universidade, sendo realizada por um reduzido número de alunos e intelectuais negros e brancos: “fato até então inédito no Rio de Janeiro”. Esta foi uma forma de se fazer “militância mais centrada na atividade de pesquisa acadêmica”, baseada na “solidariedade”, os relatos na pesquisa mostram as angústias sentidas durante a formação acadêmica pelo isolamento “em termos étnicos”, da incompreensão sobre a importância da abordagem enquanto estudo científico (MONTEIRO, 1998:88).

Em 2002, Karina Cunha Baptista, em sua dissertação de mestrado em História pela UFF, *O diálogo dos tempos: Memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros*, definia a intenção do grupo em servir de ponte para com “o campo acadêmico que tratava das relações raciais”. Diferentemente da postura dos anos 20-30, “o movimento dos anos 70 vai dialogar com a produção intelectual que se ocupava desta temática, fazendo mesmo uma revisão crítica das obras e dos autores” (BAPTISTA, 2002:48).

Na dissertação, *Memória e esquecimento: André Rebouças para o Movimento Negro Brasileiro*, pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Em 2014, Luciana Rumão Neves trouxe discussões acerca “dos esquecimentos” de personalidades negras abolicionistas, como no caso específico do arquiteto e abolicionista monárquico, André Rebouças. Em seu trabalho, constatou que apesar do legado pela “causa negra”, as lembranças são editadas conforme complexa malha de “determinados momentos históricos, como também em determinados grupos, como o Grupo André Rebouças na década de 1970” (NEVES, 2014:109).

Alex Ratts, no livro *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*, lançado em 2007, pela Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, abordou entre as preocupações e projetos da historiadora, a de “em pleno regime militar”, tentar organizar grupo de estudos voltados para questões raciais, que viria a “se materializar na formação” do GTAR na UFF. Ela defendia “que a ‘História do Homem Negro’ fosse também escrita por negros/as, o que exigiria a inclusão no meio acadêmico de outros pontos de vista” (RATTS, 2007:37-38).

1.1 – Dos Objetivos

Um dos objetivos desta pesquisa abordar as interfaces da memória social deste grupo, atmosfera de formação, personagens, ações, inquietudes, expectativas, além do diálogo com setores sociais dentro e fora da universidade.

Resgatar a memória institucional a partir da documentação da sua institucionalização (atas, relatórios, eventos, fotografias, boletins), pois consideramos que o GTAR pode ter desempenhado uma dupla função pedagógica na conjuntura dos anos 70 e início dos anos 80. De um lado, no permanente movimento de construção identitária para os integrantes do grupo. E, de outro, o concomitante e fundamental disseminação das informações e arregimentação de interlocutores sociais, em termos pessoais, coletivos, públicos e privados.

E, analisar o esvaziamento e esquecimento, após o apogeu de intensas atividades ao longo dos anos 80, na década seguinte o grupo entra em um processo de debilidade progressiva, até sua completa desativação em 1995. Pretendemos abordar tal processo, que, aliás, repercutiu em várias organizações e entidades de luta antirracista dos movimentos sociais negros.

1.2 – Das Questões

Esta pesquisa quer dar resposta as seguintes questões:

1. Diante da intensa atividade do GTAR no campo da reflexão e de pesquisas é possível enquadrá-lo em uma categoria de ações políticas mais amplas? Há uma combinação entre temas, palestrantes e produção de publicações divulgadas não só no Brasil que podem nos sinalizar pistas, para tanto construímos algumas questões que poderão nos ajudar na caminhada.

2. O conteúdo temático pressupõe a intenção da inserção da problemática racial na redemocratização do espaço universitário, intercâmbio de informações e pesquisas e inclusão de temas que resgatassem tanto as origens africanas como a atuação dos negros enquanto agentes sociais. É possível que os estudantes universitários negros em meados da década de 70 estivessem buscando viabilizar um discurso do negro sobre o negro? Tal empreendimento implicaria na descolonização do intelectual negro de forma a gerar outros intelectuais e estudantes na procura de liberdade.

3. Funções pedagógicas de formação e politização de segmentos da sociedade brasileira – tanto no campo acadêmico como no campo social. É possível considerar que o GTAR tivesse buscado construir e estabelecer uma rede de relacionamentos envolvendo agentes sociais desses campos antagônicos em prol de bandeiras comuns que estivessem atreladas a um projeto mais amplo, que envolvesse o desafio de inserir alunos/as negros/as nas universidades públicas, futuros/as cientistas e dirigentes, como formuladores/as de novas diretrizes para a produção de novos conhecimentos.

As ações do GTAR no espaço acadêmico poderiam ser assemelhadas, quanto às suas preocupações com a temática racial, com os NEABs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros), que irão vicejar na década de 1980. Esse era um de seus desejos, fixar-se na universidade. Mas, também era desejo manter-se fiel ao dinamismo do alunato, questionador que com vigor busca romper fronteiras como se de aço fosse seu peito. Na atualidade, em todas as universidades públicas – e algumas privadas –, da graduação e mesmo na pós-graduação, encontram-se vários coletivos negros que buscam constituir espaços de reflexão e ação com abordagem das relações racial. Temas a serem pontuados no transcorrer do texto. Em princípio, construímos as seguintes questões de estudos:

- a) Quem formava este grupo?
- b) Como se formou?
- c) Quais os impactos e repercussões do seu surgimento?
- d) Quais as suas perspectivas?
- e) Como dialogou com outros movimentos e setores envolventes?
- f) Quais os intelectuais que influenciaram suas ações e abordagens?
- g) Quais as estratégias de organização, discussão e divulgação das suas ações?

1.3 – Do interesse e da relevância da pesquisa

A motivação pela pesquisa parte do pessoal para o acadêmico. E tem relação com a combinação entre o desejo que impulsionou esses jovens e o nosso: a busca de entendimentos sobre questões objetivas de sobrevivência do negro no Brasil e compartilhamento dessas descobertas com meus pares.

Sou fruto do encontro da migração nordestina no solo fluminense vinda com o fluxo migratório para o Sudeste nos anos 50. Pernambuco, Sergipe, Bahia viriam a se estabelecer na Baixada Fluminense, Zona Oeste e Botafogo. Várias histórias, culturas,

crenças, visões de mundo, identidades, humanidades, eram desconhecidas e deslegitimadas no dia-a-dia das grandes cidades. Outras vivências foram sendo construídas, da mesma forma que outros laços foram sendo feitos e desfeitos. Em Botafogo, as vilas antigas e os cortiços (casas multifamiliares) agregavam imigrantes de todos os naipes: nordestinos, nortistas, portugueses, espanhóis. Dos morros, amizades e outras culturas, as “tias” que acolhiam e curavam quebrantos e espinhela caída. Folia de Reis, Calango, Repente, Samba de Partido Alto, Forró. Sons que tanto aprendíamos com as famílias extensivas das vilas que se misturavam com as do Morro Macedo Sobrinho e outros e nos encontros de sanfona na casa dos avós em Nilópolis. Essas histórias que vivíamos não eram contadas na escola e menos ainda apareciam nos livros didáticos. Da mesma forma que não eram contadas a forma como as favelas foram removidas, assim como os quilombos outrora (e ainda o são). O certo é que os interesses são imensos na “desconstrução do espaço favelado” pela “ação do Estado associada aos interesses da classe dominante” (CAMPOS, 2007: 66).

O tema era até pautado em algumas aulas na graduação, até para estimular os futuros jornalistas a ver o problema por vários ângulos. Mas não a lupa não chegava até os sujeitos, aliás, ou eles eram nordestinos ou eram favelados e eventualmente negros. Mas as fotos revelavam a recorrência dos grupos étnicos e raciais envolvidos. Com a mobilização social pulsando no país, a produção cinematográfica afro-americana que chegava ao Brasil, a música, enfim, o momento Black Power nos mobilizava enquanto estética. Lia o que não estava na bibliografia oficial. Conheci, através de amigos, organizações negras. Ao mesmo tempo em que nos nutríamos¹³ politicamente de informações sobre o que não nos ensinaram, observava a ausência desses dados sistematizados nas nossas bibliotecas à disposição de estudantes, professores, público em geral.

Um amigo me apresentara a um integrante do Grupo de Trabalhos André Rebouças, ao qual fui convidada para trabalhar como auxiliar de pesquisas em um projeto de pesquisas. Fui aceita no grupo e participei das atividades no final dos anos 80 até 1995. Ali foi uma escola para mim, literalmente. Na pesquisa que mencionei acima, por exemplo, participávamos da reunião do grupo na Associação de Moradores do Morro do Ingá, onde eram traçadas as estratégias de abordagem, não só como pesquisadora, mas como alguém – mesmo negra/o – que não é do lugar e que está pedindo licença para se

13 Coloco no plural, pois as experiências eram compartilhadas com amigos muito próximos que, mesmo não sendo frequentadores naquele momento daquelas rodas, com o tempo foram sendo afetados pela mobilização.

dirigir a alguém que é reconhecidamente uma das pessoas mais antigas da área. O que falar, como falar, como ouvir o silêncio, como olhar a dor das ausências e sem valorar nada. Ricas experiências que também não estão nos livros e nos debates.

Anos depois, 2003 tive oportunidade de participar do PENESB e lá tive a oportunidade de vislumbrar a possibilidade de retomar o velho sonho de contar nossa história, que até então não sabia qual. Agora sabia, porque não sobre o quanto o grupo fora importante para mim. O ensaio veio com um trabalho de curso sobre uma produção radiofônica em uma rádio comunitária feita por um ex-integrantes do GTAR (Luiz Carlos Rodrigues¹⁴). Ao mesmo tempo em que levava a discussão para o campo da comunicação sindical. Com amigos jornalistas e da militância negra levamos o debate sistematizado para o campo sindical dos profissionais produtores de informação.¹⁵

Na expectativa de aprimorar meus conhecimentos teórico-metodológicos, participo de seleções para o programa de pós-graduação na História Comparada da UFRJ, não falando das experiências no campo, mas falando da fonte, ou seja, sobre o GTAR.

Retomamos a relevância desta pesquisa no que tange a abrangência da abordagem proposta pelo grupo, as formulações iniciaram-se no campo das Ciências Humanas, mas não ficaram restritos, a aplicabilidade das reflexões foram para outros campos. Os debates envolviam todas as áreas do conhecimento. Os próprios integrantes eram de diferentes áreas de formação. Este fator foi muito importante, pois possibilitou que houvesse diálogo nas diversas áreas. Assim pude aprender a dialogar com vários autores de diversas áreas para poder apresentar à área de Comunicação que ela também é responsável por desenvolver conhecimentos a cerca das relações raciais, que o jornalismo tem sua responsabilidade no combate ao racismo institucional e na promoção da desconstrução de estereótipos arraigados no fazer jornalístico. Salientamos, além disso, que não podemos perder de vista que o “jornal” é utilizado em sala de aula não somente como

14 Luiz Carlos Rodrigues criou e produziu o programa *O Encontro do Reggae com o Rap*, veiculado em uma rádio comunitária em São José de Imbassaí, distrito do município de Maricá. O radialista se utilizava das expressões musicais para discutir o racismo cotidiano e apresentava uma agenda propositiva afro-brasileira. Eu participava desta afroempreitada comunicacional com a produção redacional. Buscava-se dar visibilidade à literatura, cultura, pensamentos de intelectuais brasileiros e africanos, indicações de leituras, entrevistas, etc.

15 Em 2003 foi criada a COJIRA-Rio - Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, órgão consultivo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Um fórum de debates sobre a temática racial que visa além de subsidiar o sindicato, estimular a ampliação e aprofundamento do debate junto à categoria e às organizações de comunicação. Entre as ações desenvolvidas o Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento 2011, 2012 e 2013, uma ação afirmativa no campo da comunicação brasileira e, última homenagem em vida ao ex-senador, falecido uma semana após o lançamento do certame em maio. Mais informações disponíveis sobre a rede antirracista ver em CARRANÇA (2004:154-177).

fonte de pesquisa, mas como projeto pedagógico, ¹⁶ o qual deve ser alvo de constantes e profundas análises críticas. ¹⁷ Esse tema também foi pauta nas Semanas de Estudos do GTAR.

Assim, podemos entender que as questões abordadas pelo grupo integravam a agenda de lutas travadas no cotidiano contra as desigualdades socioculturais e econômicas e a defesa da plena cidadania dos movimentos sociais, entre os quais o movimento negro, que emergiram na década de 70. E, que o diferencial entre esses movimentos reivindicatórios, segundo Cardoso (2002:17), era a história. No mesmo compasso, o sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira colocava a importância do conhecimento da sua procedência, de suas raízes, de sua construção sócio-histórica, para que pudesse conscientemente planejar, projetar seus caminhos.

1.4 – Novas Perspectivas

Como citado acima, foi atrás do entendimento da realidade, da historicidade, que negros e negras se integraram ao Grupo de Trabalhos André Rebouças para sua iniciação político-pedagógico, não só nas relações inter-raciais, mas para a vida. Nessa escola, esses/as jovens – inicialmente no GTAR da UFF, depois todos no GTAR, incluso os ex-UFF – montaram aos poucos seus quebra-cabeças, sendo norteados por debates qualificados acerca da temática racial no campo da educação. Discussões essas que interagiam com a agenda do movimento negro; ao mesmo tempo em que aqueles/as entendiam ser de sua responsabilidade o retorno para as suas comunidades de origem – quer racial, profissional e acadêmica.

O GTAR entrou em inatividade em 1995. Mesmo sem mais atuar na UFF, era uma instituição reconhecida pelo seu perfil semiacadêmico originário daquela universidade e com forte atuação na área de educação básica. Mas, nesse mesmo ano, surgia o PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira) incorporado à estrutura da Faculdade de Educação. ¹⁸ Inspirado no GTAR, o programa tem como pro-

16 Com a confluência da Educação e Comunicação, surge o estudo da Educomunicação que visa a educação para e com as mídias, na esteira do ideário dos pedagogos Céléstin Freinet (1896/1966) – levou a redação do jornal para dentro da sala de aula –. Paulo Freire (1921/1997) – criou a pedagogia da autonomia contra a educação bancária – e Mário Kaplun (1923/1998) – promoveu o conceito de comunicação transformadora em oposição à comunicação bancária.

17 Há extensa literatura sobre análise da produção midiática, destacamos Hall (2009), BORGES (2012) e SODRÉ (1999), entre outros.

18 Conforme a Resolução 151/95 do Conselho de Ensino e Pesquisa, disponível em <<http://www.uff.br/penesb/index.php/quem-somos>>, acesso em 29 fev 2018.

pósito pesquisa, ensino e extensão sobre o negro na educação e difusão dos conhecimentos sobre o tema. Desenvolveu cursos de pós-graduação Lato Sensu (Niterói e em Angra dos Reis) e de extensão. Além de publicar os Cadernos PENESB e pesquisas.

O Grupo de Trabalhos André Rebouças iniciou suas atividades com registros em ata, gravações transcritas que viriam a constituir seus Cadernos de Estudos referentes aos seminários anuais, hoje fontes primárias de pesquisas, materiais ricos para pesquisadores poderem cotejar com outras fontes e produções para construir narrativas sobre variados temas. É nesta perspectiva que entendemos a função pedagógica do GTAR com seus membros, na medida em que, os orienta a construir instrumentos para pesquisas futuras, ou seja, produzir registros ao longo de suas atividades para garantir que seu legado fosse analisado posteriormente com vistas à difusão da informação científica, o que revela, por esta lógica, sua relevância científica e acadêmica, assim como social.

a) protagoniza uma intervenção reflexiva acadêmica, intelectual e de mobilização em torno da questão racial que, em muito, antecede o surgimento dos Coletivos Negros nas universidades públicas e, mais ainda, com o advento da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos em diversas áreas acadêmicas e as de ciências sociais aplicadas de ensino e pesquisa.

b) por ter como base política o combate ao racismo, tem relevante papel ao pautar o debate na universidade pública, com autonomia e sem sujeição das agendas do movimento estudantil e/ou grupos de esquerda – numa conjuntura de repressão militar e em início de redemocratização (pós-1979).

c) desencadeou um processo irreversível de produção intelectual que se espalhou em diversas áreas e espaços acadêmicos, com vistas à democratização destes espaços para a construção de novos paradigmas sobre/com/pelo negro. Em todas as universidades públicas os debates sobre relações raciais se faz presente.

d) apesar da importância da produção intelectual do GTAR – formações de professores da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro, em especial no município de Niterói; de ter sido referenciado nas memórias de intelectuais e citações ao seu trabalho, entendendo ser esta pesquisa como uma contribuição relevante do ponto de vista acadêmico, por haver lacunas bibliográficas ou “silêncios historiográficos” (GOMES, 2005:25) a serem preenchidas e conexões a serem feitas. O diálogo entre os estudos de escravidão e pós-abolição, inclusa a heterogeneidade de possibilidades entre o universo rural e urbano de africanos e seus descendentes e do trabalho livre, é, para Negro e Gomes (2013:25), um grande desafio. Como o fez, nos anos 70, o antropólogo

José Sérgio Leite Lopes ao analisar núcleos de industrialização fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, em área rural e urbana – fora da capital – no Nordeste.

Conforme Negro e Gomes (2013:26), o estudo mostra que mesmo sendo de origem rural, este operariado também desenvolvia recursos para “o enfrentamento da ‘modernidade’” assim como não era um empecilho para a formação de uma consciência de classe. “É hora de reaver a trama entre migrantes ‘longe da modernidade’ e aqueles que viveram o ‘atraso’ da escravidão.” E, para tanto, defendem o fim de dicotomias tradicionais, como urbano/rural, liberdade/escravidão, erudito/popular, etc. Caso contrário a pesquisa fica engessada aos “tradicionais esquemas de pensamentos”, assim como criam uma relação de hierarquização entre os grupos, onde para o primeiro a marca é do protagonismo e para o segundo é o da necessidade, da falta de opções.

Esta visão do negro desprovido de possibilidades para ultrapassar as barreiras hierarquizantes que o represavam no lugar da subalternidade era, segundo Sebastião Soares, um dos fundadores do GTAR, reproduzida na universidade na década de 1970:

Nas universidades até 1975, quando falava de negro, falava de escravidão do negro, da travessia, do negro que sofreu os castigos... sempre era uma visão da forma que nós achávamos que não dava dignidade ao papel do africano e do próprio afro-brasileiro. O GTAR existia uma intenção de fazer uma revisão historiográfica foi algo que detonou nas universidades brasileiras.

Levantamos a correspondência de todas as universidades brasileiras e provamos que em nenhuma universidade brasileira tinha um estudo que procurasse detalhar e diferenciar as questões referentes ao 13 de Maio, a questão do Zumbi dos Palmares, a questão de como é que se deu a organização do quilombo, a questão de outros heróis possíveis, homens e mulheres, que construíram de uma forma positiva a questão do negro na História do Brasil e o GTAR teve esse papel (SEBASTIÃO SOARES).

As pretensões do grupo se integram ao conjunto de propostas defendidas pelo Movimento Negro, que juntamente com as mobilizações políticas nasceram da busca de reconhecimento de igualdade e dignidade humana, perpassando lutas por direitos de acesso aos bens materiais e simbólicos de pertencimento e prestígio de uma dada sociedade. Igualmente se articularam com as expectativas de reconhecimento das identidades interculturais.

A fala de Sebastião Soares sinaliza o peso dos silêncios: historiográfico e o da mobilização dos poucos, mas reais e concretos, estudantes negros no espaço universitário nos momentos prévios da redemocratização do país. É uma narrativa de um Brasil contemporâneo no qual se busca articular a análise do tempo presente com o tema relações raciais. Tal proposta respeita a tradição sociológica brasileira sobre o pensamento

social e a ideia de raça e os estudos culturalistas de importante geração de antropólogos. Entretanto, vai considerar novos aportes teórico-metodológicos que possibilitam as interfaces entre mobilização, memória social e políticas de inclusão. Nesta articulação historiográfica estão estudos sobre a ditadura militar, movimento estudantil e redemocratização com as temáticas do racismo e da luta antirracista e, sempre, pensando nos silêncios da historiografia ao tratar do tema, tendo como amparo teórico-metodológico as contribuições do historiador britânico marxista Edward Thompson. Ele se apropriou de estudos e categorias oriundas da antropologia histórica e cultural em suas pesquisas e na produção histórica, que têm a cultura, experiência e construção simbólica da consciência humana como questões centrais. Assim, o estudo tem a pretensão de se articular com uma história social do Brasil contemporâneo e suas diversas possibilidades de interlocução e agenda política.

1.5 – Percursos Metodológicos

Em termos teóricos e metodológicos, da história comparada passando para outros campos de estudos sobre a história das ideias e pensamento social brasileiro, almejamos investir nas conexões entre memória coletiva e identidades. Seguindo a base teórica de estudos que conectam memória e história oral propomos uma abordagem sobre a formação do GTAR, a reconstrução/reconstituição que seus fundadores fazem da memória da sua formação, considerando cenários, personagens e ações. Com base em acervos pessoais, fotografias e memórias de seus protagonistas, pretendeu-se recuperar uma face da história dos movimentos sociais do Brasil durante a ditadura e no período da redemocratização, considerando a memória, o pensamento e a experiência da mobilização da luta antirracista no Brasil contemporâneo.

Como fonte de pesquisa, consideramos a rica e original documentação produzida pelo próprio GTAR, livro de atas, publicações – Cadernos de Estudos, Boletins, correspondências, artigos, entrevistas –, projetos de pesquisas elaborados pelo grupo, panfletos, áudios de programas de rádio. Parte substantiva deste material integra o acervo particular de Sebastião Soares e está sendo organizado pelo Prof. Flávio Gomes num projeto sobre intelectuais negros/CNPq/FAPERJ.

Os documentos do grupo integram os acervos pessoais de alguns integrantes do GTAR, mas é interesse de todos que haja um destino qualificado para que possa servir como subsídio para pesquisas futuras. Este é um dos objetivos desta pesquisa, da orga-

nização dos documentos que fora gentilmente disponibilizado para este estudo que nos ajudou a entender a composição do grupo pelos seus antigos militantes e fundadores. Os dois principais intelectuais negros, já falecidos, que deram suporte ao grupo têm seus acervos particulares depositados em instituições públicas: o da historiadora Beatriz Nascimento está no Arquivo Nacional; e do cientista social Eduardo de Oliveira e Oliveira encontra-se depositado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Quanto ao patrimônio da primeira presidente da entidade, Marlene de Oliveira Cunha, está sob a guarda de seu filho, o historiador João Alípio que se debruça em seu estudo.

Buscamos presenciar o debate sobre relações raciais e mobilização política considerando a ferramenta metodológica de busca temática na Biblioteca Nacional (seção de periódicos) em sua Hemeroteca Digital.

Foi possível acompanhar notícias envolvendo a mobilização estudantil e o debate em torno de eventos e organizações negras, principalmente na década de 70.

No Arquivo Nacional, trabalhamos com as fontes da repressão e polícia política durante a ditadura.

A reconstituição da trajetória do GTAR foi concebida com o emprego da história oral e análise do discurso. Esta metodologia implica abordagem qualitativa, com análise das versões de cada entrevistado sobre o tema. O foco de interesse será dirigido para as versões daqueles que participaram ou testemunharam a trajetória da entidade. A análise destas *memórias* propicia um entendimento sobre o relacionamento entre os setores acadêmicos e estes estudantes negros, que visavam reformulação do ponto de vista conceitual de uma nova teoria das relações raciais no Brasil.

O conjunto de documentos produzidos pela organização e a bibliografia sobre Movimento Negro serviram de apoio na investigação e de instrumento de análise das entrevistas temáticas. Esta modalidade parte da vivência/experiência e memória do entrevistado. Portanto, o uso da história oral como um método de pesquisa “que não é um fim em si mesmo, e sim um meio de conhecimento”, cujo emprego se justifica por estar em um contexto de investigação científica. As questões aqui suscitadas significam que nós devemos nos:

(...) voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido (ALBERTI, 2004:30).

Neste sentido, podemos analisar a trajetória do GTAR tomando como foco o ponto de vista dos que dele participaram. O conjunto de documentos produzidos pela

instituição serviu de apoio às investigações de instrumento de análise das entrevistas. Uma ata de assembleia, por exemplo, pode servir de contraponto a uma fala que um depoente fornecera 30 anos depois sobre um mesmo assunto.

1.6 - Os Entrevistados

O recorte amostral da pesquisa foi constituído por sete (7) entrevistas cujos relatos abrangeriam o marco temporal dividido em dois momentos. No primeiro, da fundação até 1983, tendo como proposta a edificação de um saber negro na universidade, utilizando como atividade principal o seminário acadêmico anual *Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*, realizado na UFF. No segundo, de 1984 a 1995, em que foram desenvolvidos projetos como o *Ciclo de Palestras & Debates sobre a Vida da Comunidade Afro-Brasileira*, em ambientes diversos externos à universidade e voltados para um público heterogêneo.

A partir desta cronologia, construímos os critérios de elegibilidade dos entrevistados, estes centrados na “sua posição no grupo”, do “significado de sua experiência” e sua disponibilidade em participar da pesquisa (ALBERTI, 2004:32). Dois cofundadores: Sebastião Soares, segundo presidente, que fez a transição até a terceira presidente; graduou-se em história, prestou concursos para técnico de pesquisa para o Arquivo Nacional e para professor da rede pública de ensino; na militância exerceu várias funções em entidades negras. E, Andrelino Campos, geógrafo, que abraçou os entendimentos dos mestres e analisou no mestrado *Do Quilombo à Favela: a produção do 'Espaço Criminalizado' no Rio de Janeiro* e aprofundando a discussão no doutorado. Ingressa na Faculdade de Formação de Professores – UERJ/FFP - São Gonçalo, espaço onde concedeu a entrevista em 05 de abril de 2017. Dois tesoureiros: Gilberto de Abreu aderiu ao grupo ainda secundarista e militar, 1977, cursou Contabilidade, ficou no grupo até 1984, em sua segunda fase, passou por outras entidades; sua entrevista foi realizada em 06 de abril de 2003, em Niterói. E, Valmiro Oliveira Nunes que aderira ao grupo no segundo período de Comunicação da UFF, em 1980, ficando até início fim da segunda gestão; assumiu a função de tesoureiro na saída do anterior; a entrevista foi realizada em 29 de abril de 2003, no auditório do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Cláudia Magalhães, secundarista, procurou o GTAR como fonte de pesquisas, em 1983; aderiu ao grupo, exerceu várias funções, foi eleita a terceira presidente, última da organização; formada em literatura brasileira levou a temática do grupo

para seu cotidiano laboral; a entrevista ocorreu em 13 de abril de 2003 em Niterói. Luiz Carlos Rodrigues, secundarista a participar da 2ª Semana de Estudos saindo no final de 1988, era funcionário do BANERJ; concedeu entrevista no dia 09 de setembro de 2005 em sua residência em Niterói. Luiz Cláudio Barcelos trabalhou no CEEA quando seu orientador – Carlos Hasenbalg – assumira a gestão, viria a integrar o grupo em meados da segunda fase – 1986 –, concluiu o mestrado em Ciências Sociais, tem vários artigos como referência; chegou a ingressar no doutorado em Ciências Sociais, mas não o concluiu; entrevista por email, em 18 de junho de 2015. Marcos Romão participou do início do que viria a ser um dia o GTAR, tanto ele como Sebastião Soares concederam entrevistas para o projeto de pesquisa *Intelectuais Negros* coordenado pelo professor Flávio Gomes, do LEHA/IH/UFRJ, em 04 de setembro de 2015 e 01 de novembro de 2014, respectivamente, momentos em que pude participar e no qual agradeço a gentileza da concessão destes materiais. Outras entrevistas se somaram a esta pesquisa, de pessoas que conheceram ações ou personagens do grupo, cujas narrativas permitiram a construção de uma imagem daquele período da década de 1970/1980, nascedouro do embrião do debate da discussão racial na academia em Niterói. Para isso contamos com os professores Almir de Abreu, Santo Conterato, Wagner Neves Rocha e Ismênia Martins. As conversas foram realizadas entre março e abril de 2004, em Niterói, ora em áreas de convivência pessoal ou de atuação profissional, ocorrendo sempre em um clima de simpatia e confiança.

A proposta do grupo era influenciar a Universidade para estabelecer a discussão sobre “assuntos que tinham como origem básica a discriminação racial no Brasil, o racismo no Brasil”. Em outras palavras, o GTAR tentava pautar a Universidade por meio da sensibilização tanto dos universitários para que participassem de seus quadros, como dos pesquisadores que apresentassem seus trabalhos àquela seleta plateia. A questão era:

De que maneira a Universidade poderia contribuir? A gente poderia forçar a Universidade a contribuir para uma discussão desse assunto, não só para discussão, mas, também, para apontar caminhos, soluções, para serem implementadas dentro da universidade e fora dela, tendo como foco a Educação. E, um pouquinho mais adiante, a questão cultural: que, no fundo, são duas faces da mesma moeda (VALMIRO NUNES).

Este trecho mostra além das propostas ambiciosas do grupo, identifica também que a organização não era restrita ao ingresso de universitários. Tanto que em seu primeiro contato com a liderança da equipe:

A Marlene se posicionou e perguntou logo de cara se eu tinha nível superior. Logo a segunda pergunta foi: “mas, você pretende fazer uma faculdade?” E, eu disse “Pretendo”. Porque o André Rebouças queria que todos os elementos do seu quadro fossem elementos de nível superior (GILBERTO DE ABREU).

Outro entrevistado, nos anos 80, estudava no pré-vestibular Acadêmico, que era de dois professores da UFF. Um funcionário comentara que tinha um voluntário, bolsista, cuja irmã estudava na Fluminense e “trabalhava com alguma coisa relacionada com negros”. O rapaz era o Maurício: estudante de Educação Física.¹⁹ Certa vez, Luiz Carlos aproveitou uma oportunidade e comentou estar interessado em participar das reuniões.

Eu perguntei se poderia conhecer. E ele disse: “Não. Vou falar com o pessoal. Depois você pode ir à reunião. Conhece o pessoal e o grupo. E saber o que eles estão fazendo”. Quando fui para o grupo estava no pré-vestibular, trabalhava com guarda-livros, como freelancer. Ela [Marlene] me convidou para participar das reuniões e acho que eram quinzenais (LUIZ CARLOS RODRIGUES).

Mesmo não estando na universidade, os integrantes do GTAR apoiaram a entrada do secundarista no grupo. Já haviam tido a experiência positiva anterior e apostaram no interesse do rapaz:

(...) porque tinha uma pessoa, o Gilberto, que era do grupo que também não tinha entrado na universidade e fazia parte do grupo era tesoureiro (LUIZ CARLOS RODRIGUES).

As construções das memórias apresentam-se interligadas aos projetos das pessoas e aos grupos sociais envolventes (VELHO, 1998:109-126). Nesta perspectiva, pensamos que o debate pode ser reelaborado, na interseção constitutiva entre memória e história. Entendemos memória como um compartilhamento de lembranças e textos sobre um passado, um olhar para o passado aportado em interesses e visões de mundo presentes, sem rigidez a métodos ou senso crítico: um tipo de fonte usada pela História.

Destacamos que o passado *desloca* a memória e o ato de lembrar não significa apenas *reviver*, mas sim *refazer, reconstituir, repensar com imagens e ideias de hoje experiências do passado* (GONDAR, 2000:55). Como qualquer outra fonte histórica – textual, imagética, orais, escritas e visuais – há sentidos de subjetividade; como a desnaturalização do esquecimento, como “tarefa essencial para pensarmos a constituição da

19 Um dos sócios do curso pré-vestibular Acadêmico era o ex-reitor José Raymundo Martins Romêo (1982-1985). De acordo com o então, estudante do curso, Luiz Carlos, além de serem reconhecidos como “muito humanas”, davam bolsas de estudos, “olhavam muito o lado dos alunos”. No exercício do cargo de Reitor da UFF, participara da Semana de Estudos.

memória” (Op. cit.: 38). Assim lembrar é esquecer, selecionar e rearticular formas de consciência, ação e emoção.

1.7 – Os Caminhos da Escrita

A fundamentação teórica foi desenvolvida basicamente no capítulo 2 – *O saber negro* é dividido em dois momentos. A *Primeira Fase do GTAR (1975 – 1983): Militância Acadêmica* em que são analisadas as bases que forjam a sustentação argumentativa do ideário do Grupo de Trabalhos André Rebouças como, brevemente, algumas personagens chaves desse momento. E, na “Segunda fase do GTAR (1983 – 1995): Expansão ou Reinvenção”, a pesquisa faz um rastreo das ações fora do espaço acadêmico, também são apresentadas as principais ideias que perpassaram os Cadernos de Estudos e outras publicações da organização.

E, a conclusão baseada na experiência exposta na introdução e das ideias desenvolvidas dos acadêmicos situando a importância do grupo ainda na realidade hoje.

Capítulo 2

O Saber Negro

2.1 – Primeira Fase (1975 – 1983): Militância Acadêmica

O Grupo de Trabalhos André Rebouças surgiu, em 1975, com a instalação da *Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*, na Universidade Federal Fluminense. Na organização, alunas/os autodeclaradas/os negras/os²⁰ dos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Química e Física da UFF. O evento ocorreu entre os dias 12 e 16 de maio, no Instituto de Ciências, História e Filosofia (ICHF), no Ingá.²¹

A proposta da Semana de Estudos era a constituição de um espaço/tempo para se falar diversos aspectos da experiência do negro brasileiro: “não como ‘contribuintes’, nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes desta formação” (NASCIMENTO, 1974 apud RATTTS, 2006:101). O desenvolvimento dessa reflexão foi possibilitado por meio de dois movimentos: transmissão de informações e discussão com a comunidade. E, portanto, para aqueles jovens, o temário deveria explicitar “uma nova forma de abordar as relações raciais concernentes à raça negra”, que no entendimento deles:

[...] partir de um estudo proferido do Negro enquanto Raça e de sua implicação na totalidade social, da qual foi posto à margem, em consequência do ‘preconceito racial’ (CUNHA, SOARES, NASCIMENTO, VENTURA, 1976:s/n).

A partir dessas aspirações, a organização buscava reunir autoridades e especialistas envolvidos na sistematização do conhecimento na área de Ciências Humanas, como pessoas que pela atuação direta com a comunidade se envolvessem com as diferen-

20 Conforme classificação de “cor e raça” do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em que categoria “negro” é o somatório de pretos e pardos.

21 Criado junto à Reitoria, em Icaraí, o ICHF com a expansão e falta de espaço foi transferido para a Rua Lara Vilela, atual sede do IACS (Instituto de Arte e Comunicação Social), onde ficou até 1976. Novamente foi transferido para o Valonguinho.

tes dimensões da questão racial. Dessa forma, investiram no formato acadêmico das discussões – temário, sistematização, condução. O grupo entendia que esse formato traria um “duplo benefício” à questão negra para a sociedade brasileira. O primeiro benefício seria o próprio tema, que receberia um tratamento com “uma conduta mais científica”. O segundo preparando o indivíduo “para uma ação voltada para a sua comunidade de origem”.²²

As pretensões do GTAR com a formulação da construção desse fórum na Universidade mostra certo acúmulo de discussões para a articulação das inúmeras etapas concernentes a organização de um evento acadêmico. Ou seja, seu embrião fora gestado em discussões encetadas, em 1973, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos,²³ no então Centro Universitário Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

Há na literatura sobre a trajetória da mobilização negra no Brasil, em especial, no que tange a região Sudeste, especificamente no Rio de Janeiro, a fala sobre a “retomada político-ideológica” pós-64, por meio da comunidade negra “dando ciência” de como ela decodificou os discursos subjacentes da luta da mobilização negra norte-americana no “Black is beautiful”, e de outro, “uma iniciativa oficial, acadêmica, [...] via ‘Bahia, África e Oropa’ e com muito axé em cima” (GONZALEZ, 1998:34).

Ao mesmo tempo em que esse “movimento negro contemporâneo”, da década de 70, se referenciou nos pensamentos advindos da diáspora negra de uma maneira geral e, nos embates da descolonização de países africanos, notadamente os de colonização portuguesa, outro aspecto deve ser destacado: a via sempre foi de mão dupla, como o ir e voltar das águas do Atlântico que leva o navio (um mundo à parte, com seus códigos, identidades, perfis, historicidades cruzadas, humanidades diferenciadas) (ARAÚJO PEREIRA, 2013; GILROY, 2001).

Maria Beatriz Nascimento fizera um curso de especialização de História na UFF sobre mobilidade do negro no mercado de trabalho, primeira pesquisa da professora de História da UFF, Maria Maia de Oliveira Berriel. A docente encaminhara os alunos, com a supervisão de Beatriz, para o Afro-Asiáticos em busca de bibliografia específica sobre o negro no Brasil. O jogo de interesses fechou as parcerias: de um lado os alunos carecendo da literatura e espaço para debates; de outro, a pequena equipe do Afro querendo acessar os resultados da pesquisa. Todos motivados, afetando-se mutua-

22 Breve histórico do GTAR. Mimeo. Documento pertencente ao acervo pessoal de integrantes do Grupo de Trabalhos André Rebouças disponibilizados para esta pesquisa.

23 O CEAA é nominado, oficiosamente, como “Afro-asiáticos” ou “Afro” pelos frequentadores da época - nomenclaturas das quais esta pesquisa se apropria.

mente em prol de novos conhecimentos para “formar um grupo de estudos” (GTAR, 1978:01). O professor José Maria Nunes Pereira, então vice-diretor do Afro-Asiáticos, convidou Beatriz para coordenar o grupo de estudos no CEAA sobre o negro no Brasil, já que ele atuava com relações Brasil e África. Por quase dois anos, reuniões, aos sábados: no início, quinzenais, depois, semanais. Debates, leituras de textos e capítulos de livros.²⁴ Entre os autores, o artigo de Beatriz que havia sido lançado naquele período *Por uma história do homem negro*, pela Editora Vozes (NASCIMENTO, 1974 apud RATTS, 2006:95).

Contaram com alguns “obstáculos metodológicos”, entendidos pela inexistência de “informações suplementares”, e acesso a outras fontes; à necessidade de construção de novos instrumentos metodológicos; bibliografia nacional e estrangeira: a dificuldade do domínio de outros idiomas e de participação em congressos nacionais e internacionais. Esses foram alguns dos fatores limitantes para aqueles estudantes oriundos de famílias de baixa renda, que participaram das reuniões no CEAA e que viriam a constituir o GTAR;

Certamente, que, para o amadurecimento dos debates o caminho foi árduo e cansativo. Mas importante! Considerando que, sucumbir “a crítica apressada à instrumentação metodológica e didática, em nome da prioridade dos objetivos educacionais”, não torna visível outras intenções de negação “aos dominados de acesso aos instrumentos e recursos para sua libertação” (SEVERINO, 1996:19).

Uma das preocupações de Beatriz Nascimento era com o tratamento das fontes. Ao estudar a organização social de quilombos, o que se tinha convencionado historicamente é que foram sempre reprimidos desde o século XVI. Mas, os quilombos não se esgotaram na história da repressão. Segundo suas pesquisas, pelo contrário, metamorfosearam-se ou tiveram continuidades diferenciadas. Os registros documentais produzidos sobre eles foram feitos a partir de fontes oficiais, pelos agentes do poder dominante, o branco opressor.

Quando se trata de História do Brasil, ou História Geral, dentro da metodologia de história, você tem que fazer uma crítica muito severa a respeito desses documentos, porque são documentos daqueles que reprimiram que só viram aquilo que acharam que era negativo [...] o Quilombo tem outra perspec-

24 Vários autores discorrem sobre este início dos debates no CEAA, entre eles: MONTEIRO, 1991; BERRIEL, 1988; ALBERTI & ARAUJO PEREIRA, 2007; ARAUJO PEREIRA, 2013; SEGURARAMIREZ, 2000; NUNES PEREIRA, 2008.

tiva [...] o estabelecimento humano que o quilombo foi de homens que se entendiam como homens independentes de serem escravos ou não.²⁵

Se o olhar deve ser criterioso para com o que os documentos registram, o mesmo deve se ter para registrar o que se vai produzir a partir de uma nova ótica que se quer estabelecer. Entretanto, para se constituir esta nova lógica, esta nova teoria, teriam que construir as suas bases, os seus conceitos, um longo caminho deveria ser trilhado, a começar pelos seminários acadêmicos com os/as pesquisadores/as que se dispusessem a aceitar o diálogo entre iguais termos com os/as poucos intelectuais negros/as que lançavam os questionamentos.

O depoimento de Beatriz à Monteiro (1988:88) lembra que, na década de 70, “não havia no movimento, quadros reconhecidamente de intelectuais” que eram, até então, representados por professores universitários: “quer dizer, não negros”. Na perspectiva gramsciana, os intelectuais formados no interior de sua classe e integram uma sociedade cuja cultura é burguesa (SOUZA SANTOS, 2009). Logo, suas instituições transmitem conhecimentos científicos que derivam da classe dominante, meio propício para propagar a cultura burguesa e fazer os enquadramentos dos indivíduos neste modelo. Os grupos raciais historicamente considerados como os “outros” não conseguiriam, portanto, constituir seus intelectuais voltados para as suas questões. Daí a importância de ações dos movimentos antirracistas que buscam a transformação desta realidade, conforme coloca RATTS (2009), ao discorrer sobre o movimento negro de base acadêmica, discutido mais adiante nesta pesquisa.

Neste momento, é cabível situar que as críticas aos “intelectuais negros/as” eram contundentes de setores do movimento negro: “O pessoal do SINBA achava que éramos os heréticos do movimento na medida em que nós articulávamos com os professores brancos” (MONTEIRO, 1988:88).

Se de um lado, entre os pares da militância negra as dificuldades de comunicação, por vezes, eram flagrantes, até por conta de questões conceituais; de outro junto aos acadêmicos brancos do poder dominante, os atritos eram mais comuns e frequentes, com total desequilíbrio de forças, já que estes detinham (detêm) o capital social e simbólico. Não havia reconhecimento de que intelectuais negras/os dominassem os códigos

25 A TV Cultura de São Paulo em 1977 produziu o documentário *O Negro da Senzala ao Soul* com reportagem de Gabriel Priolli. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A&t=759s>>, acesso em 20 março 2016..

acadêmicos e que fossem protagonistas de sua própria pesquisa da qual o negro era o cerne do estudo.

Outro palco de embates, em que os/as palestrantes e promotores do evento são intelectuais negros no espaço acadêmico e os mesmos são questionados com veemência por aqueles que não estão acostumados a verem tais corpos neste lugar. A ilustração pode ser avaliada no seminário Quinzena do Negro realizado, entre os dias 22 de maio a 8 de junho de 1977, promovido pelo sociólogo e doutorando negro Eduardo Oliveira e Oliveira, na USP. O carioca, radicado em São Paulo, desenvolvia ações e discussões teóricas acerca da construção de “uma ciência para e não sobre o negro”. E, no programa do evento a tônica era “revelar o negro como criatura e criador. Numa palavra: Sujeito” (TRAPP, 2017).

2.1.1 – Os Alicerces

Em sua tese de doutoramento, Berriel (1988:12) teceu elogios ao Grupo de Trabalhos André Rebouças, destacando os nomes de Marlene e Sebastião, e de Beatriz Nascimento, cuja coordenação imprimia “estímulo” e “reforço necessário para o melhor desempenho” (BERRIEL, 1988:12).

2.1.1.1 – Maria Beatriz Nascimento – Formada em História, em 1971, pela UFRJ, fora orientada pelo historiador e diretor do Arquivo Nacional José Honório Rodrigues. Esse pesquisador brasileiro “francamente anticolonialista” no que tange a trabalhos relacionados à África (ZAMPARONI, 1995:105-124), era encantado pelo empenho e dedicação aos estudos de Beatriz. Assinaram várias pesquisas juntos e ele a apresentou ao universo acadêmico. Num desses encontros, ela conheceu a professora Maria Maia Berriel, com quem faria um curso de especialização e viria a coordenar sua pesquisa sobre o negro no mercado de trabalho levando os alunos para o CEAA.

Quanto ao GTAR, a proposta foi o desenvolvimento de um projeto político e pedagógico que envolveu a parceria de Marlene, sua irmã Rosa, Ana e o apoio generoso de Eduardo Oliveira e Oliveira. Como estratégia de continuidade geracional do trabalho, o envolvimento de alunos dos períodos iniciais com os veteranos “num trabalho organizado política e teoricamente, teriam uma formação mais sólida, mais consistente para poder enfrentar as dificuldades que todo aluno negro enfrenta na universidade”

(MONTEIRO, 1991:06). Beatriz partia de sua própria experiência de isolamentos propiciados durante toda a sua formação, piorando quando chegou ao nível superior (Op. cit., 1991; RATTS, 2007), período em que seu contato com o negro diminuía consideravelmente.

A entrada no Grupo André Rebouças acabou me sustentando na universidade. Não sei se completaria o curso se não tivesse entrado no grupo. Foi uma das coisas para eu sobreviver naquele mundo muito hostil que era a universidade para negros (VALMIRO NUNES).

Novamente ela migra, adaptando-se “ao novo mundo”, não mais o do “subúrbio” aclimatado. A Zona Sul foi percebida por ela como um outro Brasil, interdito para negros/as, salvo para o labor.²⁶ De fato há um outro país com uma outra história que ela precisava descortinar com o estudo da História. Era necessário “ver o negro com o seu destaque e importância na formação brasileira” (COSTA, 1982:195).

Nesta perspectiva de construção de conhecimentos Beatriz orientava seus alunos de forma alguma aceitarem o “paternalismo, especialmente intelectual”. Ela falava a partir de sua própria experiência:

Como o jovem branco, eu adquiri instrumentos para o meu conhecimento através do estudo da História, na qual acredito totalmente. São instrumentos adquiridos na cultura branca ocidental, portanto nada deixo a dever a ele. (NASCIMENTO, 1974a *apud* RATTS, 2006, p. 98)

Apesar de Beatriz ter sido a idealizadora do grupo, mentora intelectual da primeira fase ou coordenadora inicial, seu nome não aparece no Estatuto de fundação da instituição, nem nas Atas. Ela se orgulhava de ter organizado o grupo, que:

[...] é onde me apoio emocional e intelectualmente. Os seus integrantes são hoje profissionais de outras áreas que não a de ciências humanas, tem gente de tecnologia, química e física, ma nos conhecemos todos quando eles eram estudantes e eram alunos meus, do Eduardo de Oliveira e Oliveira, da professora Maria Berriel, do professor Carlos Hasenbalg e de Ivone Maggie [sic]. O nosso trabalho começou na época braba mesmo, em 1974, em plena gestão do AI-5,²⁷ quando juntar gente para discutir esses assuntos era perigoso (COSTA, 1982:195).

Os laços entre Beatriz e o GTAR nunca se perderam: ministrava palestras, conferências, conselhos, em certa medida, acompanhada de longe o crescimento e a

²⁶ Matéria da BBC Brasil trata da pesquisa do estudante de geografia da USP, Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, que criou mapas que ilustram segregação racial no Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151109_mapa_desigualdade_rio_cc>, acesso em 20 janeiro 2018.

²⁷ AI-5 – O Ato Institucional N° 5 baixado em 13 de dezembro de 1968, no período do general Costa e Silva, vigorou até 1978. Produziu arbitrariedades que ainda precisam ser analisadas as várias facetas dos anos mais de 20 anos de ditadura militar instalado no Brasil com o golpe de 1964 que perdurou até 19985. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>, acesso em 20 mai 2016.

caminhada dos filhos. Em 28 de janeiro de 1995, Maria Beatriz Nascimento teve sua trajetória interrompida por cinco projéteis desferidos por um albergado da justiça, que depois, fugiu.

2.1.1.2 – Marlene de Oliveira Cunha - Maria Beatriz Nascimento era a “grande luz”, do GTAR, mas Marlene, era a “âncora”, afirmou Luiz Cláudio Barcelos, da segunda geração do grupo, ao lembrar-se da primeira presidente do GTAR. Ele faz coro às falas dos “mais antigos”, de que ela foi uma das “grandes damas”. Marlene fazia a mediação entre os pesquisadores acadêmicos ou não com os estudantes que iniciavam sua militância-acadêmica no GTAR. E, como mediadora desenvolvera suas habilidades de negociadora.

Com formação no Curso Normal que a habilitou para prestar concurso público para a rede pública de Niterói para o ensino do primeiro grau,²⁸ Marlene complementava a renda com escolas particulares. Entre 1971 e 1976 fez bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais. Coursou duas disciplinas com a professora Berriel e fora sua bolsista em um projeto de pesquisa para o programa de especialização em História, quando conheceu Beatriz Nascimento. Desse encontro, afinidades, projetos de vida que ultrapassariam gerações.

Com a amiga e historiadora, aprendeu muito, fez campo em suas pesquisas sobre quilombos. Aguçou sua percepção para a necessidade de se autoconhecer, aguçar a sensibilidade, inventariar dados e entre outras questões, assumir a difícil tarefa de adequar-se a “uma linguagem científica” que somente exercitara ao acessar a Universidade, visto que era oriunda de “um grupo que viveu sob forte opressão racial e repressão cultural” (CUNHA, 1988:18). A caminhada iniciada, em princípio, isolada, primeira da família na universidade, nos anos 70, ela se juntou às amigas, Beatriz e sua irmã, Rosa Nascimento, Ana Ventura e Marcos Romão nas reuniões no CEAA, que resultariam na certeza de que a Universidade era também o espaço deles, como o era de tantos “negros intelectuais” (AUGUSTO SALES, 2011:104), um espaço de se fazer “militância de base acadêmica” (RATTS, 2011:28-39). Como aprendera nas trocas com o sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira, os intelectuais deveriam ter consciência de que os problemas e soluções em torno da questão racial, mais do que sociológicos, eram de natureza política. Portanto, seria necessário que houvesse entendimento do significado do ser

28 A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 fixou as diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus, definindo-se como a unificação do ensino primário com os quatro anos do ginásial, em um total de oito anos.

negro no Brasil, “entre memória, passado e expectativas de transformação” (OLIVEIRA, 1977:22-28). Dessa profunda amizade entre intelectuais foram esboçados modelos teóricos que contemplassem as experiências afrodescendentes: essa foi a base estruturante do GTAR.

Em 1988, na defesa de seu mestrado na USP, amigos do GTAR estavam na plateia para apoiá-la. O título do trabalho define o histórico de sua vida desde que assumira qual seria sua contribuição político-social para a sociedade, para a História do Negro no Brasil: *Em busca de um espaço: A linguagem gestual no Candomblé de Angola*. Seu orientador foi o antropólogo e professor João Baptista Borges Pereira e cursou uma disciplina com o professor Ruy Coelho, primeiro diretor do Centro de Estudos Africanos (CEA/USP).²⁹

A habilidade como negociadora foi uma das capacidades pontuadas por Sebastião Soares, que entre as várias passagens marcantes de sua gestão, destaca que foi graças a Marlene que o GTAR conquistara recursos junto à Fundação Ford para o custeio da participação de palestrantes de outros estados e dos Estados Unidos nas Semanas de Estudos e de sua bolsa de estudos para cursar o mestrado em Antropologia na USP.

Marlene fez a negociação com a gerência do BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro)³⁰ para a abertura de uma conta bancária, parte do processo para recebimento dos recursos da Fundação Ford em 1976. Entretanto, um problema: o grupo não tinha numerário para atender a exigência do banco para a abertura da conta. Marlene apresentou o projeto ao gerente, deu as devidas explicações e tirou possíveis dúvidas, de forma absolutamente serena e segura. Após a análise dos documentos, preenchimento de outros, pronto: a conta corrente do Grupo de Trabalhos André Rebouças foi liberada.

Esta âncora teve várias dimensões, como a preocupação com o rigor acadêmico, a postura não só dentro do espaço hostil ao corpo negro, mas também junto mesmo à própria militância, que parecia não entender as dificuldades porque passavam aqueles/as universitários/as para manter o fórum sobre as questões raciais no campo científico, produzir conhecimentos a partir do próprio negro.

As reuniões do grupo eram feitas na casa de Marlene até sua mudança para São Paulo por conta do mestrado em 1983. De acordo com os relatos, esse espaço foi decis-

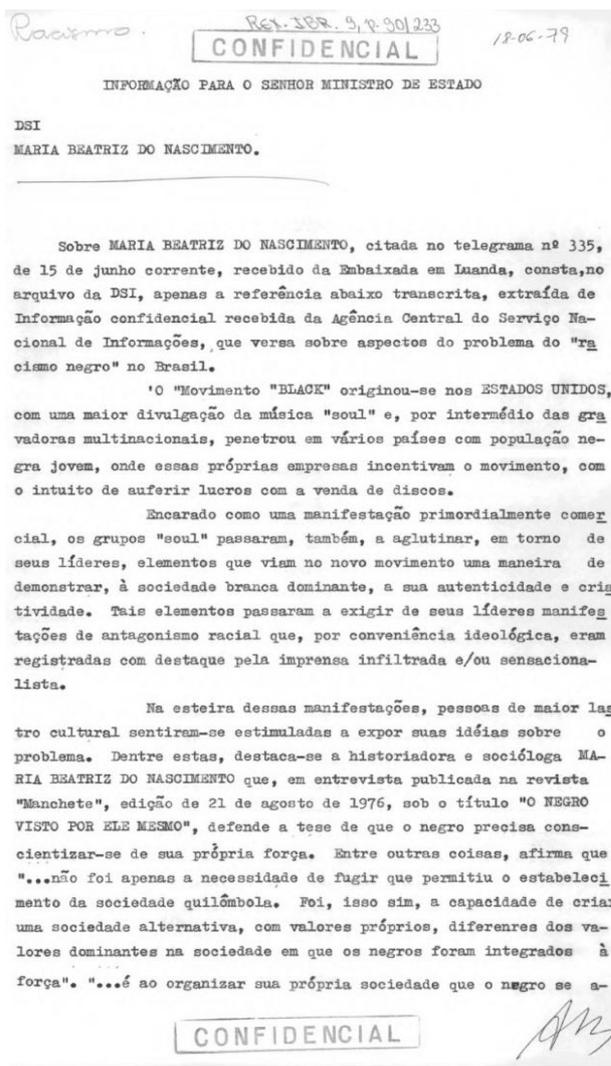
²⁹ O CEA foi fundado, em 1963, ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. O mais antigo foi o Centro de Estudos Afro-Orientais criado na Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA) em 1959. O CEAA da Universidade Candido Mendes iniciou suas atividades em 1973. Em 1985, a Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, instalou o seu NEAA - Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos. Mais análises a respeito em Zamparoni (1995:105-124), Nunes Pereira (2016) e Segura-Ramírez (2000).

³⁰ Banco estadual privatizado no governo Marcelo Alencar (PSDB), em 1996.

vo para o sucesso para a união do grupo nesta fase inicial. Esse gesto não pode ser percebido somente pela via da praticidade, que obviamente tem peso. Mas há outros condicionantes importantes.

A questão de segurança pessoal dos jovens negros que organizavam um seminário acadêmico sobre a temática das relações raciais, tema que confrontava com o dogma em vigor da democracia racial definido como um símbolo das forças que governavam o país desde o golpe de 1964. Todas as mobilizações que rejeitassem o discurso de que as discriminações raciais, ou melhor, os preconceitos raciais ocorridos eram casos pontuais eram motivos de relatórios dos agentes infiltrados.

(...) os ativistas e movimentos, como Movimento Negro Unificado, Grupo União e Consciência Negra, Grupo Afro-latino América, Grupo Negro Universitário, eram constantemente vigiados por “arapongas”, isto é, investigadores disfarçados que relatavam o cotidiano destes por meio de infundáveis relatórios guardados no DOPS/SP (KÖSSLING, 2007:88).



A riqueza dos detalhes de alguns relatórios demonstrava que os “infiltrados” teriam de ser efetivamente personagens com o perfil do grupo investigado, ou seja, racialmente negro. Portanto, é plausível o temor dos integrantes do GTAR, em especial aqueles que já tinham um histórico de participar das reuniões no CEEA, em anos anteriores. Como ilustração (Imagem 01), um relatório do DSI – Divisão de Segurança e Informação – ao “Senhor Ministro de Estado” sobre Beatriz Nascimento, com data manuscrita de 18 de junho de 1979.

(...) telegrama nº 335, de 15 de junho corrente, recebido da Embaixada em Luanda, consta, no arquivo da DSI, apenas a referência abaixo transcrita, extraída de mação confidencial recebida da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, que versa sobre aspectos do ‘racismo

Imagem 01 – Relatório do DSI sobre a historiadora Beatriz Nascimento.

Fonte: Acervo pessoal

negro' no Brasil (ARQUIVO NACIONAL, ACERVO REGIME MILITAR).

A UFF, como todas as instituições de ensino superior, manteve agentes ligados à reitoria em constante contato com o DSI/MEC – Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura,³¹ com a função de investigar “qualquer suspeita de resistência ao regime ou do que eles entendiam como ‘subversão’”, como as “atividades estudantis e/ou acadêmicas”, como seminários sobre relações raciais (GAMA PEREIRA, 2017). Portanto, era vital para os integrantes do GTAR que naqueles momentos iniciais de formulação dos seminários, que estivessem protegidos fora dos “olhos” e “ouvidos” dos agentes de segurança travestidos de alunos e funcionários da universidade.

Outro aspecto a ser salientado é a questão da “família” que implica proximidade, respeito aos mais velhos, respeito mútuo, acolhimento e proteção. É importante não esquecermos que se ainda na atualidade jovens negros que ao andarem juntos conversando sobre algo prazeroso atraindo a desconfiança e imediatas acusações imaginárias de agentes de segurança pública, na década de 70 em pleno regime militar em que o corpo negro não era visível na universidade³² e não se falava em racismo ou discriminação racial, a situação era muito mais complexa.

Na casa da Marlene, era como se você estivesse na minha casa; quando estava na casa de Beatriz era como se estivesse na minha casa. E essa organização familiar fazia com que em alguns momentos [...] um ou outro quisesse se exaltar. A própria intervenção da mãe, do irmão, da irmã: "Vocês estão gritando por quê?", "Vocês estão conversando ou brigando?" [...] A mãe da Marlene... “Estão gritando muito, fala baixo aí... Calma. O que está havendo? É briga?” Esta organização familiar... (SEBASTIÃO SOARES).

Sua mãe, Dona Elydia de Oliveira, sempre que ouvia um tom um pouquinho mais alto na sala aparecia perguntando se estava tudo bem. Porque, para a matriarca, todos ali, eram irmãos, como uma família negra africana, como sua família extensiva. E, como tal, não poderia haver brigas, rispidez na fala, quase “vias de fato” (SEBASTIÃO

31 O DSI tinha como função a investigação por dentro dos ministérios civis. No caso específico da Educação, centrava-se no MEC e a toda sua cadeia produtiva. Essa divisão era ligada ao SNI - Serviço Nacional de Informação, projeto esse formulado pelo general Golbery de Couto e Silva, membro da Escola Superior de Guerra e do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

32 Os primeiros estudos demográficos no Brasil que mostram as desigualdades entre grupos raciais no foram patrocinadas pelo grande projeto da UNESCO nos anos 1950. Com o pós 2ª Guerra Mundial e suas consequências danosas, o Brasil e suas relações amistosas entre as três raças virou a fórmula perfeita a ser analisada e reproduzida. Os resultados das pesquisas indicaram que esta hipótese era absolutamente errada. No Rio de Janeiro, a demografia foi amplamente usada por Costa Pinto (1952) e, na Bahia, Thales de Azevedo (1952). Na década de 70, Hasenbalg (1979) e Teixeira (2003) analisam a entrada ou não no sistema de ensino e seus filtros a cada passagem de ciclo até a chegada do nível superior, demonstrando que os gargalos são cada vez mais estreitos.

SOARES). Este aprendizado de autocontrole os modelava para atuarem em outros ambientes, com outras pessoas, de variados níveis socioculturais e educacionais. Havia um entendimento no GTAR, de que a coordenação geral (presidência) deveria ser exercida por uma mulher do grupo eleita pelos membros. Este tipo de atuação não era prática nas organizações negras da época, pelo contrário, havia críticas quanto ao “machismo negro” (RATTS, 2009; VIANA, 2015).³³

Com a mudança de Marlene para São Paulo, por conta do mestrado na USP, o grupo teve de eleger outra pessoa para assumir sua vaga. Na falta de outra mulher preparada para lidar com a diversidade de ações tanto no espaço acadêmico, na militância negra, como junto aos fornecedores e agências de fomento, não houve outra opção: um homem assumiu a gestão, Sebastião Soares. Tempos depois, a mulher retomou a função de gestora do grupo, como sempre fora o seu destino, pelo menos era desta forma que fora possivelmente imaginado por Beatriz e Marlene. Na eleição, Cláudia Martins Magalhães assumiu a presidência do GTAR.

No dia 13 de agosto de 1988, Marlene também seguiu seu caminho. Em uma triste realidade, ela entrou para estatísticas de mortalidade materna entre mulheres negras.³⁴ “Quando Marlene partiu, ela deu a luz ao João. Ela realmente deu a luz: porque ela deu a vida e seguiu em direção à luz” (FREITAS GOMES, 2017).³⁵

“Viga mestra” da família, ora na escravidão, ora no início da “liberdade” a mulher negra foi e é o referencial da sustentabilidade física, moral e religioso do grupo, que padece no emaranhado de estereótipos determinados por uma sociedade hierarquizada e paternalista (THEODORO, 1996; NASCIMENTO apud RATTS 2009).

Conforme Theodoro (1996:28) existe uma força interior a determinar que se siga em frente: “é a nossa tradição”. Suas ancestrais deixaram como legado a “força da resistência, a capacidade de amar e doar”, mesmo que filhos seus não sejam. É da tradição de “‘Iyá-mi’ – grande mãe, geradora de todas as coisas vivas, que tudo transforma,

33 Na vasta literatura sobre feminismo negro, há discussões a respeito desenvolvidas por Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, entre outras intelectuais negras.

34 Soares Filho (Giovanetti et al. apud 2012:53), somente na década de 90 os Sistemas de Informes em Saúde do Brasil incluíram o recorte étnico-racial nas estatísticas oficiais, mas somente com a pressão dos movimentos negros.

35 Bethânia Nascimento Freitas Gomes é filha de Beatriz Nascimento e mora no Harlem, bairro de Manhattan, em Nova Iorque. Mensagem audiovisual apresentada na mesa de abertura "Nossos passos vem de longe..." durante o Seminário Novembro Negro realizado pelo Coletivo Marlene Cunha no Museu Nacional - UFRJ, dias 08 e 09 de novembro de 2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/joao.alipio.1/videos/1471402722951073/>>, acesso em 19 de novembro de 2017.

[...] criando novos laços e uma nova concepção de família, na qual todas as crianças da comunidade sempre encontraram acolhida”. São as *Tias*.

2.1.1.3 - Maria Maia de Oliveira Berriel – Ela foi convocada várias vezes até agora, portanto, mesmo que ela informasse que para as vigas mestras seriam os três alunos-amigos, sem ela, o grupo não teria estabelecido as Semanas de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Sociedade Brasileira em 1975. Ela exerceu o cargo de diretora do ICHF de 1975 a 1979, quando ainda vigorava o decreto-lei nº 477,³⁶ que determinava a expulsão de professores e alunos envolvidos em atividades políticas ilegais.

Para um soslaio da dimensão da importância da professora Berriel para o GTAR, necessário se faz apresentar pinceladas da ambiência da UFF naquele período. Estudos como o de Gama Pereira (2016:16) desmistificam que aquela instituição tenha “tido relativa autonomia” e por outros, tenha sido quase uma “ilha da liberdade”.

O SNI organizava as unidades de informação dentro das universidades utilizando o MEC que mantinha um setor de segurança, aos moldes das existentes nos ministérios, com agentes infiltrados. Ainda não tinham pessoal preparado, como na atualidade, aqueles eram “quase sempre despreparados”.³⁷

Eram comuns atitudes e situações constrangedoras, como a de um oficial que procurara a direção do ICHF para saber qual professor daquele departamento que havia mandado um aluno ler um livro subversivo. Ao se inteirarem das acusações, a diretora e o chefe do departamento perceberam a gravidade da situação, ignorância e despreparo daqueles militares, poderiam causar sérios problemas. O estudante fora preso quando passeava em uma praia de Niterói fumando maconha e portava o livro “Os 18 Brumários”, de Karl Marx. Para os agentes de segurança, o crime do estudante era portar um livro de Marx.³⁸

Outra situação mostra que o clima de delações e medos era de tal monta, que um estudante fora acusado de ser um agente infiltrado. A prova cabal era o corte do cabelo, porte físico e forma de se trajar. “Ao se sentir estigmatizado pelos colegas ele peregrinava pelas salas afirmando não pertencer aos quadros repressivos”.³⁹

36 Assinado em 26 de fevereiro de 1969 o decreto constituiu-se em forte instrumento de repressão dentro das universidades. Baixado pelo presidente Costa e Silva, sendo ministro de Educação o gaúcho Tarso Dutra.

37 Santo Conterato, entrevista realizada em 22 de abril de 2004. Na década de 1970, ele dirigiu o Departamento de Ciências Sociais.

38 Wagner Neves Rocha, entrevista realizada em maio de 2004. Na década de 1970, chefiou o Departamento de Antropologia.

39 Almir de Abreu, entrevista realizada em março de 2004. Na década de 1970, o professor de antropologia chefiou o ICHF.

Reuniões de alunos no espaço universitário eram dispersadas rapidamente pela segurança patrimonial ou policiais militares, para evitar o fantasma do esquerdismo. Só eram permitidas se fossem para estudos, mas não havia garantias que poderiam acontecer. Dependeria de algumas variáveis, como o número de pessoas envolvidas, da hora, do local e, disposição do agente repressor.

A interferência no projeto pedagógico da área de comunicação. Quando da instalação do Instituto de Arte e Comunicação criou-se no um setor de Arte para gerir o cinema (com uma sala de exibição) e o teatro. Os alunos aprenderiam as técnicas inerentes à produção de um filme. Porém, a experiência foi interrompida no nascedouro: o cinema havia sido inaugurado pouco antes do AI-5 e, para evitar que os alunos o usassem para algum tipo de manifestação a polícia interditou a sala (PEREIRA DOS SANTOS apud VASCO, 2002:296-297).⁴⁰ O cinema no Brasil, naquele período, era considerado perigoso, tido como altamente subversivo. O regime militar conhecia a prática do movimento estudantil de utilizar-se de centros acadêmicos, cineclubes e outras iniciativas artísticas para fomentar o olhar crítico da universidade e da sociedade como um todo.

No caso dos professores, vigorou a “cassação branca” que, por meio de pressões internas, perseguições, delações, demissões, aposentadorias precoces. Entre os cassados, Wagner Rocha citou dois casos: o professor Alberto Coelho, contratado para substituir o professor Wanderley Guilherme dos Santos, em Metodologia da História. Suas aulas eram contextualizadas com os acontecimentos no mundo. Dinâmicas, elas atraíram não só estudantes como agentes infiltrados. E, o professor Hugo Weiss, teve o mesmo destino devido a sua atuação “fora da UFF” (ASPI/UFF, 1988:1). Havia o temor do AI-5 e o decreto 477/69, que controlavam as insatisfações que se articulavam.

Na direção do ICHF, Berriel sabia que teria de lidar com as variáveis que se apresentavam ao longo do trabalho. Dinâmica, como boa antropóloga, estudava criteriosamente o campo. Seguiu os protocolos, autorizava ou não atividades acadêmicas extracurriculares dos alunos. Junto com a liberação, ainda havia os memorandos para dispensa da aula, presença no Instituto e, tendo prova, segunda chamada, para os organizadores do evento. Numa das solicitações estava a do Diretório Acadêmico de História da

40 A ideia da criação do IACs, como existia em Brasília, partiu de entendimentos do Reitor Manuel Barretto e do jornalista e cineasta, Nelson Pereira dos Santos. Vários professores da Universidade de Brasília se deslocaram para a UFF. O conceito era fazer com que o cinema pudesse se autogerir, “combinar a própria atividade escolar com a fonte, não total, mas em parte, de recursos para a produção acadêmica. Mas houve interrupções, problemas. A época era muito difícil, o final de 68.”

UFF que queria reunir no campus do Valonguinho todos os DAs de História das Faculdades do Estado do Rio de Janeiro. Berriel avaliou que por conta do momento, poderia trazer danos físicos, não só para os alunos do DAs, mas aos demais da universidade que estavam em aula, para os trabalhadores. As aulas transcorriam normalmente. Portanto, sua decisão foi por negar a autorização. Porém, o DA não a respeitou e convocou as coirmãs para a reunião. O resultado:

Invasão da Polícia e do Exército. Todos nós ficamos sentados na quadra, obrigados a cantar o Hino Nacional. Deram um prazo de 5 minutos para irmos para as barcas, escoltados pela Polícia e pelo Exército. Então ela tinha razão? Tinha. Depois eles reconheceram. (...) as lideranças foram chamados para conversar com Berriel e passaram a entender que ela não era inimiga. Tiveram mais compreensão da função dela como diretora do Instituto. Acabou sendo querida pelos alunos/as. O enfrentamento dela era pela inteligência. E ela teve a coragem de ensinar que usassem a inteligência. Muitas pessoas colaboraram com a ditadura e não assumiam que colaboraram com ela. O grupo lutou contra duas frentes: racismo e ditadura (SEBASTIÃO SOARES).

As preocupações da diretora do ICHF eram concretas. Neste episódio, certamente, poucos saberiam informar sobre as violências ocorridas na invasão do campus da Praia Vermelha em 1968, que só obtivemos através de narrativas de poucos professores.

Os relatos acima são ilustrações do muito do que há para ser investigado, levantado, apurado, narrativas a serem construídas sobre o período sombrio dos anos do regime militar no Brasil. Com a redemocratização do país, o Estado brasileiro criou alguns mecanismos que ajudam a elucidar casos de violações dos direitos humanos, como em 1995 com a Lei nº 9.140/1995, que instituiu a *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*.⁴¹ (JESUS, 2015:18). Em 2012, outro órgão é criado pelo Governo Federal, a Comissão da Verdade composta por pesquisadores, professores e juristas que constituiu parceria com a sociedade civil, criando subcomissões que produziram relatórios relativos à repressão dentro do próprio ambiente empresarial. O termo é utilizado por GAMA PEREIRA (2017) – inclui as universidades – ao referenciar-se a abertura dos arquivos da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFF (ASI/UFF), disponibilizados com a lei de acesso às informações. Só para termos uma leve noção do quanto praticamente nada se sabe, a pesquisadora coloca que: “o acervo da ASI/UFF encontrado no Arquivo Permanente da Universidade conta com 27 caixas e cerca de 10 mil documentos” (Op. cit.).

41 A Lei nº 9.140/1995 disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9140-4-dezembro-1995-348760-norma-actualizada-pl.html>>, acesso em 23 jan 2018.

As atuais limitações impostas para esta pesquisa, no entanto, sinalizam possibilidades para futuros estudos, como nos apresenta Salles e Stampa (2016) sobre a repercussão da ditadura acerca do trabalho docente no ensino superior. Como foi o caso da professora Berriel ao abraçar o projeto de levar para o espaço acadêmico “a presença do negro na cultura brasileira”, que segundo Santo Conterato “não houve problema, foi fácil porque ela não partiu do negro para ciência (o movimento negro como objeto de estudo) e sim da ciência para o negro”. No seu entendimento, Berriel tinha um trabalho científico que dialogava com o conhecimento empírico e prático. “Ela conseguiu mobilizar melhor este tipo de estudos, inclusive os próprios negros que estavam dentro da universidade”. E, completa sua impressão:

[...] de quanto mais há preocupação com a ciência, pelo trabalho científico, menos havia interferência da repressão que dava encima dos ativistas, muito mais que aqueles que apresentavam trabalhos e pesquisas. Porque a tese de doutoramento dela fala sobre um movimento negro – embrionário (SANTO CONTERATO).

De fato, a preocupação não só de Berriel, assim como de todo o projeto Semanas de Estudos, era a produção de conhecimento, a construção de uma epistemis não sobre, mas com e para o negro. Portanto, Santo Conterato estava correto, esta postura dava a Berriel o “cacife” para mobilizar o tema dentro da universidade, não com facilidade, como ele afirmou, mas entrar com a discussão cercada de muitos cuidados. Por outro lado, como assinalado, há muito que ser reavalado deste período recente da ditadura militar e, mais ainda ao colocarmos as lentes de aumento à perseguição contra negros/negras, comunidades negras, movimento negro, ou aos que insistiam contra a decantada democracia racial.⁴²

O acadêmico Andreilino Campos enfatiza o papel de Berriel na construção do projeto das Semanas de Estudos na UFF ao defini-la como a pessoa da “logística”, o esteio “administrativo”. De fato, Beatriz não mais tinha vínculos com a universidade, terminara a especialização: os integrantes do GTAR, literalmente, caminhavam sozinhos com a Semana de Estudos. Eles divulgavam o seminário durante o ano, buscavam parcerias junto ao Diretório Central Acadêmico (DCE), aos professores, aos alunas/os negros/as ou não e, também, alianças com funcionários/as. Um trabalho árduo, que demandava tempo, dedicação, sem prejuízo às tarefas acadêmicas.

42 Mais reflexões sobre opressão e vigilância sobre negros e mobilização antirracista em: KÖSSLING (2007) e JESUS (2015).

A militância não era nada tranquila, afinal. Eram alunos e vistos como alunos negros fazendo militância negra no espaço acadêmico. Se na atualidade ainda causa incômodos, em especial, com o advento dos debates provocados com o advento das ações afirmativas modalidade cotas raciais de acesso ao ensino superior, quiçá no final dos anos 70 e início dos 80 quando grupos como o GTAR ainda estavam palmilhando o terreno para construir os grandes debates. Como Andreino afirmara, Beatriz já não era mais do lugar. E, mesmo o grupo já estabelecido, “Maria Beatriz continua frequentar Berriel, não o Instituto. Não é o Instituto que dá apoio ao GTAR. Não porque Marlene era da Sociologia, mas porque era ela aluna”. Em outras palavras, para que o grupo conseguisse caminhar e prosseguir duas eram as estratégias de sustentabilidade para Andreino Campos: a casa de Marlene e Berriel na UFF.

Berriel, certamente, era criticada, veladamente, como “protetora das causas perdidas”. A expressão no rosto das pessoas ao entrarem no departamento para falar com a diretora era de contragosto contido. Pois, sabiam que teriam de servir aquelas pessoas de cor, devidamente agendados. “Branca, rica, linda, maravilhosa, com um monte de crioulo, lá. Aquela sala, lá... vocês querem café, água? Três cafezinhos, água? Por favor. Imagine a cena...” (SEBASTIÃO SOARES).

A professora Berriel procurava acompanhar as palestras nas Semanas de Estudos, mesmo que fosse um dia sequer, pois para ela também era um aprendizado. Sua primeira pesquisa para o Departamento de História, que ensejou no encontro de interesses entre seus alunos e o Afro-Asiáticos partiu da constatação de que seus/suas alunos/as não conseguiam acesso e manter-se no mercado de trabalho. A inquietação partiu do inconformismo com o *status quo*, da necessidade de se questionar o que estava sendo determinado no cotidiano, mesmo que houvesse o temor da repressão. Como estratégia contra as consequências do controle da mente que o induz à anemia intelectual, Wagner Rocha traz o exemplar criativo do velho mestre Luiz de Castro Farias.⁴³

O titular de Antropologia criara as “atividades sabáticas” – estratégia para estimular o que poderiam ser monótonas aulas aos sábados impostas a partir da Reforma Universitária⁴⁴ (1969 a 1971). Elas consistiam em reunir os alunos no salão da sobreloja da Reitoria – onde o ICHF estava instalado. Ali todos tinham liberdade para falar sobre

43 Em 1953, participou – junto com Oracy Nogueira, Roger Bastide, Thales de Azevedo, Darcy Ribeiro, Edison Cardoso, Mattoso Câmara, entre outros – da criação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no qual ocupou a primeira gestão.

44 Tomamos como referência para refletir sobre os efeitos da Lei nº 5.540/68 sobre a UFF os autores TADEU DA SILVA, 1999; FÁVERO, 1977; CUNHA, 1983; VIEIRA, s.dt.

o que quisesse inclusive política. Castro Farias alertava para que não se iludissem com o proselitismo. A seu ver, lembrou Wagner Rocha, “a revolução era pela competência”. E cita uma passagem: “A Escola Superior de Guerra formava as elites, que eram eles. A Universidade era da elite. E, eles, alunos/as, é que deveriam se preparar para assumir os postos. Essa é a verdadeira revolução, a revolução da competência”.

E, foi nesta perspectiva de entender a trama que perpassava os discursos que impediam a revolução pela competência que Berriel que investira no estudo científico sobre as insistentes indagações que desnudavam as “manifestações de códigos estáticos” ou “a problemática do preconceito e das questões raciais”. Entretanto, com o desenvolvimento das pesquisas, em muito potencializadas pelas Semanas de Estudos, houve um deslocamento de seu olhar para uma nova perspectiva:

[...] outro aberto e dinâmico em processo de expansão, carregado de uma produção simbólica e com ma carga de significados e possibilidades estratégias capaz de gerar mudanças no quadro das relações, na medida em que adquirisse circularidades (BERRIEL, 1990:s/p).

Infelizmente nesta pesquisa pouco tempo se teve para buscar mais informações sobre a professora Berriel, que viria a se aposentar no início da década de 1990, vindo a falecer em julho de 2013.⁴⁵

2.1.1.4 – Sebastião Soares - As *tias*, vigas-mestras da casa GTAR contavam com Sebastião: “a terceira pessoa mais importante do grupo”, de acordo com Andreilino Campos. Para o geógrafo, quando aderiu à organização, ainda em 75, “o grupo já estava mais ou menos estruturado”. O então colega de universidade, “além de conhecer o grupo [...] fazia acontecer. Você conhecendo o Tião, você conhece o grupo. E como ele era da área de História estava próximo de Berriel”.

O “vírus da militância” havia sido inoculado naquelas reuniões que assistira no CEAA/UCAM a convite de Yedo Ferreira e Amauri Mendes Pereira e outros colegas que conhecera nas bibliotecas no Centro do Rio, exercendo seu papel de “rato de biblioteca”, como se autodenomina como um frequentador assíduo. As reuniões eram aos sábados, em uma pequena sala. Um pouco mais de vinte pessoas. Entre elas, conheceu Beatriz Nascimento e Marlene Cunha, “para discutir alguma coisa que não sabiam o que

45 Conforme Boletim de Serviço da UFF de 11/11/2013, disponível em <<http://www.noticias.uff.br/bs/2013/11/173-2013.pdf>>, acesso em 20 nov 2017.

era. Tentar organizar alguma coisa no sentido de ter espaço e referência para discutir até nossa própria vida” (SEBASTIÃO SOARES).

Oriundo de uma família numerosa, com fortes laços religiosos e tradição política, tem na figura da avó paterna a imagem da viga-mestra. Sua avó era uma liderança religiosa de umbanda, “mãe de santo”, seu terreiro, no município de Duque de Caxias, era frequentado por Tenório Cavalcante, que deixava a famosa “Lurdinha” com seus guarda-costas para entrar no espaço religioso.⁴⁶ Sua avó dizia que queria antes de morrer ver um neto na faculdade, ele cumpriu seu desejo e, fez recomendações. Na universidade, deveria ser o exemplo “para sua família, para nós”. O “nós” remetia à população negra, ao seu compromisso político com a sua comunidade de origem. Também, outros medos rondavam a família, medos objetivos. Teria um bom emprego? Não seria perigoso estudar na UFF? Afinal, a área de Humanas, a repressão? São questões cuja divulgação estava sob o controle do regime militar assim como todo o sistema comunicacional (veículos e profissionais). A informação era (é) vigiada, a preocupação estava no ar, era real.

Minha família tinha muito medo... Fez capoeira... A preocupação era o seguinte: o medo de ser preso ou morto. Era algo real: não era essa coisa gentil. A ditadura era violenta. Meu tio era líder do Cais do Porto, era diretor do Sindicato dos Portuários e teve que sumir. Porque o DOPS chegou lá gentilmente batendo em todo mundo. Então minha família ficou com muito medo (SEBASTIÃO SOARES).

Para a UFF foram professores que se contrapunham ao pensamento vigente, daí sua escolha para esta universidade e a vigilância severa:

Tinha até possibilidade de ir para a UFRJ. Mas eu já sabia que a UFF tinha um grupo de professores que tinha fugido para lá. Que tinha um grupo de cabeças feitas das Ciências Políticas, da Antropologia e na Sociologia. Na realidade, sou cientista social ainda bem pleno. Estudei tudo isso. Não estudei este pacotinho que estão dando para a garotada. Sou cientista das generalidades.

Entre eles os professores Castro Farias, Stela Martins (aposentada pela Sorbonne, foi saída em 75) (...). Esse universo é que me atraiu, porque tinha uma esquerda que tinha vários núcleos de esquerda. (MARCOS ROMÃO).

Superado funil do vestibular ou o “gargalo”, como se referencia De Poli Teixeira (2003:14) ao “estreito” processo de seletividade “aos graus mais elevados de ensino no Brasil”: o “choque” da realidade. Sebastião relembra que, a “a faculdade era muito europeia. Ingá era uma coisa grandiosa em termos de Niterói”. De fato, para aqueles

46 Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque (1906-1987), político controverso do município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, que tinha uma metralhadora de nome *Lurdinha*.

que não conheciam o bairro do Ingá, área nobre da Zona Sul de Niterói com belos casarões, que, ainda, na atualidade, guarda resquícios do esplendor dos tempos áureos de uma cidade que um dia fora capital do Estado do Rio de Janeiro, até a perda do título com a fusão em 1975. Para termos ciência da pujança do prédio conhecido como “Casarão” onde se localizava o ICHF, hoje IACS, ele fora construído no século XIX para ser a residência de um cônsul grego. No início do século seguinte, seria transformado em uma escola particular. Um pouco mais de quatro décadas depois foi incorporado ao espólio da UFF.

A estética europeia da faculdade era outra face que Sebastião sabia que iria encontrar, mas somente quando se apresentou na Secretaria de História constatou ser hipótese verdadeira: a inexpressiva presença de negros/as na universidade pública, apesar desse contingente populacional mantê-la com seus impostos. Segundo suas lembranças daquele vestibular de 1975, cerca de 50 alunos passaram para a História. Devido a sua boa classificação pode optar pelo primeiro semestre. Matriculou-se em dois turnos: tinha urgência em terminar o curso, precisa dar retorno à família, fazer dinheiro, trabalhar. Em um fictício censo na sua turma, 27 alunos, brancos, 28, negros, 1: Sebastião Soares.

Em busca de uma autodefesa contra aquela universidade “nórdica”, Sebastião se propôs a fazer o campo para mapear onde estavam os negros. Constatou que no ICHF, nos cursos de História e de Ciências Sociais, este número não passava de oito. Marcos Romão afirmou que nas Ciências Sociais, aonde chegara em 1972, “tinha até uns 15 negros, de 500 pessoas. Mas que eu vi negro como negro, [...] Sebastião, Marlene... uns quatro”.

Ver o “negro como negro” implica na assunção de que esse/a universitário/a não precisa sentir-se sozinho/a, segregado em si mesmo, assumindo papel de mero reprodutor/a consciente ou não dos preconceitos que permeiam a sociedade brasileira, embasada em uma formação eurocêntrica. E, para o negro/a que quisesse integrar-se em um espaço que valorizava como um único componente civilizatório – concomitantemente branco, masculino e heterossexual – poderia ser uma das alternativas, pelo menos na década de 1970, somente a conversa casual com outros negros, mas nada mais constante que explicitasse solidariedades de pertencimento racial. A literatura sobre acesso e permanência da população negra no Ensino Superior é pródiga em apresentar ilustrações a respeito das situações de confronto, isolamentos, branqueamentos, contrapontos,

diálogos e estratégias desenvolvidas na universidade pública – espaços onde se concentram a formação das elites intelectuais e gestoras de nações.

Ainda no processo de coleta de dados, Sebastião viu que o refeitório foi o melhor local para dar cabo da fase iniciada pesquisa visual.

Tinha um refeitório fantástico, com uma comida fantástica. Era quase instantâneo, porque nós combinamos alguma coisa. Mas de imediato nós ficamos amigos. Era como se fosse uma forma de autodefesa daquela branquitude. Tuck em 74, o Ivan em 75, eu em 75, a Ana e a Marlene em 73.

Relembrados os momentos dos encontros nos anos anteriores, imediatamente começaram a articular a retomada da discussão na faculdade. Até aquele momento, eram somente as meninas e ele (Sebastião), Marlene, Ana Ventura, Rosa Nascimento e não mais o Romão. Elas alegaram que ele havia desistido do projeto quando estavam no CEAA e sumira, retornando anos depois. Na realidade, por perseguição política, que se sabe não encerrar somente no objeto da pressão, Romão fugira do Brasil, em 1972. Conseguiu chegar à Europa, Portugal – pouco tempo depois ocorreria a Revolução dos Cravos.⁴⁷ Sem estar vinculado ao movimento comunista, foi etiquetado como tal pelos órgãos de informação. Esse “passado comunista” irreal foi o tema de reunião convocada pela “madrinha do grupo”, Berriel. A professora fora “alertada” pela reitoria sobre a presença do “aluno-comunista” Marcos Romão que estaria envolvido na construção da Semana de Estudos. Não poderia haver vínculos, em hipótese alguma, entre seu nome e as atividades do grupo, documentos, nada. Caso contrário o projeto seria encerrado ali e jamais poderiam retomar ao debate.

O episódio ilustra o que todos já sabiam: que, em alguma medida, todos estavam sendo monitorados. A diferença era que eles foram avisados de que um deles era *persona non grata* para o Estado brasileiro e, portanto, todos com quem essa pessoa estivesse seria alvo de criteriosas observações: quer fossem as atividades, os professores, os alunos, e, certamente, o público. Os cuidados foram redobrados, as conversas sobre as Semanas, que, por ventura, fossem feitas com o futuro sociólogo, com experiência em agitação e visão internacional da questão política e racial, seriam realizadas longe do espaço acadêmico.

Um dia eu e Romão no Bar Natal, fomos quebrar um gelo [beber uma cerveja]. Ditadura militar, dois negões no Bar Natal. Dois negões, ditadura militar. Batem no ombro da gente. “Documento?” Não apresentamos. “Teje preso!”

47 Movimento que eclodiu no dia 25 de abril de 1974 e derrubou o regime ditatorial salazarista em Portugal. O objetivo era lutar para estabelecer liberdades democráticas para promover transformações sociais no país.

Quase a noite inteira, rodamos no camburão, falando a noite inteira. Na delegacia, mostramos a carteira da UFF. E, cada um foi pra sua casa. Nós entendíamos que era para quebrar o ânimo dessas pessoas. Que era pau mandado. Que era para quebrar o ânimo dessas pessoas [eles, jovens negros da universidade] (SEBASTIÃO SOARES).

Relaxar era impossível. Tomavam cuidados, pois queriam que a universidade discutisse a questão racial em todos os departamentos. Ou seja, na universidade pública como um todo. Portanto, não poderiam se descuidar com o básico, a própria sobrevivência e a do grupo. Voltaremos a tratar deste tema quando abordarmos a questão das estratégias. Agora importa dizer que o quantitativo “nunca ultrapassou dez pessoas: era um grupo de estudos, grupo de estudos não é grande” (SEBASTIÃO SOARES). E, por ter um número tão restrito de integrantes, as tarefas tinham que ser bem distribuídas. Só se comprometiam com o que efetivamente poderiam executar dentro da programação e conforme planejado. A ideia era que não ficasse pesado para nenhum dos membros, até porque todos eram estudantes e tinham seus afazeres acadêmicos. Por outro lado, essa consciência concreta sobre a vigilância tornava os encontros na casa de Marlene mais especiais, seguros, estratégicos, aprendizados importantes para muitas vidas.

Para Soares, o GTAR foi uma “escola”:

Foi a minha escola e foi a escola de muita gente na questão de formação e informação da questão racial no Brasil. É uma escola que eu entendo que, na ausência do que não existia na época, agora existe, foi uma grande escola que nós aprendemos uns com os outros e crescemos, de forma até surpreendente. Porque as pessoas que, num momento da vida fizeram parte do André Rebouças, até hoje dizem que são do André Rebouças. Isso é um aspecto muito positivo. Em diversos momentos da minha vida, fazendo falas com alunos e alunas, eu falei isso nas minhas aulas, eu sou do Grupo de Trabalhos André Rebouças.

Nessa escola, os primeiros professores, certamente, foram Beatriz Nascimento e Eduardo Oliveira e Oliveira.⁴⁸ Eles os alertavam para que não falhassem. Não podiam dar margem para que dissessem: “Tá vendo, fica fazendo Semana de Estudos, não passou! Vocês falam tanto que são capazes, mas na minha matéria vocês não foram capazes.” Alertas que içavam a autoestima, mas, também, explicitavam o quanto aqueles estudantes negros/as eram alunos “mal vistos” pelos professores, tidos por eles como

48 José Maria Nunes Pereira em entrevista à Alberti & Araujo Pereira (2007) comenta que, em 1966, pequeno grupo de intelectuais negros, entre eles Eduardo Oliveira e Oliveira, Joel Rufino, Clementina de Jesus, Donga, Solano Trindade, entre outros, participaram de evento na embaixada do Senegal, no Rio de Janeiro, em prol do Festival Mundial de Arte Negra, em Dacar. Esta referência se faz necessário para exemplificar o restrito universo de personalidades que acessavam informações, em especial, no que tange relações internacionais e, mais ainda, no que diz respeito as relações comerciais Brasil e países africanos em um período em que o país investia pesadamente no mito da democracia racial.

“pedantes”, pois “atrapalhávamos a aula”, ora com perguntas, ora divulgando a Semana de Estudos. “Tínhamos que provar que aquela Semana não era inútil, como a matéria também não o era”. E a estratégia era tirar notas altas e assumir a responsabilidade da excelência acadêmica. “Era questão de honra nossa não sermos reprovados”.

Os dois intelectuais foram as peças-chave para a construção do arcabouço teórico do GTAR. O sociólogo Eduardo se dispunha, quando no Rio, a tonificar corações e mentes, de membros do grupo que podiam participar das reuniões na casa da historiadora.

Eu credito ao Eduardo muita leitura. Ele mandava ler e cobrava. Eu achava ótimo. Ele nesse sentido era rigoroso. Mandou ler Clovis Moura. “Você está fazendo História tem que ler Clovis Moura”. E, me deu três, quatro livros para ler. E, depois na casa de Beatriz: “Leu o livro?” Li. “Então vamos lá”. Então essa sabatina intelectual me deu muita segurança e agradeço. E sempre digo que Beatriz foi minha “mãe intelectual” e Eduardo foi meu “pai intelectual”.

Quem me indicou a ler os clássicos foram Beatriz e Eduardo. E Eduardo foi muito positivo. Ele nos passava essa confiança que vai dar certo. Ele levantava a nossa autoestima (SEBASTIÃO SOARES).

Todos relativamente jovens, com diferença de oito talvez nove anos, mas o que importava era o respeito, o saber, a confiança, as trocas.

Éramos jovens com dificuldades de entendimento. Ele injetava ânimo. Ele teve esta grandeza de se desprender e vinha de São Carlos de ônibus [Universidade Federal de São Carlos – UFSCar]. Eu fui a São Carlos também. Ele vinha nos dar aula.

Eu achava que era muito mais velho do que eu. E ficava pensando, esse cara que é muito mais velho do que eu com essa energia toda, porque eu vou ficar tão pra baixo assim.⁴⁹

Quando a gente ficava assim, ele levantava nossa autoestima e nossa crença no que estávamos fazendo no caminho certo. Acho, ele importantíssimo, um injustiçado e quase não vejo renderem homenagens a ele (SEBASTIÃO SOARES).

Após o término da primeira Semana de Estudos, ou melhor, da “invasão de negros e negras na UFF,” os próprios alunos negros ficaram um pouco “assustados”, talvez incomodados, por estarem acostumados à sua invisibilidade numérica. E, ao se verem numericamente expostos com a presença de cerca de 20, 30 durante a atividade extraclasse, deve ter sido um “estranhamento” ambiental. O mesmo ocorreu com alguns professores, alguns que questionaram ironicamente Marlene e Sebastião se não deveria ter “a Semana da Mulher, Semana do Índio”, o que prontamente os estudantes responderam afirmativamente: “Que tenha! Que tenha Semana do Negro, do Índio, do Branco, da Mulher. Qual o problema?”, questionavam (SEBASTIÃO SOARES).

49 TRAPP (2017). O fluminense Eduardo Oliveira e Oliveira nasceu em 1924.

A ironia, mas sem agressividade, era embasada por uma fina erudição intelectual – auferida por um árduo trabalho iniciado nas reuniões no Afro-Asiático, que os preparara “psicologicamente” para os confrontos. Os embates eram constantes, que rotamente dissimulavam o teor racial. Como estudantes, o grupo buscou parceria com o DA de História. Soares explicara a proposta da Semana de Estudos. Percebeu que não houve interesse, mas certo desrespeito com alguns alunos jogando os panfletos de divulgação do evento no chão.

O DA O DA da UFF era de pessoas ligadas ao Partido Comunista. Eles tinham uma incompreensão... eles achavam que a gente ia dividir a luta. “A luta continua companheiro.” (...)

O DA de História era o mais atuante. Tinham diversos DAs e o DCE. O DA de História do ICHF, praticamente dominava o DCE, praticamente o presidente de História era o presidente do DCE (SEBASTIÃO SOARES).

Apesar dos aliados de peso, como a diretora do ICHF, Berriel, havia os boicotes velados. “Ela fazia dentro da competência dela. (sic) Ela era nossa aliada. Mas a UFF não era só Instituto de Filosofia”, afirmou o historiador e cofundador do grupo. A autorização formal para o uso da sala era burlada, nesses casos, os alunos se voltavam para a Secretaria e exigiam o cumprimento das normas. Até a resolução do conflito, desgastes desnecessários e a imagem de que os/as negro/as estavam errados e sendo, no mínimo, inconvenientes. Muitas dessas cenas aconteceram com os convidados e outros alunos servindo como plateias. Nesses enfrentamentos, somente os alunos é que poderiam tomar a frente. Com a saída de Andreilino, Marlene, enfim, dos fundadores, Sebastião ficou à frente do processo orientando outros que se integravam às trincheiras do GTAR. Além da continuada tentativa de atração de universitários da UFF para compor o quadro de novos associados, o grupo abria espaço para a adesão de secundaristas com a ambição de cursar uma faculdade, assumisse o aprendizado da questão racial e se comprometesse em levar o debate para sua comunidade de origem.

Sebastião se graduou em 1979 e, ficou no GTAR até 1989. Profissionalmente atuou como técnico do Arquivo Nacional e foi professor da rede pública de ensino, onde lecionou por mais de trinta anos. O historiador tinha grande trânsito entre as organizações negras no Rio, na capital e no interior, participando de encontros regionais. E, após sua saída do André Rebouças, assumiu cargos de direção em outras entidades, como o IPCN – Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, Alaafin Aiyê – bloco afro.

Diante da exposição do perfil dos principais fundadores do GTAR, fica mais do que estabelecido o elo entre estes atores sociais e o CEAA/UCAM, nascido em 1973, com importante papel na sementeira (BERRIEL, 1988:11) do “revigoramento” dos movimentos sociais negros, tornado nacional em 1978 com o MNU, sob o iniciar de um processo de abertura democrática lenta, gradual e segura do governo do general Geisel (1974-1979), e em especial com o “florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos desses movimentos ou que ouviram as vozes desses por justiça e igualdade racial”. O GTAR é parte integrante da História do Movimento Social Negro Contemporâneo, em especial no tocante à formação de uma intelectualidade negra (AUGUSTO DOS SANTOS, 2011).

2.1.2 – Novas Epistemologias

Criar um grupo de estudos para repensar a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira. Para isso, algumas metas deveriam ser alcançadas: a inserção da problemática racial na redemocratização do espaço universitário; o intercâmbio de informações, pesquisas e inclusão de temas que resgatassem tanto as origens africanas, como a atuação dos negros enquanto agentes sociais; e, a viabilização da construção de um discurso do negro sobre o negro, que implicaria na descolonização do intelectual negro, possibilitando o empoderamento do sujeito negro (OLIVEIRA, 1976; SOUZA, 1983).

A meta do grupo era a formação de massa crítica: não só por meio das palestras, mas, também, com o cuidado com que os integrantes atendiam os jovens estudantes e, o público em geral.

Eu via o pessoal do Grupo André Rebouças em reunião na sede da Associação de Moradores do Morro do Ingá. Eu era pequena, mas não esqueço, porque era a primeira vez que eu via jovens negros, parecidos com qualquer outro da minha favela, mas ao mesmo tempo diferentes: aqueles eram estudantes universitários. Eles falavam bem. Na época, eu não entendia muito não; mas sabia que eles falavam de coisas que a gente estava acostumado a ver e a sentir: o racismo, a violência na e da favela. Por causa deles eu decidi que um dia iria ser como eles, ia estudar na UFF e ajudar meu povo (ROSELI ROCHA).⁵⁰

50 Declaração feita por telefone em 20 de abril de 2010, por Roseli Rocha, professora doutora em Serviço Social pela UFF e tecnóloga da Fiocruz, ex-moradora do Morro do Ingá.

O período de 1975 a 1982 caracteriza-se pelo mergulho na autoformação, com vistas ao fortalecimento interno e de construção de metodologias de trabalho. Assim preparados, eles atuavam como agentes multiplicadores disseminando informações e arregimentando futuros quadros para garantir algum retorno à comunidade. Por isso, que Andreilino afirmara em sua entrevista que de 76, 77, que ele e Abel, ambos da Geografia, conseguem “ter uma pequena perspectiva da questão negra. Era tão pequena que a gente não consegue escrever, porque naquele momento não tinha TCC”.

Nos encontros, entre os diversos temas pautados um tópico focava a questão do comportamento enquanto representante do GTAR, como “militantes do grupo, dentro daquilo que havia sido tirado em reuniões”. Ou seja, as reuniões não eram somente administrativas, mas também serviam para dar “orientações” comportamentais enquanto representação coletiva – “nossa capacitação em si”. Por outro lado, no tocante a pessoa física, “afora os eventos, era individual mesmo”.

Dentro das reuniões do grupo discutiam-se diversos temas e, os próprios eventos acabavam alimentando o próprio grupo. Eram eventos que reciclavam o próprio grupo (MIRO NUNES).

Essas reavaliações, discussões, autoanálises eram, em certa medida, parte do processo de descolonização que Eduardo Oliveira e Oliveira postulava em “Etnia e compromisso intelectual”, a busca de sua essência, do seu autoconhecimento, e da sua plenitude. Estas questões dizem respeito à essência do que é ser negro e militante e define o perfil do intelectual negro. O texto de Eduardo apresentava os principais desafios à formação de um grupo racial na esfera política naquele momento: “a fragilidade da afirmação de uma identidade negra num contexto de homogeneidade cultural e a construção de uma autoestima negra para a formação de uma intelectualidade porta-voz desse grupo racial” (BAPTISTA, 2000:50).

Como contraponto, o GTAR precisava, conforme Oliveira, na abordagem da história do negro mostrar que eles vieram involuntariamente, escravizados, desumanizados e transformados em semoventes e, que o processo de retomada da humanidade era uma constante ainda hoje. Daí a prioridade na fundamentação teórica, na argumentação bem embasada.

O grupo tinha uma função pedagógica tanto para aqueles que iam aos eventos como para os seus membros. Não era só para fazer a propaganda do militante de um modo geral, mas, também, a gente se aproveitava dessa nova produção. Era uma dupla função pedagógica. A gente participava e procurava aprender com quem tava vindo para contribuir para o nosso trabalho. Acabava tendo essa função, mesmo porque todo mundo tava num processo de

informação. Não era um grupo formado por gente que já tinha as respostas, nós tínhamos as perguntas. A partir daí o pessoal que vinha ajudava a responder (VALMIRO NUNES).

Esse autoconhecimento é no entendimento de Souza (1983:19), o reconhecimento dos danos causados na psiquê do negro que para “livrar-se da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso”, e não tendo outro modelo positivo sobre si mesmo, toma o branco como modelo identitário de ascensão.

Em uma palestra, Beatriz começou a mostrar fotos pra gente de vários africanos. Ela falou dos bantos, levou textos. Ela mostrava as fotos tendo certeza que tava mexendo com a nossa emoção com tudo. E contando a história dos negros, ela pulava, e jogava com o aspecto emocional, da sensibilidade. Ela me deu uma foto e falou: “Olha para esta mulher – bem profético dela – veja como essa mulher parece com você, com certeza você é uma banto”.

Fui para casa e falei com minha mãe “Mãe eu conheci uma professora negra...” Eu tinha tido uma professora negra, na escola pública, onde fiquei pouco tempo. Na escola particular de onde era oriunda, não tive professora negra.

Aí chego num curso só vejo Sebastião Soares, Luiz Carlos, o visual deles completamente diferente de tudo o que eu já tinha visto na escola. Eu já queria entrar para uma universidade pública e, quando entrei na UFF e conheci o grupo, aí mesmo é que falei: “Eu quero mesmo estudar em uma universidade pública. Eles me incentivaram muito” (CLÁUDIA MAGALHÃES).

O negro intelectual ⁵¹ tem uma dupla tarefa: autodescolonização e construção e produção de saberes, aplicando um pouco dos conhecimentos do branco, porém, procurando usar o conteúdo da experiência do próprio negro em cada área de trabalho. Mas, para isso, cabe a esse intelectual tomar conhecimento e consciência de seu grupo. Saber de sua libertação social, cultural, política e econômica não será possível sem uma teoria das condições dessa libertação. Ele precisará compreender que dentro das formas da ideologia dominante o conhecimento científico tem-se tornado objeto de saber e, que a transmissão desse conhecimento científico é uma apropriação de classe: burguesa ou proletária. Ou seja, vive-se num mundo onde a cor, a etnicidade e a classe social são de primordial importância (OLIVEIRA, 1977:22).

51 Augusto dos Santos (2011:103-104) propõe uma diferenciação entre a categoria “intelectual negro” e “negro intelectual”. O “intelectual negro” sempre esteve presente no meio acadêmico, mesmo que em número irrisório, sua formação é comprometida com o modelo identitário branco. Já o “negro intelectual”, é mais raro e portador de “uma ética da convicção antirracismo incorporada dos movimentos sociais negros, assim como um *ethos* acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial”. Ele é oriundo da relação direta ou indireta com a militância do movimento social negro.

Para Oliveira, seria impossível o intelectual negro manter uma neutralidade valorativa, conseqüentemente tornava-se necessário pensar-se em uma sociologia negra. Na realidade, tratava-se de uma reação e revolta contra o viés da sociologia principal burguesa-liberal. Ou seja, um passo positivo para a construção de novas teorias que resultassem das experiências e história dos afrodescendentes. O intelectual negro deveria ter a consciência de que os problemas criados para o negro são de origem política, e só de maneira política encontrar-se-iam soluções. Na verdade, entender o que é ser negro no Brasil o encaminharia para sua autonomia.

2.2. Segunda Fase do GTAR (1983 – 1995): Expansão ou Reinvenção

Embasados nessas perspectivas que o Grupo de Trabalhos André Rebouças - GTAR –, institucionalizou-se como uma entidade sem fins lucrativos, obtendo reconhecimento como de utilidade pública municipal e dedicou-se por quase 20 anos a realização de atividades educativas e culturais relativas à questão racial. Entre as atividades, destacam-se a organização do seminário anual Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira e o Ciclo de Palestras e Debates sobre a Vida da Comunidade Afro-Brasileira, ambas com perfis diferenciados.

Desde a primeira atividade, os objetivos do projeto acadêmico-militante foram apresentados.

- introduzir gradualmente na Universidade créditos específicos sobre as Relações Raciais no Brasil, principalmente nos cursos que abrangem a área de Ciências Humanas;
- tentar uma reformulação no programa de Antropologia do Negro Brasileiro, no ICHF (já foi reformulado);
- atualizar a bibliografia no que diz respeito ao assunto, adotado pelo corpo docente e discente;
- e estabelecer contato entre professores que desenvolvem teses sobre as Relações Raciais fora da UFF com o corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (GTAR, 1978:01).

Tais propostas, mesmo passadas quatro décadas, continuam ousadas por terem sido formuladas justamente pelo elo menos representativo da universidade, que sentia “no ar” o “clima de hostilidade e de racialização inferiorizante” contra negros/as e, também, os mais espoliados financeiramente. (AUGUSTO DOS SANTOS, 2011:104).

O importante era de que, naquele momento, buscavam abrir uma trilha no espaço acadêmico para fazer ciência e demarcar seus estudos com “enfoque das relações

raciais, se constituindo em um importante espaço de troca entre militantes e intelectuais” (BARCELOS, 1996:187-210).

Além do intercâmbio científico, a fresta que se abria na universidade era um oásis em um cenário desértico, tendendo a agregar novos discursos: reivindicações pela igualdade de oportunidades em todos os setores, inclusive no espaço acadêmico, na produção de conhecimentos. Ou seja, buscava-se, também, qualificar a mobilização no espaço acadêmico.

Até chegar à Universidade eu não tinha leituras. Eu vi um cartaz chamando para a Semana de Estudos, em 1980. Alguma coisa me arrastou, não sei se foi o cartaz, que era muito forte.

Eu vi toda a Semana. Vendo os assuntos ali abordados. Eu comecei a me identificar com aquele grau de injustiças que estavam sendo colocados ali. Em uma palestra de duas pesquisadoras do IBGE sobre “O lugar do negro na força de trabalho” [VI Semana, 1980], vi pela primeira vez alguém falar sobre uma coisa concreta e, elas demonstravam. Não existia a democracia racial que as pessoas diziam existir.

O negro era discriminado, não tinha acesso ao trabalho. Não porque não fosse competente ou não tivesse estudos, mas porque a falsa democracia racial não permitia que ele tivesse acesso. Durante a Semana se falou sobre racismo, mas ali elas demonstravam que não era uma coisa abstrata, era concreta, e faziam isso através de números, dados. Isso me descortinou um novo mundo (VALMIRO NUNES).

Uma cena emblemática que pode ilustrar o exposto seria a abertura da X Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Sociedade Brasileira realizada no Instituto Estadual Professor Ismael Coutinho (IEPIC). Nos termos: primeira Semana fora da UFF, e o IEPIC é uma escola de formação pedagógica de professores/as que vão atuar com público, majoritariamente negro, em sua maioria de baixa renda e oriundos de áreas favelizadas. Para Sebastião Soares que abriu o evento, em 1984, e contou com a presença da professora Beatriz Nascimento, o GTAR, “de certa forma, se aproximava do espírito da Frente Negra Brasileira, de dar ao negro instrumentos para que possa se reconhecer em toda a sua complexidade e lutar pela sua liberdade político-sócio-cultural”.

Ao fazer menção à FNB, o então, presidente do GTAR, Sebastião Soares, acionava os gatilhos da visibilidade positiva.

Nós queremos reconhecer a nossa cara no meio da multidão, não queremos ficar invisíveis, desconhecidos. Na FNB existiam lideranças de mulheres, de pessoas das comunidades, da imprensa negra, enfim pessoas que buscavam juntar todos os elos da comunidade afro-brasileira arbitrariamente dispersos e potencialmente invisibilizados por vários séculos.

Por conta deste ideário, o GTAR centrava seus trabalhos a partir de dois eixos: educação e comunidade. Essa atividade, em especial, foi marcante, pois possibilitou diálogos entre campos heterogêneos. Em outras palavras, nessa Semana de Estudos, acadêmicos se juntaram num colóquio com lideranças comunitárias e políticas.⁵²

Conforme o estatuto, datado de 06 de fevereiro de 1979, o GTAR fora fundado em 30 de novembro de 1977, com a finalidade de “aglutinar intelectuais e estudantes universitários” que participavam das Semanas de Estudos produzidas, “anualmente, na UFF”. A “sede provisória” localizava-se na Rua Lemos Cunha, nº 485, casa 3, bairro de Icaraí, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho do GTAR foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura da IV Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Sociedade Brasileira, em 12 de setembro de 1978.⁵³ E, com isso, tiveram que se organizar juridicamente adotando o nome de Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR): sociedade civil sem finalidade lucrativa; de duração indeterminada; incorporando intelectuais, ex-alunos da UFF e alunos negros que participavam das Semanas de Estudos. Conforme determinado em seu estatuto, o GTAR passou a ser composto por Diretoria, Conselho Diretor Permanente e Assembleia Geral.

Como fundadores: Marlene de Oliveira Cunha, Rosa Virgínia Nascimento, Sebastião Soares, João Ribeiro, Andreino de Oliveira Campos, Alcides Geraldo da Conceição, Alcebíades Abel Filho e Nilton Manoel da Cruz.

Em 1986 houve reformulação estatutária. Novos membros haviam entrado ao longo dos anos, o GTAR não mais estava no espaço universitário, o país respirava ares democráticos, portanto, algumas questões poderiam ser mais esclarecidas. Assim, no segundo estatuto datado de 05 de dezembro de 1986, Capítulo 1, Das finalidades, em seu Artigo 1, foram acrescentadas as alíneas 1 e 2, com as seguintes redações: “1) a luta contra a discriminação racial e o racismo; 2) aglutinar todos os que participam das ‘Semanas de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira’, que se realiza anualmente” (ESTATUTO, 1986).

No primeiro estatuto, de 06 de fevereiro de 1979, no artigo 4º, a intenção era que o GTAR ficasse no âmbito da universidade. Não estando mais, a alteração agrega

52 Vídeo, produzido pela Enugbarijo Produções, da apresentação da X Semana de Estudos no IEPIC, em 14 de setembro de 1984. Audiovisual constitui acervo pessoal de integrantes do Grupo de Trabalhos André Rebouças disponibilizados para esta pesquisa.

53 A 4ª Semana de Estudos foi aprovada pelo Ministério de Educação e Cultura através da Portaria no. 741, de 4 de setembro de 1978, artigo 2º do Decreto nº 69.053, de 11 de agosto de 1971 (GTAR, 1978:02).

essa gênese ao qual o grupo quer dar continuidade “ao trabalho desenvolvido durante as “Semanas de Estudos” ou qualquer outra atividade realizada junto à comunidade, especialmente no município de Niterói.” Já no Capítulo IV, das Disposições Gerais, o Artigo 12 é alusivo à extinção do GTAR. No texto do estatuto antigo de 1979, a cessação poderia dar-se pela falta de atividades do grupo por mais de um ano ou por determinação da própria universidade. Na nova redação, a cessação das atividades do grupo seria de exclusiva decisão de “seus membros, tomada em Assembleia Geral Ordinária.” Em havendo patrimônio, rezava o parágrafo único, que também caberia à esse órgão a decisão da escolha da instituição de utilidade pública que o bem existente seria enviado.

2.2.1 – Rotina organizacional

Manter certa organização administrativa sempre foi uma preocupação dos dirigentes do GTAR. Nas Semanas de Estudos, o público assinava duas listas, uma de presença com nome, contatos, profissão, autoidentificação racial. E, outra, em que opinava sobre a palestra assistida e lhe pediam que indicasse um tema para outro momento. Essa ficha tinha uma razão, a criação de um futuro banco de dados, ferramenta indispensável para a feitura de uma rede de contatos de diversos níveis e mesmo o perfil para futuras pesquisas do grupo.

O grupo era organizado, mesmo dentro dos seus limites (...). Fechado, porque o Movimento Negro era muito desorganizado e o grupo era organizado. Porque tinham pessoas cabeças pensantes. Pessoas que queriam organizar a coisa. Todas as nossas reuniões tinham atas, livros de presenças. Eu cansei de ir às reuniões do IPCN que não tinha nada disso. Eles convidavam o grupo e outras entidades para fazer palestras para discutir temas importantes e não tinha pauta não tinha nada. E, isto me deixou bem apreensivo quanto ao futuro do Movimento Negro (GILBERTO DE ABREU).

As reuniões com pautas eram registradas por meio de atas manuscritas e assinadas pelos presentes. No tópico reservado ao financeiro, se apresentavam os balancetes mensalmente, assim como se discutiam e montavam-se o calendário de reuniões de trabalhos com suas respectivas divisões de tarefas.

A dinâmica organizacional do GTAR era gerida pela Diretoria Administrativa – composta por Presidência, Secretaria e Tesouraria –, Conselho Diretor Permanente – formado pelos fundadores, os ex-presidentes e membros da Diretoria – por ocasião da reunião do Conselho. Entre suas atribuições estão o aconselhamento e orientação técnica e científica aos membros do GTAR. Conforme definido estatutariamente, foram es-

tabelecidos calendários de reuniões caracterizadas como de trabalho – Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, quando esta fosse convocada – entre elas ocorriam os Seminários Internos. Esta modalidade de reunião semestral objetivava avaliar o desempenho do GTAR, da sua Diretoria, de seus integrantes e seria o momento privilegiado para discutir o perfil institucional e formas de atuação do grupo.

Nos Seminários Internos, a tônica era o amplo debate com foco na parte administrativa, transversalizado pela Semana de Estudos, com os encontros acontecendo três ou quatro meses antes. Essas reuniões de trabalho poderiam acontecer em espaços públicos – UFF, SESC, Associação de Moradores do Morro do Ingá – como na casa de um dos associados. Essa especificidade de reunião não invalidava o que na prática ocorria: a organização da Semana de Estudos era, na realidade, um trabalho quase que ininterrupto durante o ano letivo. Os membros do grupo recebiam cópia do Relatório do Seminário Interno, devidamente protocolado.

A divisão do tempo era severa, como o é, para os que têm de dividir-se entre os “estudos da graduação”, os estudos “direcionados à questão racial”, as Semanas do Grupo e a sobrevivência (SEBASTIÃO SOARES).

Na pauta, questões como: indicação de temário e de pesquisadores que pudessem ser convidadas, distribuição de tarefas, articulações desenvolvidas com outras entidades do Movimento Negro e instituições públicas, leitura e resposta da correspondência recebida, entre outros assuntos. O planejamento da produção dos cadernos – transcrição, cópias. Por conta da preocupação com a memória institucional, o grupo deixou registros dessas iniciativas, fato inédito para a época, já que inexistiam publicações com pesquisas que abordassem a problemática das relações raciais. O mesmo se aplica para as produções intelectuais de negros/as sobre este prisma.⁵⁴

Cabia ao Tesoureiro zelar de forma direta pelo patrimônio do GTAR, constituído de cadernos, boletins, camisetas, botons, doações. Tais produtos eram comercializa-

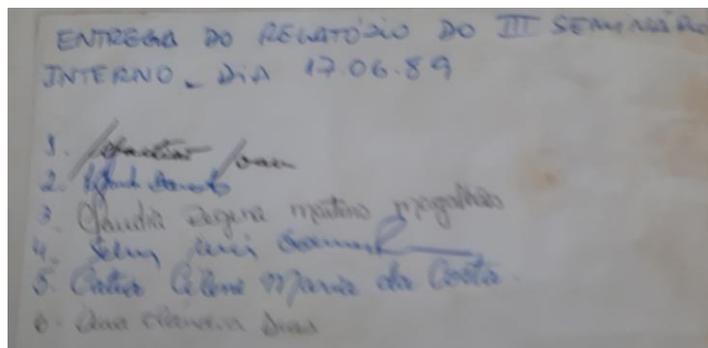


Imagem 02 - Listagem de quem recebeu cópia do III Relatório do Seminário Interno do GTAR – 17/06/89.

Fonte: Acervo do GTAR

⁵⁴ Pesquisas de ZAMPARONI (1994), SEGURA-RAMIREZ (2000), NUNES PEREIRA (2008), ALBERTI & ARAUJO PEREIRA (2007) informam sobre as revistas acadêmicas que abordam estudos africanos no Brasil e que passam a acolher artigos com abordagens das relações raciais.

dos e repassados para pagamento das atividades. Era de sua obrigação a apresentação, em reunião, do balancete mensal da receita e despesas, além de responder por quaisquer dúvidas, caso necessário. Uma das formas de arrecadação de recursos era uma mensalidade que os associados recolhiam. Valor acordado desde o momento em que a pessoa se integrava ao grupo.

A minha atuação era na área de contabilidade. Fazia orçamento, não o orçamento em si, todas as nossas despesas eram lançadas no livro caixa, controle do livro caixa. Tudo era cotizado, o café, o açúcar, que nós consumíamos, qualquer coisa que fôssemos pagar todo mundo cotizava. Não tinha essa de só tirar do bolso, só um carregar bandeira, todo mundo carregava o piano (GILBERTO DE ABREU).

Para o seminário, o Grupo de Trabalho convidava “autoridades e especialistas na área das Ciências Humanas ligadas às que questões relativas ao Negro brasileiro, dentro de uma abordagem das Relações Raciais” (GTAR, 1978:01), que, propiciariam “através de suas pesquisas, um maior conhecimento de múltiplos aspectos da comunidade negra” (OLIVEIRA CUNHA, 1986:11). O convite era duplo: para apresentarem suas pesquisas e produzirem um texto alusivo a ser publicizado no Caderno da Semana, lançado no transcorrer do ano posterior. Para tanto, segundo Soares, o contato era feito com antecedência de cinco meses, para que o palestrante tivesse tempo hábil para produzir um texto inédito. O histórico do grupo não tem assinatura, mas sua minuta fora produzida por Marlene e aprovada por Beatriz, os textos seguintes foram atualizados coletivamente.

As estratégias deram resultado, pois conforme o histórico do terceiro Caderno de Estudos datado de 1978, os seminários prosseguiram com o mesmo rigor científico, porque como visto, seria a única forma do projeto ser oportunizado. Essa preocupação foi basilar para que a professora Berriel pudesse enfrentar as resistências dos pares, os possíveis contratempos dos agentes infiltrados da ditadura militar, enfim, as incompreensões inerentes às novidades, em especial, no tocante no que tange ao debate sobre questões raciais no Brasil da democracia racial.



Imagem 03 – O sociólogo Carlos Hasenbalg e a historiadora Beatriz Nascimento em uma Semana de Estudos, sem data definida.

Fonte: Acervo de Sebastião Soares

Em 1988, após 13 anos de trabalhos ininterruptos no município de Niterói, o GTAR conquistou o título de Utilidade Pública Municipal. Com esta titulação parcerias com o Estado e outras instituições oficiais poderiam ser buscadas e/ou fortalecidas as existentes em prol de uma sede própria, no qual instalariam cursos e palestras.

Se tivéssemos conseguido uma sede, uma sala que fosse, e com o título de Utilidade Pública, poderíamos abrigar campanhas de vacinação e montar uma biblioteca comunitária. Mas, infelizmente, não nos foi possível (LUIZ CARLOS RODRIGUES).

2.2.1.1 – Construção artesanal - A produção da primeira Semana de Estudos foi relativamente fácil de ser realizada. O elemento surpresa contou muito, ninguém estava esperando que um grupo de graduandos ousasse pedir autorização para fazer seminário com tantos negros em um mesmo espaço na universidade: quase 15! Mas vejamos as etapas seguidas que podem nos fornecer um quadro sobre tal sigilo. O planejamento operacional começara cerca de três meses antes, com as reuniões acontecendo na casa de Marlene e complementadas na de Beatriz – escolha do temário, contatos com os palestrantes, escolha do local, planejamento da divulgação.

Durante algumas semanas, os alunos fizeram um levantamento minucioso sobre a ociosidade das salas de aula. Cruzaram os dados com os dias da semana e horários das aulas. Cada dia, eles se revezavam na checagem das informações obtidas. Tudo anotado, novamente checado, passava-se a etapa seguinte: reservar a sala para estudo com a diretora do ICHF, Maria Berriel.

Eles viram que, por exemplo, na segunda-feira a sala 13 ficava vazia das 7h às 10h, na 3a. e na 4a. feira, respectivamente, cruzaram dados e delimitaram as salas e horários ociosos. Essa tática foi aplicada na primeira Semana que aconteceu em dias alterados, ou seja, nos dias em que aquelas salas ficaram vazias naquele horário (SEBASTIÃO SOARES).

A próxima etapa visava a preparação da divulgação – “boca-a-boca”, dois ou no máximo três dias antes –, confirmação dos palestrantes e compra do material a ser utilizado – papel, fita para gravador, pilha, água. O dinheiro para esses gastos era cotizado entre os membros do grupo. Último passo, a abertura da sala para as palestras.

Dia 12 de maio de 1975, 18h. Marlene, Sebastião, Rosa e Ana Virgínia verificam se todos os itens estão corretos: papel, caneta, gravador, fita, água. Confirmam se o funcionário que a diretora disponibilizou estava realmente à disposição da equipe. OK. Tudo certo. Dispersão estratégica. Alguns ficaram na sala, outros saíram para analisar a situação local, verificar se ainda era possível convidar “discretamente” algum estudante

e aumentar a plateia. Chegada a hora. Aos poucos as pessoas se aproximavam. Beatriz e Eduardo levaram o jornalista e estudioso das questões afro-brasileiras, Rubens Confete, e mais alguns amigos. Também na plateia, “os infiltrados”, que não puderam fazer nada a não ser assistir à atividade, tamanha a surpresa que tiveram com o evento: “a universidade foi tomada de assalto!” afirmou Sebastião Soares.

No dia seguinte, na parte da manhã, a professora Berriel fora convidada a explicar-se junto à Reitoria e/ou as forças de segurança pública: por que não foram avisados em tempo hábil da realização do seminário? A professora contornou possíveis críticas informando que era uma atividade acadêmica, da qual tomara conhecimento poucas horas antes de ocorrer. E, que não havia indícios em momento algum que aqueles alunos e pesquisadores estivessem tentando subverter a ordem pública vigente, e, sim, trabalhos científicos estavam sendo apresentados. De posse do relatório do informante infiltrado e da segurança do relato da diretora do departamento, a atividade fora liberada, mas continuava sob vigilância.

O seminário era composto de quatro mesas de apresentação de trabalhos e uma para a avaliação, exposição de jornal-mural e venda de produtos do GTAR (cadernos das Semanas, *botons* [foto], camisetas e publicações de simpatizantes como os dos poetas Cut e Elê Semog). As apresentações e mediações eram feitas por integrantes do grupo, que eventualmente poderia ser conduzida por um professor convidado.

Conseguiram a adesão de outros pesquisadores, inclusive de outros estados, fez-se a divulgação do primeiro Caderno de Estudos. Mesmo que de forma artesanal, o fato de os jovens terem apresentado o resultado das duas atividades acadêmicas mostrou-se uma excelente estratégia para que a professora Berriel pleiteasse junto a Universidade a impressão das publicações dos futuros Cadernos de Estudos da Semana do GTAR. Primeiras publicações no Brasil com essa forma de “abordar as relações raciais concernentes ao negro brasileiro enquanto raça e de sua implicação no todo social” (GTAR, 1978:02).

Entre as apresentações dos conferencistas, um integrante do grupo dava informes que mesclavam dados oriundos da agenda do movimento negro, como a que fazia alusão a figura de Zumbi, Rei dos Palmares, elevada como expressão mítica de liderança nacional cuja data 20 de novembro deveria ser comemorada nacionalmente. Também convidava os presentes para participarem, na manhã do sábado seguinte, para avaliação conjunta do evento e tracejarem novas metas. Esse tipo de dinâmica interativa passou a ser modelar.

A excelência acadêmica das Semanas de Estudos não impediu que o GTAR encontrasse barreiras para a divulgação dos eventos que desenvolviam e/ou apoiavam sobre a temática racial. Assim como não eliminava as barreiras impostas pelo racismo cotidiano. Como o de agendada as salas para uso da Semana de Estudos, serem impedidos ou elas estarem sendo usadas por outro professor. Não à toa que orientados por Berriel e Beatriz, Marlene e Sebastião documentavam tudo e somente falavam com quem deveriam falar, não com assessores. Uma situação interessante que revela o quanto a burocracia está a serviço do não serviço. De acordo com os ensinamentos apreendidos, se uma solicitação de uma diretoria de departamento encaminhada para a Reitoria for assinada somente pelo Vice-reitor, o Vice-diretor do departamento originário pode ou não acatar a solicitação. Como argumento para a recusa da solicitação, seria sua interpretação pelo fato de se o Reitor não assinara o pleito, ele poderia estar desobrigado de atender de acatar o pedido, podendo, portanto se quisesse negá-lo.

2.2.1.2 – Parcerias - As parcerias eram fundamentais para a continuação das atividades. A primeira delas foi com UFF e, possibilitou a publicação de três edições do Caderno de Estudos, com média de 20 a 30 exemplares cada –, impressão de cartazes e folderes para divulgação. Exemplares eram doados para bibliotecas da UFF, Candido Mendes e Biblioteca Nacional. Os cadernos restantes eram vendidos quando integrantes do GTAR participavam de palestras ou em eventos de organizações negras, como do IPCN, Agbara Dudu. A verba arrecada era reinvestida nos gastos do grupo.

São consideradas parcerias altamente valiosas as feitas em troca do uso das estruturas físicas das instituições que abrigavam as ações do grupo, como o ICHF/UFF, o CEAA/UCAM, o Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), o Serviço Social do Comércio (SESC – Niterói) e Associação de Moradores do Morro do Ingá.

Para suplantiar tais acidentes de percurso, muito trabalho coeso e busca ativa, novamente e sempre, por parcerias. Elas foram fundamentais para a continuação das atividades dentro e fora da UFF e, possibilitou a impressão dos Cadernos de Estudos, com média de 20 a 30 exemplares cada –, impressão de cartazes e folderes para divulgação. Exemplares eram doados para as bibliotecas da UFF, da Candido Mendes, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, para todas as universidades públicas brasileiras e internacionais, além de terem sido enviadas para organismos de fomento internacionais à pesquisa como a Fundação Ford, Goethe Institut Inter Naciones. Os cadernos restantes eram vendidos, nas palestras em escolas da rede pública de ensino ou em eventos capi-

taneados pelas entidades negras – IPCN, Agbara Dudu. A verba arrecada era reinvestida no grupo.

São consideradas parcerias altamente valiosas as feitas em troca do uso das estruturas físicas das instituições que abrigavam as ações do grupo. Entre elas, estão: Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), o Serviço Social do Comércio (SESC – Niterói) e Associação de Moradores do Morro do Ingá.

A própria logomarca do grupo uma máscara criada pelo artista plástico Henrique Nascimento, filho de Abdias Nascimento e Iléa Garcia. Ele estudava Química na UFF e frequentou o grupo por um período e colaborou com a identidade visual, a definição da tipologia. Com traços em preto, vermelho, marrom e branco, a máscara de inspiração africana, tornou-se a logomarca do grupo, reproduzida na bandeira do GTAR, em botons e camisetas.



Imagem 04: Boton, identidade visual de Henrique Nascimento

Fonte: Acervo pessoal

Em todas as nossas atividades, colocávamos a bandeira do GTAR. Era nossa marca. Não permitíamos que usassem esta logomarca sem nossa autorização. Quando fizemos os botons, tivemos que algumas vezes alertar o dono da gráfica que não poderia usar a imagem desta máscara. Ela era do Grupo de Trabalhos André Rebouças, não era brincadeira. O grupo tinha um nome, tinha trabalho (LUIZ CARLOS RODRIGUES).

Não só a máscara não poderia ser usada, como pessoas se intitularem membros do Grupo de Trabalhos André Rebouças sem o serem. Em três dos quatro seminários internos do GTAR esta preocupação foi salientada e estratégias foram adotadas para sanar este problema: divulgação do nome da Diretoria em exercício no Boletim GTAR e em carta-padrão enviada às entidades do Movimento Negro desabonando quem usasse o nome ou se apresentasse como sendo do grupo.

Quando da missa de sétimo dia da morte de Beatriz Nascimento, em meio às manifestações de repúdio, apareceu gente que se dizia do Grupo André Rebouças e muito amigo de Bia. Rapidamente, nos reunimos para fazer uma carta-manifesto contra o assassinato de nossa amiga e eterna madrinha do grupo e também para definir nominalmente quem era quem no GTAR (LUIZ CARLOS RODRIGUES)

2.2.1.3 – Nomes - O nome é um registro importante, a marca que mostra a intencionalidade da proposta. Tal preocupação foi sinalizada desde os primeiros momentos de organização da Semana de Estudos. O certo era que não seria A Semana do Negro: isso

não!. A titulação dessa atividade extraclasse marco na universidade pública fluminense no tocante ao debate sobre relações raciais no período da ditadura militar foi elaborada pela dupla de intelectuais Beatriz e Eduardo Oliveira e Oliveira, que acompanhava alguns dos debates desde a época do CEEA.⁵⁵ O sociólogo foi peça-chave para construir o arcabouço teórico do GTAR e dar tónus aos membros do grupo que podiam participar das reuniões na casa da historiadora.

Eu credito ao Eduardo muita leitura. Ele mandava ler e cobrava. Eu achava ótimo. Ele nesse sentido era rigoroso. Mandou ler Clovis Moura. “Você está fazendo História tem que ler Clovis Moura”. E, me deu 3, 4 livros para ler. E, depois na casa de Beatriz: “Leu o livro?” Li. “Então vamos lá”. Então essa sabatina intelectual me deu muita segurança e agradeço. E sempre digo que Beatriz foi minha “mãe intelectual” e Eduardo foi meu “pai intelectual”. Quem me indicou a ler os clássicos foram Beatriz e Eduardo. E Eduardo foi muito positivo. Ele nos passava essa confiança que vai dar certo. Ele levantava a nossa autoestima.

Todos relativamente jovens, com diferença de oito talvez nove anos, mas o que importava era o respeito, o saber, a confiança, as trocas.

Éramos jovens com dificuldades de entendimento. Ele injetava ânimo. Ele teve esta grandeza de se desprender e vinha de São Carlos de ônibus [Universidade Federal de São Carlos – UFSCar]. Eu fui a São Carlos também. Ele vinha nos dar aula.

Eu achava que era muito mais velho do que eu. E ficava pensando, esse cara que é muito mais velho do que eu com essa energia toda, porque eu vou ficar tão pra baixo assim.⁵⁶

Quando a gente ficava assim, ele levantava nossa autoestima e nossa crença no que estávamos fazendo no caminho certo. Acho, ele importantíssimo, um injustiçado e quase não vejo renderem homenagens a ele (SEBASTIÃO SOARES).⁵⁷

Tudo era muito intenso: o tempo muito curto para tantas coisas a serem feitas. Afinal, já haviam se passado quase 281 anos que o Quilombo dos Palmares fora destruído; a escravidão fora abolida havia somente 87 anos; a primeira República fora instalada no ano seguinte; a universidade estudava com cautela as pesquisas sobre relações

55 José Maria Nunes Pereira em entrevista à Alberti & Araujo Pereira (2007) comenta que, em 1966, pequeno grupo de intelectuais negros, entre eles Eduardo Oliveira e Oliveira, Joel Rufino, Clementina de Jesus, Donga, Solano Trindade, entre outros, participavam de evento na embaixada do Senegal, no Rio de Janeiro, em prol do Festival Mundial de Arte Negra, em Dacar. Esta se faz necessário para exemplificar o restrito universo de personalidades que acessavam informações, em especial, no que tange relações internacionais e, mais ainda, no que diz respeito as relações comerciais Brasil e países africanos em um período em que o país investia pesadamente no mito da democracia racial.

56 TRAPP (2017). O carioca Eduardo Oliveira e Oliveira nascera em 1924.

57 Entrevista de Sebastião Soares concedida ao projeto de pesquisa Intelectuais Negros coordenado pelo professor Flávio Gomes, do LEHA/IH/UFRJ, em 01/11/2014.

raciais no Brasil patrocinadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil que mal haviam saído da maioria. Essa cronologia, entretanto, torna-se recente “em termos de História Total, são dias” (NASCIMENTO, 1974 apud RATTS, 2006:93).

Algumas questões incomodavam o establishment nos anos 70: seguramente, muitas delas ainda hoje. Mas foquemos neste período. O tema em si. “Semana do Negro? Por que não a Semana do Índio?” A resposta não poderia ser outra:

Que se faça a Semana do Índio. Que se faça a Semana da Mulher. Acho importante da mulher, do índio, tudo isso que tem hoje. Em 75 em 76 não tinha. Só tinha a Semana do Negro. Acho importante que tenha a Semana do Negro, do Índio, da Mulher, mas a nossa semana é Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira.

“Mas porque esse nome grande?” Porque esse nome grande para cada vez você for falar, vai pensar. É pra pensar. É pra pensar. Se for nome pequeno, a pessoa não pensa, não vai pensar... Ai muita gente até conseguir falar o nome demorava um pouco. É isso que nós queremos. Que demore. Que demore um ano para entender. Que demore um, dois, três, quatro, cinco: não temos pressa.⁵⁸

Eduardo, animado com o desenvolvimento das propostas do GTAR, deu outro presente para seus pupilos, seu slogan: *É preciso saber de onde se vem para saber aonde se vai*. “Ele cimentou um pouco o nosso caminho de conseguir responder ao não da universidade” (SEBASTIÃO SOARES).

Quanto ao nome do grupo de estudos, Beatriz sugerira dois baluartes abolicionistas: André Pinto Rebouças (1838-1898) ou Luis Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882). A historiadora explicara a importância dos dois personagens. Um republicano, autodidata, rábula, jornalista, maçom, filho de uma mulher rainha africana escravizada que lutara pela liberdade e um português que o vendera. “Se fez” e ajudou a outros. E, o monarquista, engenheiro, arquiteto, jornalista. A proposta é que os alunos buscassem mais informações a seu respeito.

Beatriz não queria oferecer a resposta pronta. “Ela entendia que até aquele momento André Rebouças estava esquecido dentro da história do negro no Brasil, dentro da sua importância das obras que ele fez”, disse Sebastião Soares, como aluno de História se viu instigado a fazer pesquisas no Instituto Histórico Geográfico. “Ai, fui lá. E comecei a ler o diário do André Rebouças. E, fiquei, na verdade, convencido que aquele

58 Palestra realizada na mesa de abertura "Nossos passos vem de longe..." durante o Seminário Novembro Negro realizado pelo Coletivo Marlene Cunha no Museu Nacional - UFRJ, dias 08 e 09 de novembro de 2017.

seria o nome ideal para o grupo”. No seu entendimento, o engenheiro, simbolizou o “intelectual negro” e como tal foi uma “inspiração”, um “guia inspirador e intelectual”, inaugural em diversos aspectos. Ele faz esta analogia com o próprio GTAR que também foi pioneiro em diversos aspectos, como o de abrir um fórum de debates sobre a temática racial, da questão da militância do movimento negro dentro do espaço acadêmico.

Em outras palavras, para o grupo, três fatos foram considerados: para aqueles universitários era importante mostrar que no Brasil sempre existiu negros, mesmo no período da escravidão, mesmo que em minoria, que chegaram a ser “doutor”. A ideia era desmistificar o senso comum de que “negro não podia ser doutor, isso em 1975”.⁵⁹ Além de sua obra, ele foi o primeiro a investir no debate sobre reforma agrária contemplando os escravizados a serem libertos com o fim do cativo. E, alçar do esquecimento seu nome nesse processo contínuo de busca pela pós-emancipação.

O simbolismo de Rebouças atuava de forma positiva na construção identitária do grupo, por ser aquele intelectual que apesar dos infortúnios impostos pelo racismo, vislumbrou um projeto de nação que agregasse, contemplasse e respeitasse as particularidades, na perspectiva do conjunto. E, não foi diferente com o GTAR, que então inaugurava na universidade pública o debate a reboque da agenda do próprio Diretório Acadêmico que não compreendia a dimensão política do que se avizinhava com os termos ali tratados pelos colegas de graduação. O grupo, como bem lembra Sebastião, foi pioneiro por naquele período lutar contra duas frentes: o racismo e a ditadura.

Em função da divulgação da 2ª Semana de Estudos, Sebastião Soares agendara uma reunião do DA. Apresentou alguns dados reflexões sobre os diversos aspectos das experiências do negro brasileiro. Porém, houve não houve entrosamento. O discurso era de que os debates promovidos nas Semanas de Estudos levavam à divisão da luta de classes. “Nós estamos contra a ditadura. Só que nós somos alunos e alunas negros. Só que nós queremos lutar contra a ditadura dizendo ‘abaixo o racismo’.” Sabiam da existência da ditadura, “não éramos tão sectários, não éramos analfabetos”, afirmou Sebastião, utilizando a terminologia do movimento social da época. Eles sabiam dos riscos e não dispunham das mesmas condições que o movimento estudantil universitário que teve um papel importante na mobilização social contra a ditadura.

Direita ou esquerda, não importa, o mito da democracia racial encampava a todos. Este era um trabalho hercúleo a ser desenvolvido para ser desmistificado a longo

59 Sebastião Soares, entrevista em 01 de novembro de 2014.

prazo e esta luta já vinha de longa data. E, como sempre eram várias batalhas, vários flancos, poucos contingentes integravam as trincheiras dos movimentos negros, e, no caso, o universitário, então, menos ainda. Por isso, a tática desenvolvida foi a de um “trabalho de formiguinha”, como uma “tática de guerrilha intelectual da discussão acadêmica, da organização” (SEBASTIÃO SOARES).

O GTAR era apartidário, mas o debate sobre o negro o debate político transitou na agenda ou das Semanas de Estudos ou mesmo nos Ciclos de Palestras, que iremos ver mais adiante quando abordarmos os conteúdos destas atividades.

As Semanas de Estudos atraíam a atenção de outros estudantes não só daquela UFF como de secundaristas, tendo alguns vindo a se integrar ao grupo.

Certa vez, quando fazia cursinho pré-vestibular, um colega, Ubaldino, que estudava na UFF. Me chamou para assistir uma palestra organizada por estudantes negros da Federal Fluminense, com pesquisadores de outras universidades para falar sobre negro no Brasil. Fiquei curioso e fui. Eram poucas pessoas na sala: jovens negros e brancos. Gostei da seriedade das pessoas, do que falavam. Fui a todas as palestras e também ajudei, um pouco, na divulgação, que era muito discreta. Eu só entregava para quem conhecia, pois era um período complicado, era 1976, ainda estávamos na ditadura (LUIZ CARLOS RODRIGUES).

As Semanas serviam como fonte de pesquisas para estudantes do ensino médio.

No Aurelino Leal (colégio estadual em Niterói), uma professora passou uma pesquisa sobre Zumbi e escravidão. Nós não tínhamos um local para pesquisa e aí quando ela indicou o IPCN. Eu fui lá para pesquisar.

E, eles disseram: “Se você quiser alguma você procura o pessoal da sua cidade. Eles são um pessoal meio metido e tal. Mas, eles têm um trabalho lá na universidade”. Entrei em contato com o grupo para fazer uma pesquisa.

A primeira pessoa que falei foi com o Luiz Carlos: tava na porta de entrada. Eles estavam numa sala dentro da UFF, no ICHIF, perto onde funciona o Plaza Shopping hoje. E fiquei super emocionada, porque apesar de morar em Niterói, a nossa entrada como aluno secundarista na universidade era muito difícil.

Quase não tinha cursos para alunos do ensino médio e muito menos ligado às relações raciais. Eu era muito jovem, tinha uns 15 anos [1983]. Então por causa da pesquisa passei a frequentar algumas aulas e comecei a acompanhar os eventos seguintes (CLÁUDIA MAGALHÃES).

Para a inclusão de novos membros existiam alguns critérios basilares, que vieram compor o Regimento Interno do Grupo de Trabalhos André Rebouças. Entre eles: ter seu nome analisado em uma reunião interna; ser estudante universitário (o Grupo tinha como eixo a Educação, portanto, mesmo que o candidato não fosse universitário, pelo menos, teria que ter interesse em continuar seus estudos superiores); ter partici-

pado de uma ou mais atividades do Grupo e estar interessado no estudo das relações raciais.⁶⁰

O interesse do GTAR era incentivar os/as secundaristas a visualizarem a universidade como algo tangível. Como visto até agora, setor que se iniciava uma militância, ainda inexpressiva. Para muitos, pensar em cursar um curso superior deveria começar primeiro em tomar consciência no autoconhecimento:

Eu queria me engajar no Movimento Negro. E, o André Rebouças era um dos poucos grupos. Eu sentia necessidade de conhecer melhor a história do negro, a minha história. Procurei o Sebastião Soares. Um dia, ele disse: “olha eu conversei com o pessoal, a próxima reunião vai ser num sábado na casa da Marlene”. Então eu fui lá. Marlene me recebeu bem. A Marlene logo de cara perguntou se eu tinha nível superior. Logo a segunda pergunta foi: “Mas, você pretende fazer uma faculdade?” E, eu disse: “Pretendo”. Porque o André Rebouças queria que todos os elementos do seu quadro fossem elementos de nível superior. Era um pouco fechado. Mais tarde eu fui entender o porquê [1976] (GILBERTO DE ABREU).

Anos de repressão, o Brasil ainda vivenciava um período complexo. Espiões por todos os lados, em todas as atividades. As reuniões eram realizadas na casa da presidente do grupo, Marlene, portanto, vedado a um grande público, até porque a casa era pequena, casa de família. E, o tema – relações raciais – mesmo recebendo o tratamento acadêmico, era visto como marginal, sendo assim, todo cuidado era efetivamente pouco.

Como o grupo era focado nos registros e documentos legais, estipularam um quantitativo específico de reuniões para que a pessoa fosse considerada integrante. Era uma forma de evitar que quem não fosse do grupo se autointitulasse como se dele fosse.

Mas quando cheguei eu não sabia disso, isso não foi dito. Não sei se todas as pessoas que entrassem no grupo ficavam sabendo disso. Mas tinha um número X de reuniões e participações nos eventos para que você pudesse dizer que era do grupo, mas não sei se era uma garantia. Muita gente participava de um evento do grupo e podia dizer que era do grupo, não tínhamos como dizer que não era. Era diferente do IPCN, que tinha carteirinha, era sócio, sócio-fundador. Nós começamos a registrar através de ata, relatórios de atividades (CLAUDIA MAGALHÃES).

A partir do projeto de pesquisa, aprovado e financiado pelo Ministério da Cultura – Secretaria de Etnias, “A contribuição do negro na formação histórica do Município de Niterói”, o GTAR criou o projeto “Centro de Informação sobre a Cultura Negra”. A ideia central seria implantar um Centro de Informação sobre a contribuição do negro na formação histórico-cultural brasileira, com documentação produzida e acumulada pelo

60 GTAR. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 1989.

GTAR, patrimônio histórico recolhido nas comunidades niteroienses e em outras entidades do Movimento Negro. Esta documentação seria processada tecnicamente, criando-se uma política integrada para garantir a preservação do acervo. Materiais bibliográficos convencionais e não convencionais, referentes a história do negro na sociedade brasileira além assuntos periféricos seriam adquiridos. Este material seria sistematizado e seu acesso aberto franqueado a pesquisadores, estudantes e público em geral.

A intenção do Grupo de Trabalhos André Rebouças era de que seu trabalho, nascido e desenvolvido em Niterói, permanecesse naquele município. Eles consideravam que esta memória do Movimento Social Negro de Niterói deveria integrar a memória niteroiense. Até mesmo para que a cidade se visse parte integrante desta discussão que atravessava fronteiras do tempo e do espaço. O projeto que havia sido apresentado a várias instituições niteroienses, entre elas o Sesc-Niterói: mas, não foi adiante.

Essas preocupações estão registradas em ata Assembleia Geral Extraordinária de 15 de outubro de 1988, que definia alterações no estatuto – delimitação do perfil dos cargos eletivos – e trata do acervo do grupo – todos os membros deveriam entregar à Diretoria qualquer material do acervo em sua posse. Tal recomendação dá a entender que houve resistências para a devolução de documentos por parte de pessoas que se desligaram oficialmente do Grupo. Essa hipótese não pode ser apurada devido a falta de catalogação do acervo que se encontra, como dito anteriormente, espalhado em locais diversos e porque os depoentes afirmaram não dispor de informações a respeito.

Entre os anos 1993 e 1995, integrantes e ex-integrantes do GTAR foram convocados para discutirem o que fazer com o acervo – cadernos das Semanas de Estudos, fotografias, fitas cassetes, botons, projetos, fitas de VHF do evento *Brasil, que raça é essa?*, jornais, certificados, cartazes, boletins, livro de atas, correspondências do e para o grupo, livros etc. Novamente, várias instituições contatadas para que recebessem o acervo para ser catalogado e posteriormente colocado à disposição de pesquisadores e estudantes de Niterói. Entre as instituições procuradas estavam a Biblioteca Geral da UFF, Biblioteca Estadual no Município de Niterói, Funiarte, SESC-Niterói, que não se mostraram interessadas nesse tipo memória de parcela considerável da população niteroiense. A preocupação dos integrantes do Grupo era com a deterioração deste material, que continua sem o tratamento adequado e acondicionado em caixas de papelão sob sua guarda. Situação esta que perdura até a presente data.

2.2.2 – Expansão ou Reinvenção

O período compreendido entre 1983 e 1988 foi marcado por profundas transformações. Em 1983, o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia sedia pela última vez um evento do Grupo de Trabalhos do André Rebouças. É a IX Semana de Estudos, que contou com participação da psicóloga Neuza Souza Santos, autora do livro *Tornar-se Negro*, e do jornalista José Correia Leite, um dos fundadores da Frente Negra Brasileira, um dos baluartes da imprensa negra brasileira, entre outras personalidades.

A saída da UFF imprimiu um novo formato às Semanas de Estudos, que a partir de 1984 passaram a ser realizadas em locais como o Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, SESC e União dos Professores Públicos no Estado (UPPE). Houve, segundo avaliação dos próprios integrantes do grupo, uma alteração do perfil das Semanas de Estudos: a perda do caráter mais estritamente acadêmico do evento.

Em contrapartida, houve maior interação com as comunidades podendo se estabelecer um processo de troca de informações e criar um canal de discussão das questões a elas relacionadas. O que também traduz uma outra vertente, que deveria ser uma preocupação da própria universidade, que seria os cursos de extensão. Na realidade, o GTAR, já promovia cursos de férias, oficinas, atividades de curta duração, enquanto

ainda estava no âmbito da UFF, porque ainda tinha graduandos representando o grupo perante a universidade. Conforme foram se formando e a não adesão de novos alunos, o GTAR não teve outra alternativa a não ser se retirar da universidade, pois em todos os anos que lá esteve, não conseguira a garantia de vínculos institucionais ou sequer a cessão de uma sala.

A visibilidade do GTAR, neste período, aumentou: oito Semanas de Estudos, quatro Ciclos de Palestras e Debates, lançamento e publicação dos Boletins GTAR. Além da participação em



Imagem 05: Pesquisa com moradores mais antigos do Morro do Ingá, em 1978

Foto: José de Andrade

Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Soares



Imagem 06: Familiares de entrevistadas acompanham o trabalho. Morro do Cubango, em 1987

Foto: José de Andrade

Fonte: Acervo de Sebastião Soares

diversas palestras, eventos e debates dentro da UFF e com organizações negras no Estado do Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

São intensificadas as parcerias com o SESC, escolas municipais e estaduais e desenvolve-se o projeto de pesquisa em sete comunidades de Niterói – Ingá, Estado, Chácara, Africano, Cubango, Souza Soares e Preventório.

O Grupo de Trabalhos André Rebouças foi o primeiro grupo de negros no Brasil a fazer uma Semana que tinha uma produção. As pessoas iam lá e tinham produção. Eram quatro cadernos, uma produção de diversos intelectuais de diversas áreas, negros e negras se debruçando sobre a questão do negro no Brasil (SEBASTIÃO SOARES0).

Foram publicados quatro Cadernos de Estudos, três deles pela gráfica da UFF, editados 23 artigos, de 27 autores. Do Ciclo de Palestras foram produzidos duas apostilas com quatro artigos cada. Também o grupo produziu artigos, audiovisual, entrevistas – jornal comercial e alternativo, rádio e TV –, programas de rádio, boletins, cartazes, panfletos, uma considerável produção de conteúdo midiático sem recursos.



Imagem 07: No Morro da Chácara, preparo para a entrevista, em 1987.

Foto: José de Andrade

Fonte: Acervo de Sebastião Soares

Inúmeros eventos contaram com a participação de integrantes do Grupo. “O Andre Rebouças conseguiu dar um continuum”, independente de as pessoas terem saído, elas continuaram a partir de seus trabalhos. Foram multiplicadoras. “Honra seja feita, o André chegou a doutor. O Luiz Claudão [Luiz Cláudio de Oliveira], também” (SEBASTIÃO SOARES).

Outra forma de continuidade da Semana dentro da universidade, importante

num dado momento, foi a aliança feita com a Associação de Moradores do Morro do Ingá, na década de 80. “Fizemos reuniões lá no Morro do Ingá.” A parceria com a associação possibilitou que o grupo convencesse os moradores do Ingá a levantar a história do morro. [Imagens]

Não virou livro porque não saíram os recursos. Fizemos as entrevistas, quando a Sandra [Martins] se aproxima. Porque ela faz as transcrições. E, quem sabe um dia vira livro, não sei. A pesquisa está em bruto ainda” (SEBASTIÃO SOARES).

2.2.2.1 - Ciclo de Palestras e Debates sobre a Vida da Comunidade Afro-Brasileira

Na busca do “renascer das cinzas [e] plantar de novo o arvoredo”⁶¹ o GTAR desenvolveu outras estratégias para dar continuidade à sensibilização de corações e mentes no espaço acadêmico e, também, em outros campos.⁶²

A proposta, mais ousada, foi ainda dentro da universidade, “mostrar um pouco da realidade vivida pela comunidade afro-brasileira” aos acadêmicos ao mesmo tempo em que tentavam disponibilizar para a



Imagem 8: Cartaz do Ciclo de Palestras

Fonte: Acervo pessoal

61 Alusão ao samba de Martinho da Vila “Renascer das Cinzas”, disponível em <<https://www.lettras.mus.br/martinho-da-vila/287466/>>, acesso em 10 dezembro 2017.

62 Boletim Ano 1984 Número Especial, p. 4; Boletim GTAR Ano I, nº 1, p. 4.

comunidade afro-brasileira o espaço universitário. Criaram os *Ciclos de Palestras e Debates sobre a Vida da Comunidade Afro-Brasileira*.

(...) o ciclo de palestras não era uma vez por ano, era um ciclo de palestras que acontecia de dois em dois anos. Não era uma coisa que acontecia todo ano. O ciclo de palestras foi daqueles tempos já. O ciclo de palestras, o projeto (SEBASTIÃO SOARES).

A ideia era que os palestrantes fizessem duas rodadas de palestras em dias alternados durante duas semanas. A linguagem teria de ser coloquial com a mediação de um integrante do GTAR, que também se revezavam no papel de palestrantes. Os convidados, como de praxe, eram solicitados textos alusivos a sua apresentação para integrarem futura publicação para posterior comercialização com renda revertida para o custeio das ações do grupo.

As atividades foram inauguradas no dia 17 de janeiro de 1984 no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF/UFF), no Valonguinho, quando homenagearam os 146 anos de nascimento do patrono do grupo, o arquiteto André Rebouças, em 13/01/1838.

Os temas a serem abordados estarão em um nível de compreensão acessível a todos os interessados, pois levamos sempre em conta a heterogeneidade do público. Procuramos discutir questões relevantes, capazes de levarem a uma reflexão mais profunda. E, para que isso se torne real, nos esforçaremos para superar nossas deficiências, ao nível pessoal, e junto com os participantes refletirmos também todas as dúvidas que surgirem. Um dos primeiros objetivos seria a promoção de mais um canal de contato entre as comunidades acadêmica e niteroiense.⁶³

Como se depreende a proposta do grupo promovia o diálogo entre a academia e o público abrangente fora do espaço acadêmico, os personagens envolvidos eram de ambiências heterogêneas.

Um poeta chamado Curt, que era meu vizinho (...) levou um pedacinho de jornal, que eu já tinha lido no Globo, um anúncio, dizendo que ia ter um ciclo de palestras e debates sobre a vida da comunidade afro-brasileira. Um programa da UFF com o GTAR. Aí eu vi o mesmo folhetinho no Globo. Mas eu não vi a matéria toda, Curti só me deu um pedacinho. Aí fui juntando que deve ser o mesmo grupo que a professora falou,⁶⁴ mas não sabia, não tinha certeza, tava tudo muito solto. Ele falou “Vai lá o pessoal é legal, e você vai gostar de conhecer”. Porque às vezes ele ia ao Agbara⁶⁵ ele me via lá no

63 Boletim Ano III, nº 1, p. 3-4, do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues.

64 Professora de História Marli do Ensino Médio no Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha de Niterói.

65 Grupo Afro Agbara Dudu, bloco afro fundado no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1982. O nome significa “Força negra” em yorubá. Mais informações disponíveis em <[HTTP://dicionariompb.com.br/bloco-afro-agbara-dudu/dados-artisticos](http://dicionariompb.com.br/bloco-afro-agbara-dudu/dados-artisticos)>, acesso em 10 dez 2017.

Rio. “Você é de Niterói. Tem o pessoal de Niterói. Vamos prestigiar as coisas de Niterói” (CLÁUDIA MAGALHÃES)..

Ainda na atualidade, mesmo com os avanços tecnológicos das mídias sociais amplamente difundidas em todos os setores e variadas faixas etárias, para a divulgação de rua ainda são utilizados panfletos – preto e branco ou colorido. São de baixo custo, facilita a memorização do evento – pois nem sempre há condições de se acessar eletrônicos em trânsito – e o contato físico propicia a proximidade entre os falantes, o que imprime mais empatia com a atividade e podem ser tiradas dúvidas com relação a outros aspectos da entidade, por exemplo.

Eles estavam numa sala dentro da UFF, no ICHIF, perto onde funciona o Plaza Shopping hoje. Fui lá para participar. E aí o Luiz [Carlos Rodrigues] me recebeu. Disse que tinha que fazer uma inscrição. Eu não sabia muito bem o que estava acontecendo. Alguém havia me dito que era muito legal e eu fui. E, tinha lá um grupo chamado *Panela de Pressão*.

Esse grupo trabalhava com poesias, no dia que eu participei. Eu não tinha ido a todos os dias porque eu não tava sabendo. E quem participasse individualmente sem a sequência, porque tinha uma sequência, acho que na época, não recebia o certificado. Fiquei sabendo de tudo isso lá na hora. Então eu frequentei algumas aulas e nos eventos seguintes eu comecei a ir.

Conheci o grupo *Panela de Pressão*, o grupo *Vissungo*, que havia conhecido em outro evento. E no grupo *Panela de Pressão* eles estavam fazendo uma oficina de poesia. Aí eu comecei a escrever uns textos. Eles gostaram do meu texto, [e] apresentaram num mesmo ciclo [que] tava participando a professora Maria Beatriz Nascimento. Eu nunca tinha visto uma professora negra de tranças, trança de raiz.

A cultura era, para Eduardo Oliveira e Oliveira, ferramenta de mobilização e conscientização. Com acesso aos movimentos negros nos Estados Unidos e na Europa, assim como a literatura de poetas do movimento de negritude, o sociólogo traduzia as diferentes correntes – literatura negra estadunidense e de escritores de língua francesa –, produzia artigos, compunha peças teatrais em diálogo com a expertise da “vivência pessoal à militância pela causa negra” (SILVA, 2012:23). Uma estratégia de fazer militância, de forma lúdica, criativa, que atinge mais o sensível.

A Beatriz começou a mostrar fotos pra gente de vários africanos. Ela falou dos bantos, levou textos. E ela mostrava as fotos pros alunos do curso, da palestra, e ela mostrava as fotos como se fosse assim, como se ela tivesse certeza que tava mexendo com a nossa emoção com tudo.

Ela contava a história dos negros. Ela pulava e jogava com o aspecto emocional, da sensibilidade.

Aí quando cheguei em casa: pô, vi as fotos! Ela me deu uma foto. Ai ela falou: “Olha para esta mulher – bem profético dela – veja como essa mulher, parece com você, com certeza você é uma banto”.

Aí cheguei num curso só vejo Sebastião, Luiz Carlos, o visual deles, completamente diferente de tudo o que eu já tinha visto na escola.

Lá quando eu entrei [no grupo], eu queria estudar em uma universidade pública. E quando entrei e vi [inaudível] aí mesmo é que falei: ‘eu quero mesmo estudar em uma universidade pública’ (CLAUDIA MAGALHÃES).

Essa fala mostra a pertinência da intervenção que o GTAR, como outros grupos e intelectuais, fazem ao questionar sobre o papel da Universidade no enfrentamento do racismo no Brasil. A mobilização no campo acadêmico é um processo que ocorre timidamente na década de 1970, em alguns centros urbanos, capitaneado por ativistas e estudantes universitários, não só no Rio de Janeiro, mas também em outros estados. Mais adiante trataremos da mobilização antirracista de base acadêmica.

Mas não era só troca de informações não, era também politizar as pessoas da comunidade. Politizar até na questão racial, né. Politizar via questão racial. Evidente também que ajudamos muita gente a fazer universidade. Incentivamos muita gente a fazer a universidade.

Diversas pessoas daquela época que a partir daquele momento, que moravam naquele morro ali do Ingá, no morro do Estado, perceberam que era possível fazer a universidade. Nós incentivamos, a gente chega lá. Nós chegamos. Vocês devem chegar (SEBASTIÃO SOARES).

O GTAR realizou quatro Ciclos de Palestras, sendo somente a primeira ainda na UFF e as outras em espaços conquistados através de parcerias. Não houve publicações. Mas, certamente houve a intencionalidade, pois há uma apostila com a coletânea de textos alusivos ao IV Ciclo, referente ao período de 14 de março a 13 de abril de 1989, tendo como a máscara produzida por Henrique Nascimento. Por ora, para esta etapa de pesquisa de mestrado, minha proposta era fazer uma fotografia panorâmica das ações do grupo, que creio ter cumprido as metas.

A **Tabela 1** foi tecida a partir dos dados cotejados dos documentos institucionais dos integrantes e fundadores do GTAR. Muitas lacunas permanecem, que acredito seja paulatinamente preenchidas com as várias narrativas que surgirão de novas pesquisas. Esta... é somente uma delas.

Tabela nº 1

Ciclo de Palestras & Debates sobre a Vida da Comunidade Afro-Brasileira			
Edição: I - 1984		Local: ICHF/UFF	
Período	Tema	Palestrante	Instituição
17/01 a 23/02	Etnias	Maria Beatriz Nascimento	CEAA
18/01 e 09/02	Organização Comunitária	Maria Alice Santos	Assoc. Moradores

			Cidade Nova
19/01 e 09/02	Oficina Literária & Musical	Grupo Panela de Pressão	Músicos
24/01 e 16/02	Quilombos do Arraial de Canudos: Organização social, política, militar e econômica.	Sebastião Soares	Arquivo Nacional e Professor (GTAR)
25/01 e 07/02	O negro no Cartum	Ykenga	O Dia
26/01 e 15/02	O negro na literatura brasileira	Paulo Roberto dos Santos Antonio C. Vieira	IPCN
31/01 e 08/02	Movimentos Políticos Negros	Jorge Cândido	IPCN
Edição: II - 1985		Local: CIAC - Centro Integrado de Assistência à Criança Rua Dr. Celestino, 74 – Centro – Niterói - RJ	
Período	Tema	Palestrante	Instituição
09/01	Educação e Cultura	-	-
A	Samba e Música Regional	-	-
07/02	Movimentos Comunitários	-	-
	Direitos Cíveis e Saúde e Habitação	-	-
		Emitidos 20 certificados	
Edição: III - 1988		Local: SESEC – NITERÓI Rua Padre Anchieta, 57	
Período	Tema	Palestrante	Instituição
15/03	É preciso saber de onde se vem... Para onde e vai!	Carlos Alberto Medeiros	Pesquisador MN
A	O negro na literatura brasileira: a revitalização do signo	Eustáquio e Luiza Lobo	Pesquisador MN
06/04	O negro na cultura no Brasil	Lélia Gonzalez	Antropóloga, MN
Abolição 100 anos	A imagem do negro nos livros didáticos	Sebastião Soares	Arquivo Nacional, Professor História
	O negro nos meios de Comunicação Social	Valmiro Nunes	GTAR
Edição: IV - 1989		Local: SESC - NITERÓI	
Período	Tema	Palestrante	Instituição
14/03	A roda de samba dos candomblés: uma perspectiva religiosa	Micênio Santos	ISER
15/03	O rodar das rodas: um estudo antropológico do samba de roda no candomblé	Maria Lina	UERJ
	Medicina caseira: uma alternativa para a comunidade	Maria Inês Corrêa	Médica

21 e 23/03	Algumas questões sobre a (des)educação do negro	Luiz Cláudio Barcelos	CEAA, GTAR
	O que é informação?	Alejandro Esteban Galvan Ramos	-
13/04	Saúde mental: há efeitos de discriminação racial?	Manoel Faustino	-
13/04	Algumas considerações sobre aspectos psicológicos do racismo (tópicos preliminares para discussão)	-	-

Fonte: Acervo pessoal.

2.2.2.2 – Algumas atividades

- Em 1981, a *Noite de Arte Negra* realizado em dois momentos em Niterói, o primeiro em no dia 8 de maio na Casa do Estudante Fluminense; e, o segundo, dia 25 de novembro no Serviço Social do Comércio (Sesc/Niterói).

- *Quinzena de Cultura Afro-Brasileira*, no período de 5 a 20 de novembro de 1984, no Colégio Estadual do Morro do Castro, Niterói, em parceria com várias entidades do Movimento Negro do Estado.

- Lançamento do IV Caderno da Semana de Estudos em 5 de julho de 1985 no IPCN.

- Três dias de lazer e cultura, em conjunto com o Grêmio Recreativo Escola de Samba Um Amor para Todos, 17 e 18 de maio de 1985, no Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC), em Niterói.

- Relato de Maria Alice Santos, militante do Movimento Negro [foto], sobre sua experiência em Cuba, no Bar Bodega I, Niterói, no dia 26 de novembro de 1985, com a presença de quase 120 ouvintes, entre estudantes, militantes de várias entidades negras, pessoas vindas de associações de moradores do Rio, Niterói e São Gonçalo.

- Produção do quadro radio-

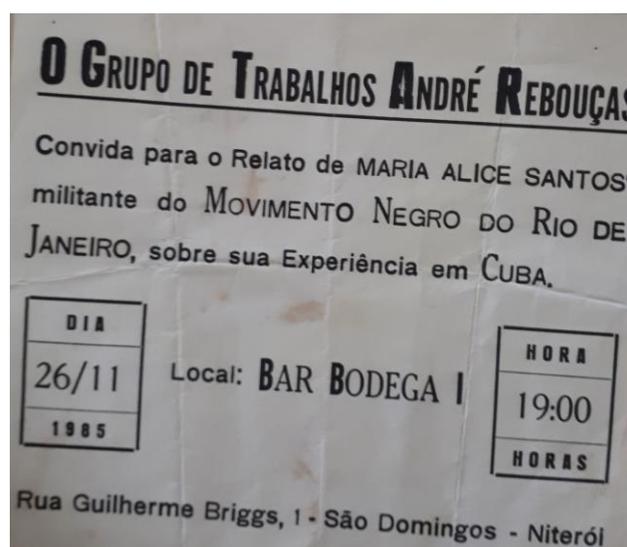


Imagem 9 - Divulgação de relato de Experiência de ativista em Cuba.

Fonte: Acervo do GTAR

fônico *Ponto da Arte Afro-Brasileira* no programa *Rio ponto por ponto*, de janeiro a agosto de 1987.

- Em parceria com a Fundação Niteroiense de Arte da Secretaria Municipal de Turismo e a Casa de Comércio Brasil-Zaire, produz o *Brasil: que raça é essa?*, atividade documentada em vídeo por CP-Cor da Pele Produções – de Asfilóbio de Carvalho (Fíló) –, no teatro Leopoldo Fróes, em Niterói, de 27 a 29 de novembro de 1987.

Entre as palestras, debates e seminários, os integrantes do grupo participaram da:

- *Semana de debates sobre a cultura afro-brasileira*, no Centro Regional de Educação, Niterói, de 11 a 13 de maio de 1982.

- *Situação do negro no Brasil e América Central*, palestra com o ministro da Cultura da Nicarágua Ernesto Cardenal, no CEAA, em 15 de maio de 1982.

- Projeto *Conhecer e Divulgar* em convênio com a Casa do Brasil da Fundação Leopoldo Sedar Senghor, em maio de 1982 no Instituto Abel, Niterói.

- *I Encontro Nacional de Entidades Afro-Brasileiras*, em julho e agosto de 1982, no IPCN.

- *Encontro da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos*, em agosto de 1983, no CEAA.

- *Movimento Negro Contemporâneo*, no Centro Interescolar Municipal Padre Leonel Franca, Rio de Janeiro, em agosto de 1984.

- Apoio às manifestações de protesto contra as atitudes racistas do professor Antonio Carlos Almeida Concellos da (extinta) Escola Santa Marta, no bairro do Fonseca, em Niterói, que discriminou uma aluna negra em sala de aula, em 1987.

- *Encontro da Comunidade Negra* em Uberaba, em dezembro de 1984, na Prefeitura Municipal de Uberaba, MG.

- *O negro hoje e na constituinte*, na I Semana da Negritude, em maio de 1985, na Faculdade de Letras da UFF, Niterói.

- Entrevista para o programa *Momento cultural afro-brasileiro*, julho de 1985, na Rádio Roquette Pinto, Rio de Janeiro.

- Posse do Conselho Municipal de Participação de Desenvolvimento da Comunidade Negra, julho de 1985, na Prefeitura Municipal de Ituiutuba, MG.

- Apoio na organização da “Semana da Cultura Negra” promovida pelo Sesc-Niterói, de 19 a 24 de agosto de 1985.

- Palestra no dia 27 de agosto de 1985 na “Semana Anti-Apartheid”, realizada no ICFH.

- Encontro com Hélio Santos (representante da comunidade negra na Comissão Nacional Pré-Constituinte), outubro de 1985, no Agbara Dudu, Rio de Janeiro.

- *I Encontro de Cultura Negra*, no Museu da Imagem do Som, Rio de Janeiro, em novembro de 1985.

- *II Encontro de Estadual de Negros do Rio de Janeiro*, Nova Iguaçu, em novembro de 1987.

- *II Encontro da Cultura Negra do Sul de Minas*, no Ginásio Poliesportivo em Poços de Caldas, entre janeiro e fevereiro de 1988.

- Coordenação de debates na Casa de Cultura Laura Alvim, Rio de Janeiro, em março de 1988.

- Paineis *Vida e obra do engenheiro André Rebouças* na programação do sesqui-centenário do seu nascimento no Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, em maio de 1988.

- Mesa-redonda: *O movimento negro e a questão racial*, na Universidade Santa Úrsula, maio de 1988.

- Palestra no curso Prática Pedagógica, em maio de 1988, na Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, RJ.

- Posse da diretoria do DCE – UFF, maio de 1988.

- Palestra *História do movimento negro e o centenário da abolição*, em junho de 1988, na Faculdade Plínio Leite, Niterói.

- Palestra no curso *Conscientização negra* promovido pelo Movimento Cabofriense de Pesquisas das Culturas Negras, em julho de 1988, na Fundação Cabofriense de Cultura, Cabo Frio, RJ.

- Palestra *O negro na sociedade brasileira: cem anos de abolição*, setembro de 1988, na Escola São Vicente de Paulo, Niterói.

- Palestra *Mostra alternativa de vídeo: reflexão negra*, com vídeo sobre a Frente Negra Brasileira, em setembro de 1988, na sede do DCE-UFF, Niterói.

Dos Encontros de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro, o Grupo de Trabalhos André Rebouças participou dos eventos realizados nos municípios de: São Gonçalo (29 e 30.03.1986), Cabo Frio (19 a 21.09.1986), Volta Redonda (20 a 22.03.1987), Friburgo (18 a 20.09.1987), Magé (11 a 13.03.1988), Itaperuna (16 a 18.09.1988) e São Gonçalo (17 a 19.03.1989).

2.3 – Produções Textuais - Não mais rascunhos.

2.3.1 - Cadernos de Estudos

É preciso aprender a desaprender tudo o que foi definido para este/a jovem negro/a que chega à universidade que não é visto como um igual, aliás, na década de 70 e 80, ainda não era visto, quiçá o debate sobre um tema tido como marginal. Somente se fosse tratado no espaço acadêmico com o rigor científico. Mas a cientificidade a que o Grupo de Trabalhos André Rebouças imprimiu tinha outra conotação: acadêmico-militante.

O primeiro caderno foi um esforço daqueles jovens que entendiam que deveriam “ter alguma coisa escrita para ficar até hoje”. Independente da qualidade gráfica, a proposta era o registro.

Entendemos que o primeiro não foi bom, mas vamos pensar melhor o segundo. Mas saiu.

O segundo, conseguimos apoio da professora Berriel, apoio da Fundação Ford, foi melhor.

Mas basicamente quem organizou o segundo, o terceiro e o quarto, fomos nós. Assim como fomos nós que selecionamos os textos junto com o pesquisador, junto com o autor, quantas páginas, nós tínhamos que fazer alguma coisa palatável para alunos e alunas. Que fosse possível que qualquer aluno e aluna pudessem ler (SEBASTIÃO SAORES).

A publicação, lançada em 1976, foi a primeira sobre a questão racial com abordagem das relações raciais lançada no Brasil. Somente dois anos depois é que o CEEA lançaria a sua “revista aberta a todos os estudiosos das realidades africana, asiática e das relações afro-brasileiras” nominada de os Cadernos Candido Mendes – Estudos Afro-Asiáticos, com recursos da Fundação Ford, determinante na mudança de prioridades, da forma como se estabeleceu certa hegemonia desta abordagem, mudança no perfil da instituição de “menos movimento” para “mais acadêmico” (SEGURARAMIREZ, 2000:31; ZAMPARONI, 1995:105-124).

Na década de 80, a proposta era a produção de conhecimento e da criação de um grupo de intelectuais alternativo ao oficial que tinha relação com a “lógica do seu posicionamento político expressado em seus princípios de atuação”, que foram ao encontro de aspirações presentes em registros na literatura sociológica do negro, como Costa Pinto já enunciara que o estudo “autenticamente científico” sobre relações raciais era para “programa para gerações de cientistas” (PINTO, 1998:62). Esse tema também

foi pauta de trabalhos apresentados no 1º Congresso do Negro Brasileiro no Rio de Janeiro, produzido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1950. Várias produções mostram o saber alternativo ao oficial que não é aceito, ou quando muito, precisa ser legitimado para ser aceito.

Na renovação do financiamento, 1982, havia mais pressões por parte da Fundação Ford, para que o CEAA tivesse maior consistência acadêmica e menos militância em tempos de redemocratização. Com a nova gestão, de Carlos Hasenbalg, em 1985, no CEAA, e pela Fundação, Peter Fry, um conjunto de turbulências e momentos difíceis pelas novas diretrizes que tinham como objetivo a produção de novos conhecimentos e nova geração de pesquisadores. A tônica era: geração de dados sistematizados quantitativos e qualitativos sobre a escassa presença de ‘pessoas de cor’ no ensino superior e na pós-graduação. (SEGURA-RAMIREZ, 2000:58).

Para Peter Fry, a agência norte-americana mostrava sua preocupação com as desigualdades no país e apostava na educação e pesquisa, seria uma “pequena affirmative action, partindo da premissa de que ‘não havia negro na universidade brasileira’”. Porém, anos depois, ele reconheceu que houve “dificuldades” e “dúvidas” para implementar o programa: uma aposta acadêmica [...] que a história vai dizer que foi um erro [...] Talvez teria sido mais fácil não ter feito nada” (op. cit.: 61).

A mudança de perfil do Centro de “menos movimento e mais acadêmico”, imposta pelo “mecenato negrofilo” da Fundação com a criação de um programa para constituição de uma elite intelectual, segundo as críticas analisadas por Moutinho (1996:107), acabaram por consolidar “as carreiras de alguns acadêmicos brancos ‘pioneiros’ na antropologia e na sociologia das relações raciais no país”. Ao discordar dessa interpretação Segura-Ramirez afirma que faltara à pesquisadora a exploração da “a tese do pioneirismo” das contribuições feitas nos estudos de relações de raça no país nas décadas de 70 e 80. E citou a relevância do trabalho de Hasenbalg, que passou a ser referência em várias áreas das Ciências Humanas (Op. cit.:61), assim como o CEAA, com a ajuda da Ford, transformou-se “no epicentro dos estudos sobre raça e racismo no Brasil” (GUIMARÃES, 2016:277-290).

Esse clima de estranhamentos e afastamentos foi sentido pelo próprio GTAR, considerado por alguns setores do movimento negro dos anos 80 como um “pessoal elitista, metido da universidade”, conceito não muito diferente percebido por Ratts (2009:88) sobre sua experiência junto ao ativismo negro no Nordeste no mesmo período. Lá ou cá, “havia, de uma parte da militância negra, certa dificuldade para com aque-

les/as ativistas que estavam na academia, espaço branco” censitariamente, quanto “da pouca ou nenhuma abertura para tratar de temas relativos à população negra, às relações raciais e à diáspora africana”. Ele sabia que havia o medo do “embranquecimento” de alguns/umas ativistas que ensejariam em seu “afastamento” de suas comunidades de pertencimento.

Tornar-se e ser negro no espaço branco é doloroso. É imprescindível “o processo de construção e afirmação de coletividade e da individualidade” (op. cit.:89). Por isso a importância da militância no espaço acadêmico, da garantia da integridade deste corpo neste espaço que deve ser efetivamente democrático. Mas essa militância negra acadêmica não se faz solitária e estratégias para a luta antirracista tinham que ser bem planejadas e montadas.

A militância acadêmica do Centro se mantinha comprometida na luta contra o racismo no Brasil, produzindo dados, números, estatísticas, para a argumentação do movimento negro. Nunes Pereira dizia que para “discutir com um branco de esquerda e convencê-lo da questão racial”, a sensibilização teria que passar por números: eles tinham mágica (op. cit.: 63). Por outro lado, os números indicavam a presença ínfima de pesquisadores/as negros/as “estudiosos nessas questões”, quadro que vem mudando sensivelmente.

Até os anos 70, o corpo negro era invisibilizado na universidade, a partir da década de 80 ele vai se tornando coletivo com a criação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (ou com nomes correlatos). Em 1989, o I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), realizado em Marília – SP. O Núcleo de Consciência Negra na USP, de 1991. E, em 1993, o I Seminário Nacional de Universitários Negros (SENUN), ocorrido em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mais NEABs foram criados tendo como uma das pautas principais as Ações Afirmativas e, em 2000, nascia a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) ao término do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros realizado na Universidade Federal de Pernambuco (RATTS, 2009:91).

Para dar continuidade ao trabalho de análise dos Cadernos de Estudos do GTAR altamente influenciados pelas dinâmicas e pesquisadores que vivenciaram e produziram nos vários momentos CEAA/FF, trago a menção que Segura-Ramirez (2000:58) faz à pesquisa de Gillian (1997), “no qual esta autora afro-americana afirma a existência no país de pesquisadores, de ‘peritos’ institucionais em matéria da vida de

negros’, os quais estariam controlando a entrada dos estudantes negros na academia”. A pesquisadora chama a atenção que Lívio Sansone fazia parte do grupo de “negrólogos” que defendiam o “universalismo guiado” que consistia, na perspectiva deles, na reversão do quadro de discriminação racial no Brasil. Porém, anos mais tarde, alguns desses, seriam contrários ao movimento contra o acesso do corpo coletivo negro à universidade pública (grifo meu).

A partir do exposto, é possível intuir que várias foram as estratégias utilizadas para a produção da Semana de Estudos que já contava no seu planejamento com o registro impresso das propostas ali abordadas. Mais do que apresentar textos, mas a linha de pensamento de um trabalho que se pretendia ultrapassar barreiras impostas pelo *establishmen*.

Pesquisas sobre o associativismo negro no início do século XX revelam relatos das tecituras criativas para a manutenção da serenidade ante o descaso oficial com relação ao grupo racial que também colonizara este país. Como as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro, que “na segunda metade do século, de 1750 a 1850, encontravam-se no apogeu de seu desenvolvimento”, afirmava José Bonifácio Rodrigues em seu artigo em que comenta a garimpagem arqueológica em “acervos de fontes não publicados, nos arquivos do Rio de Janeiro”, quando se deparou com um tesouro:

[...] um documento de aparência modesta e pouco amena à leitura, encera informações das mais valiosas quanto à maneira como se constituíam as irmandades de pretos, reunindo-os, de preferência, segundo as suas linhagens tribais, nas próprias áreas do continente africano (BONIFÁCIO, 1976:17-25).

Dar conhecimento a estas informações ilustram as questões que Beatriz levantava sobre a necessidade de produção de nossa escrita, mais do que isso, no reencontro dos elos perdidos transnacionais que se entrecruzam nas margens do Atlântico. Como as semelhanças nas cerimônias fúnebres ao qual se refere o etnólogo Manoel Nunes Pereira que assina o artigo *Casa das Minas de São Luiz do Maranhão*.⁶⁶ Ele trata da ritualística fúnebre, para quatro integrantes falecidos daquela instituição, e traça alguns paralelos com as cerimônias com nos terreiros da Bahia, em tribos dos Mundurucu e Maué na Amazônia Brasileira, nos Parintintins do vale do Madeira (PEREIRA, 1976:26-28).

66 A Casa das Minas é um espaço de sobrevivências do culto daomeano dos Voduns Mina-Jêje dos mais antigos do Brasil, da primeira metade do século XIX, quando teria sido comprada por escravos/as libertos/as em 1847. (BARROS apud VERGER, 1952:157-160). Nela são conhecidos e cultuados os vuduns da família real do Abomey. Teve Mãe Andressa (Andresa Maria de Sousa Ramos – 1855/1954) como principal dirigente desde 1911 até seu falecimento. (CARDOSO SANTOS, M. R. 2005:47-51).

Eles mesmos afirmam, começaram em ritmos heterogêneos, mas com interesses iguais, a vontade de autoconhecimento. Se num primeiro momento, o time era diferenciado, nem todos podiam acompanhar o ritmo das informações e aprendizados, até porque havia o ritmo da vida cotidiana – estudos, trabalho, família, etc. – impactava na qualidade e qualificação da “militância” acadêmica. Afinal, como dito anteriormente, “militar” requer tempo, dedicação, para além dos enormes esforços perpetrados pelos estudantes-trabalhadores negros/negras que decidem se insurgir contra o “lugar do negro” (GONZALES, 1980).

Desde a primeira Semana de Estudos foram instituídas algumas questões que vieram a se constituir características não só da atividade, mas do grupo em si. A partilha das tarefas, despesas e benefícios. Tudo era coletivizado, pois tudo era construído em grupo. Na primeira atividade, os estudantes tiveram que fazer a cotização entre eles para a aquisição de elementos básicos para o andamento do evento – água, café, fita para o gravador, caneta, trabalho da gráfica para alguns exemplares do primeiro Caderno de Estudos. Para os eventos seguintes tiveram alguns meses para conquistar parcerias para dar conta de algumas despesas que cobrissem a ida de alguns pesquisadores de outras cidades e estados. Assim como a chancela do ICHF para a impressão de três publicações dos Cadernos, além de cópias de convites, cartazes, materiais diversos.

Este tipo de conteúdo era novidade para a época, não havia similar em universidades. A UFF despontava, inclusive os gestores dos departamentos, já que a realização das atividades extraclasse também lhes rendiam algum tipo de bonificação acadêmica senão pessoal, seguramente enquanto gestor. O Movimento Negro era municiado com uma produção acadêmica de qualidade sobre relações raciais com a edição feita a partir da própria militância e com rigor acadêmico.

Em um artigo publicado no Caderno de Estudos Afro-Asiáticos (GTAR, 1983:64-68) o GTAR discorre sobre suas ações e trata da incompreensão do próprio Movimento Negro de não entender as dificuldades por que passara dentro da universidade. Local em que eram vistos como um grupo de ativistas do movimento negro, portanto, *persona non grata*. A farta documentação trocada pelo grupo com envio de divulgação e convites para participação em mesas, outras solicitando gratuitamente exemplares dos Cadernos de Estudos e apoio em pesquisas, mostram uma articulação bastante considerável para uma organização que dependia da produção de projetos de captação de recursos de baixa monta, usados para a aquisição de materiais de consumo. Pela troca de correspondência aludida, encontram-se órgãos gestores de educação dos municípios

de Niterói, de São Gonçalo e da Região dos Lagos, e estaduais; assim como entidades negras como IPCN, CEBA, Agbara Dudu, entre outras. Outro elemento comprometedor, segundo a fala de membros do grupo, era a falta de uma sede que servisse como referencial da cidade em termos de organização negra, inexistente similar em Niterói, neste período. A sede não ficaria restrita às reuniões e guarda do acervo do grupo, mas também para o desenvolvimento de atividades no campo da educação para as relações etnicorraciais; a promoção de cursos, palestras, oficinas; lançamento de livros, entre outras propostas. Tais atividades poderiam minimizar a falta crônica de recursos.

Nós queríamos que a semana se transformasse em um projeto permanente da Secretaria de Educação. Fomos a Secretaria de Cultura, não conseguimos. Fomos à Secretaria de Educação e, ela negou, colocando que só poderia ser como um evento. Nós não aceitamos como um evento.

Nós queríamos que fosse um projeto da Secretaria junto às escolas. Porque nós estávamos nas escolas fazendo palestras e, então como o grupo passou a ser muito conhecido na cidade em função disso.

Em outras palavras, o GTAR “formava quadro, tinha um trabalho de uma instituição disseminadora para criar multiplicadores, para criar quadros, para discutir relações raciais”. (CLÁUDIA MAGALHÃES).

O GTAR tinha as “ferramentas para isso, pessoas capazes para fazer este trabalho” e, no entanto, eram preteridos.

Nesta primeira radiografia do grupo, buscamos as linhas mestras, mas quanto mais nos aprofundamos nas trilhas, mais questionamentos vão aparecendo no caminho. Afinal de contas foram cerca de 20 anos de atividades ininterruptas em Niterói, quase dez anos na UFF. Militar, produzir, articular e sobreviver não são tarefas conciliáveis, por vezes. Algo se perde no meio do caminho.

Uma crítica, mas talvez uma sinalização para investigações:

(...) o grupo talvez não tenha tido habilidade de envolver gente porque havia um pouco dessa coisa [olheiro da repressão militar]. Havia um momento, em que era coisa de negro é para negro.

Na verdade, os estudos sobre o negro seja na História, seja na Antropologia, seja onde for, não cresceram muito dentro da universidade neste período, vão crescer em outros. O Afroasiático é dessa época.

É o Afroasiático é um pouco antes, porque salvo engano, as discussões começaram fora para depois se reorganizar ou se organizar dentro da UFF.

Mas dentro da UFF, mas acho que, na realidade, isso que eu falo da UFF, mas é a mesma coisa para UFRJ, em todos os lugares. Naquele momento, na década de 70, e mesmo apenas na segunda metade da década de 80, o estudo do negro foi tema de belas teses de mestrado de doutorado, sobre a questão do negro, daí para diante (ISMÊNIA MARTINS).

Por conta dos vários problemas que vinham ocorrendo – falta de surgindo ao longo da produção dos eventos, o GTAR decidiu reduzir os grandes eventos – Semana

de Estudos e Ciclo de Palestras – para um. A produção custosa – em termos de pessoal, o grupo sempre contou com um número restrito de membros, e de recursos financeiros, cada vez mais exíguos – impactava em toda a dinâmica: contatos, convidados, parceiros institucionais, divulgação, tempo para a confirmação dos convidados, pois “não eram remunerados. E, isto nos estava incomodando, porque já estávamos vivendo a ‘era das bolsas’ de ‘pro labore’, das ONGs que financiavam os eventos” (CLÁUDIA MAGALHÃES). Com o currículo conquistado pelo GTAR, nem sempre tais dificuldades eram entendidas como reais. O somatório desses elementos sinalizam as dificuldades para que o grupo desse continuidade às suas atividades.

Como colocado acima, o GTAR tinha em seu currículo as Semanas de Estudos em que as mesas eram compostas por quatro mesas com a apresentação de trabalhos e uma para a avaliação, exposição de jornal-mural e venda de produtos do GTAR (cadernos das Semanas, botons, camisetas e publicações de simpatizantes como os dos poetas Cut e Elê Semog). As exposições e mediações eram feitas por integrantes do grupo, “os mestres de

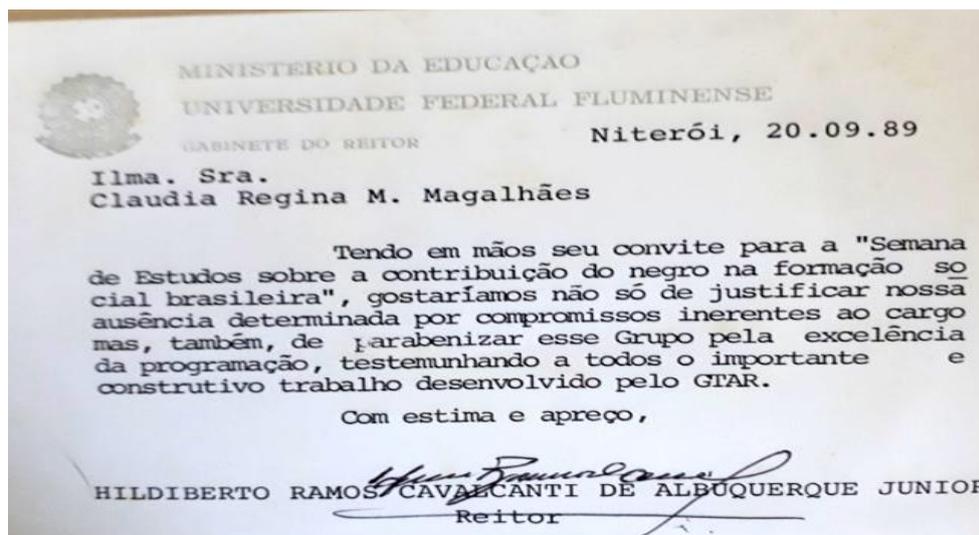


Imagem 10:

Correspondência do Reitor Hildebrando Ramos C. de Albuquerque Junior, da UFF, para o GTAR, em 20/09/89.

Fonte:

Acervo do GTAR.

cerimônias”. Eventualmente, a mediação era feita por um professor convidado, como ocorreu na 6ª Semana, em 1980, em que o historiador Roberto Slenes mediou a palestra do antropólogo João Baptista Borges Pereira, que tratara sobre “Os estudos antropológicos das populações negras pela Universidade de São Paulo”; ou a historiadora Beatriz Nascimento estimulava os debates após a fala da também antropóloga Maria Maia Berriel, com “Identities étnicas: um novo espaço para o negro: tema para discussão”; na 7ª Semana, em 1981, foi a vez da professora Iolanda Oliveira a cumprir esta função na mesa da filósofa Helena Theodoro, com “Questões da educação e do saber no ensino brasileiro”. Na

9ª Semana, em 1983, a então integrante do GTAR Rosália Lemos⁶⁷ mediou a mesa com a psicóloga Neusa Santos Souza, que tratara do tema de seu livro “Tornar-se negro”.

Apesar da qualidade teórica dos Cadernos de Estudos, do reconhecimento pelo Ministério da Educação, a nova direção do ICHF não autorizaria mais a impressão da publicação e dificultou ao máximo a realização de atividades extraclasse na universidade, o que desencadeou uma série de empecilhos na divulgação e compreensão sobre a temática junto aos professores e alunato. Era 1979, a nova gestão fora assumida pelo professor Hildiberto R. C. de Albuquerque Junior.⁶⁸

Começou a se tornar muito cansativo organizar no mês de setembro o evento com número de pessoas tão reduzido. Tínhamos que gastar do nosso dinheiro para organizar tudo, desde o folheto informativo, passando pelo boletim, passando pelo material de divulgação pelas rádios. Quando nós conseguíamos isso, tínhamos que pagar matéria para sair no tabloide para podermos conseguir uma divulgação maior. Então nós desistimos também. Não só em função disso, mas também isso. Daí termos decidido parar com a Semana. Elas estavam acontecendo no SESC de Niterói que emprestava uma sala. Nós organizávamos a Semana lá dentro (VALMIRO NUNES).

2.3.1.1 – Projeto Editorial e Gráfico – Independente das características físicas que a colocam como uma apostila, o conteúdo da primeira publicação produzida pelo GTAR, Caderno de Estudos, é o que interessa ressaltar, seu histórico, suas possibilidades analíticas. Não vamos nos ater a trajetória de esforços de sua produção, mas ao conjunto da obra, os autores, conteúdo, pertinência dos temas, relevância com os objetivos propostos para com os propósitos do grupo. Imperioso colocar que, não é do escopo desta pesquisa, uma análise profunda de todos os 23 artigos dos 25 autores, considerando dois artigos de produção coletiva do GTAR.

A capa oficial dos Cadernos de Estudos tem como ilustração e uma xilogravura em preto e branco da xilogravura de *Cabeça de negro* de Lasar Segall,⁶⁹ tamanho 3x5cm. Alterações poderiam ocorrer, de pouca monta, como a inclusão ou exclusão da lista dos conferencistas.

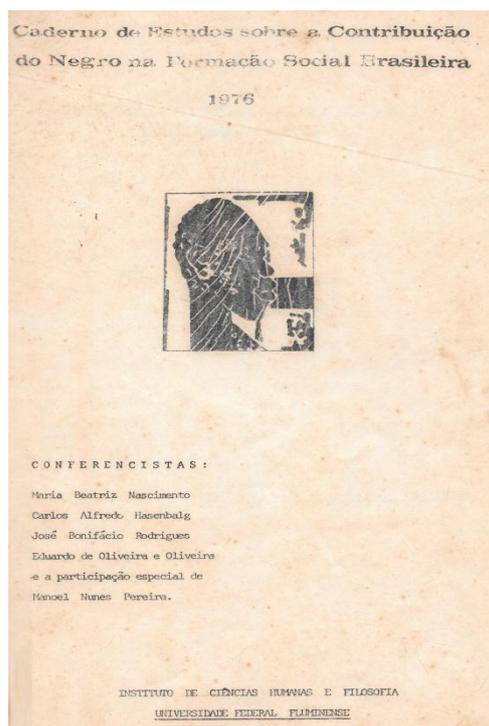
67A graduanda de Química, Rosália Lemos, dedicou-se ao movimento feminista negro e cofundou o Coletivo Nzinga em 1983. Este fora fundado na sede da Associação do Morro do Cabrito. A primeira coordenadora foi Lélia Gonzales, que sugerira o nome por conta de suas pesquisas sobre as mulheres africanas e o poder por elas exercido (VIANA, 2006).

68 O professor Hildiberto Ramos Cavalcanti de Albuquerque Jr. foi diretor do ICHF entre 1979 a 1982; e, foi eleito Reitor da UFF para o período de 1985 a 1989.

69 Segundo Sebastião Soares, houve um acordo verbal entre a família de Lasar Segall e Maria Beatriz Nascimento, para a cessão da imagem da tela “Cabeça de Negro” nos Cadernos de Estudos e nos materiais divulgacionais da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira.

Imagem 11: I Caderno de Estudos

Fonte: Acervo pessoal



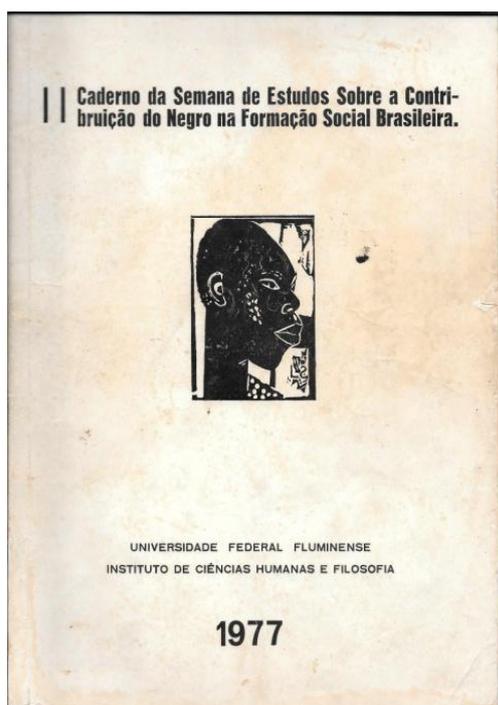
A primeira publicação – I CADERNO DE ESTUDOS – é datada de 31 de maio a 8 de junho de 1976. O formato de apostila grampeada, com capa simples com elementos datilografados. Tem como organizadores: Marlene de Oliveira Cunha, Sebastião Soares, Rosa Virgínia Nascimento e Ana Maria Ventura.

Os textos se referem ao seminário realizado ano anterior, e contém textos de Maria Beatriz Nascimento (Culturalismo e Contracultura), Eduardo de Oliveira e Oliveira (Movimentos Políticos Negros no Início do Século XX no Brasil e nos Estados Unidos), Carlos Alfredo Hasenbalg (Alguns Aspectos da História

Social do Negro Pós-Abolição), José Bonifácio Rodrigues (As Irmandades como Forma de Organização do Negro) e Manoel Nunes Pereira (Casa das Minas de São Luiz do Maranhão).

Imagem 12: II Caderno de Estudos

Fonte: Acervo pessoal



Entre os colaboradores, alunos e professores: João Ribeiro, Wagner Gomes, João Carlos Purim, Alcebíades Abel de Oliveira, entre outros, que não foram nominados. E, nos agradecimentos especiais, aos antropólogos Maria Maia de Oliveira Berriel e Manuel Nunes Pereira.

No histórico, informações sobre a trajetória do grupo, realização da primeira Semana em 1975, de 12 a 15 de maio; e da segunda, de 31 de maio a 08 de junho de 1976.

Para o II Caderno, de 21 a 26 de novembro de 1977, além dos organizadores originais, excetuando-se Ana Maria Ventura, agregaram-se ao grupo outros alunos: João Ribeiro,

Alcides Geraldo da Conceição e Alcebíades Abel de Oliveira.

Como conferencistas: Carlos Alfredo Hasenbalg (Alguns aspectos das relações raciais no Brasil), Roy Glasgow (O desenvolvimento da consciência negra no Caribe com algumas referências no Brasil), Eduardo de Oliveira e Oliveira (Etnia e compromisso cultural), Vicente Salles (O negro na Amazônia), Décio Freitas (O sistema escravista brasileiro como origem da situação do negro atual no Brasil) e Maria de Oliveira Berriel (Uma bibliografia sobre o negro).

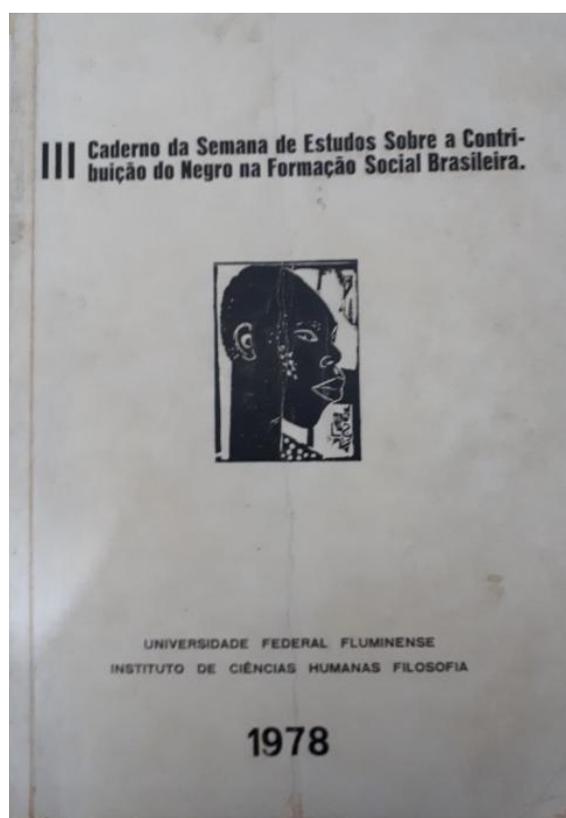
Os agradecimentos mostram o peso das parcerias: Maria Beatriz Nascimento (Afro-asiáticos), Carlos Alfredo Hasenbalg (prof. Adjunto do mestrado em Sociologia e Ciência Política do IUPERJ), Eduardo Oliveira Oliveira (professor na Universidade de São Carlos) e o Reitor UFF Geraldo Sebastião Tavares Cardoso que esteve presente em todas as etapas da semana, principalmente na mesa redonda, onde colaborou fazendo algumas sugestões.

Novamente, Berriel é citada pelo seu empenho e assistência; e mencionado, não o nome, mas o cargo, do Diretor da Faculdade de Direito pela cessão do auditório. Agregaram especial agradecimento aos colegas Andreilino Abel de Oliveira Campos e Nilton Manoel da Cruz.

No histórico, informe sobre a mudança da Semana para 21 e 16 de novembro de 1977, em homenagem póstuma a Zumbi, Rei dos Palmares, em consonância com a agenda do movimento negro a respeito de uma identidade positiva de um herói negro brasileiro a defender a primeira república brasileira, um projeto de nação negro-africana.

Na terceira publicação (III CADERNO), de 20 a 26 de novembro de 1978, mais estudantes estão inscritos como organizadores do Caderno: Andreilino de Oliveira Campos, Henrique Christóvão Garcia do Nascimento, Nilton Manoel da Cruz, Paulo César Leite Figueira e Paulo Bento. Os/as articulistas: Ivone Velho (A-

Imagem 13: III Caderno de Estudos
Fonte: Acervo pessoal



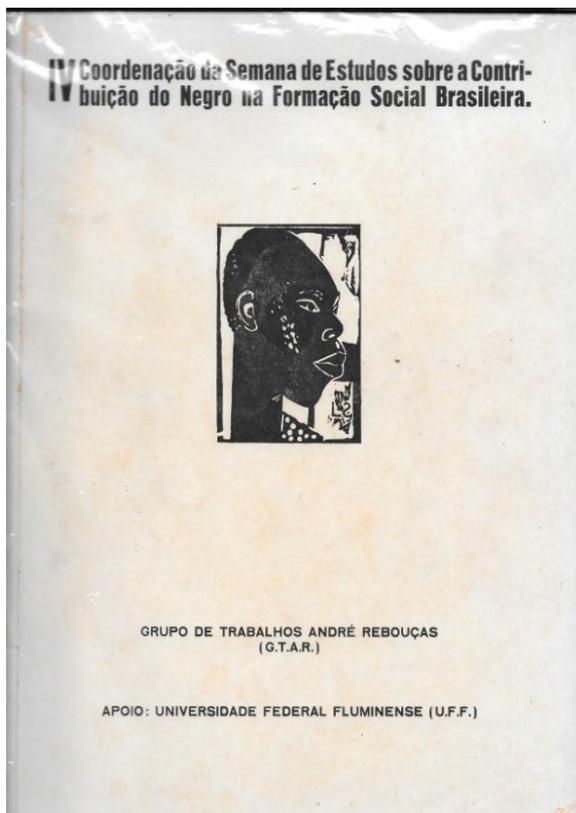
nálise crítica sobre os Cultos Afro-brasileiros), Michel Turner (EUA) (A vinda do Islã para o Brasil no séc. XIX e o impacto da religião muçulmana na formação de afro-brasileiros), Reginaldo Guimarães (O negro na ficção de Machado de Assis), Juana Elbein (Transmissão do Axé – religião e negritude) e Leni Silverstein (Mãe de todo mundo: modos de sobrevivência nas comunidades de candomblé na Bahia).

O GTAR fez agradecimentos a: Carlos A. Hasenbalg, Eduardo Oliveira Oliveira, Ivone Velho, Juana Elbein, Leni Silverstein, Maria Beatriz Nascimento, Maria Maia de Oliveira Berriel, Maria Bernadette Velloso, Michael Turner, Peter Fry, Reginaldo Guimarães, Vicente Salles, ao músico e percussionista Djalma Correa, Mestre Didi e ao prof. Manuel Pereira.

Um registro especial à “política de boa vizinhança”: ao Reitor prof^o Rogério Benevento pela boa receptividade ao trabalho do grupo. E, aos parceiros de peso que fizeram muito pelo grupo, como o ex-Reitor prof^o Geraldo Sebastião Tavares, pelo seu empenho na oficialização da Semana de Estudos, materializado a partir do dia 12 de setembro de 1978. Assim a 4^a Semana fora aprovada pelo Ministério de Educação e Cultura através da Portaria no. 741, de 4 de setembro de 1978, artigo 2^o do Decreto no. 69.053, de 11 de agosto de 1971.

Imagem 14: IV Caderno de Estudos

Fonte: Acervo pessoal



Por último, o IV Caderno de Estudos que compreende o evento de 20 a 27 de novembro de 1979, consta como organizadores: Gilberto de Abreu, Luiz Carlos Rodrigues, Marlene de Oliveira Cunha, Nilton Manoel da Cruz, Sebastião Soares e Valmiro Nunes.

Os conferencistas foram: Carlos Alfredo Hasenbalg (1976: *As desigualdades raciais revisitadas*), Ivone Maggie Velho, Márcia Contins e Patrícia Monte-Mór (*Explorando a credulidade pública*), Maria de Oliveira Berriel (*Um estudo sobre a ideologia racial brasileira*), João Batista Borges Pereira (*A folclorização da cultura negra no Brasil: apenas um texto para de-*

bates) e Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina M. Araújo Costa (*A reprodução das desigualdades raciais no Brasil - sinopse*).

Conforme o histórico, dois cursos, um do prof^o José Maria Nunes Pereira (CEAA/UCAM), *As relações contemporâneas Brasil-África* e, da prof^a Maria Amália Pereira Barreto, *Os voduns do Maranhão*. Já a mesa-redonda, sob a coordenação Beatriz Nascimento, contou com a presença de vários professores, inclusive o então Diretor do Centro de Estudos Gerais da UFF, prof. Raymundo Martins Romeu, que seria eleito Reitor (1982/1985).

Do debate, foram listadas nove reivindicações: 1) divulgação da Semana através das mídias da instituição; 2) contratação de professores visitantes para ministrar cursos na área de estudos sobre o negro, nas disciplinas eletivas e nos cursos de extensão universitária; 3) autorização para uso de espaço para exposições; 4) levantamento de pesquisadores brasileiros que estudam o negro em todas as áreas do conhecimento – dentro e fora da UFF; 5) notificar todos os professores convidados, Reitoria e institutos da universidade sobre Ata assinada naquela Mesa-Redonda; 6) distribuir os cadernos de estudos para todas as unidades da UFF e departamentos de Ciências Humanas das Universidades Federais; 7) fomentar cursos de extensão universitária na área de estudos sobre as Relações Raciais no Brasil; 8) divulgar e convidar especialistas de outras áreas de conhecimento para atender os alunos de outros departamentos, que não de Ciências Humanas; 9) foi notificado, na ocasião, pelo Diretor da CEG, que houve interesse do Chefe do Departamento de Física pelos trabalhos da Semana.

Conforme a **Tabela 2**, abaixo, é possível visualizar a participação dos articulistas conforme gênero culminado com a raça/etnia. Observa-se o que até então a pesquisa pontuou que no período estudado eram poucos os intelectuais que dominavam a temática e que teriam a disponibilidade para estar participando dessa iniciativa do GTAR. Se inicialmente eram um grupo que brilho pelo pioneirismo, com o tempo outros grupos e organizações desenvolveram outros campos de dar visibilidade às suas produções acadêmicas.

Tabela nº 2

Cadernos de Estudos						
Gênero	Cor/Raça	1976	1977	1978	1979	Total
Mulher	Branca	-	1	3	7	11
	Negra	1	-	-	-	1
Homem	Branco	3	3	-	2	8
	Negro	1	2	2	-	5
Total		5	6	5	9	25

Fonte: Cadernos de Estudos da Semana e material de divulgação desses eventos que integram o acervo pessoal dos integrantes do GTAR.

O grupo contou com a participação de pesquisadores estrangeiros, além do argentino Carlos Hasenbalg. Para tanto, o GTAR recebeu apoio da Fundação Ford. O historiador de origem caribenha de Barbados, o norte-americano J. Michael Turner, fora encarregado de acompanhar a implementação do programa da Fundação no CEAA na assinatura do convênio e conheceu Beatriz Nascimento nesta ocasião. Posteriormente, ela apresentara Marlene que discorrera sobre a Semana de Estudos e o convidara para fazer uma palestra na 3ª Semana de Estudos em 1979.

Turner gostou da ideia da Semana. Foi a melhor coisa mais organizada que disse ter visto no Brasil até aquele momento. Ele que levou Roy Glogow para falar sobre Nzinga, o livro recém-lançado (SEBASTIÃO SOARES).

Com o texto *A vinda do Islã para o Brasil no séc. XIX e o impacto da religião muçulmana na formação de afro-brasileiros*, Michael Turner participa da terceira edição do Caderno de Estudos que foi praticamente dedicada à religiosidade. Dos seis artigos, um é dedicado à bibliografia e a introdução, ambas produção coletiva do GTAR; e um texto dedicado à literatura, todas as outras contribuições abordam características diferenciadas do campo do sensível e da espiritualidade.

Turner em seu artigo analisa as múltiplas formas em que as comunidades afro-brasileiras na Bahia promoveram sua religiosidade a vinda do islã em que trata dos emigrados para a costa da África, considerando como ponto de análise identitária dos mesmos a perspectiva da religiosidade, quer islâmica ou católica. Neste retorno à terra ancestral, o autor ilumina aspectos das relações conturbadas que se estabeleceram para os acolhimentos ou não entre os grupos que por lá habitavam – fossem os “indígenas” ou os colonizadores. Turner traça uma trajetória entre as guerras dos jihads e a alimentação

do tráfico negro. No Brasil, a entrada do século XX foi de fenecimento para “a presença especificamente muçulmana”. Sem poder manter a sua individualidade, “tornando-se parte da vida de culto dominada pelas tradições nagôs”. O autor discorre sobre momentos de tensão e perseguição ao candomblé, e até “certa tolerância por parte do governo baiano”. Entretanto por tempo determinado, pois as teorias evolucionistas:

[...] recém-traduzidas de Madison Grant, Gobb Gobbineau e outros darwinistas sociais, certos baianos brancos de muita influência condenaram o que chamaram de miscigenação do seu país e da nacionalidade brasileira por brasileiros não brancos e seus costumes e tradições demasiadamente africanos, tão bem exemplificados pelo candomblé.

Embora não houvesse nenhuma evidência que justificasse uma acusação de subversão, as casas de culto foram acusadas de manterem atividades anti-governamentais. Essa perseguição ativa resultou na prisão de vários membros das casas de culto e em violência contra outros membros. (TURNER, 1978:09-14).

Turner deixa uma reflexão ao aludir que tais perseguições se deram “quase um século depois da rebelião Malê de 1835”, atitudes essas que ele compara com as ideologias racistas da Alemanha nazista e, que “encontram eco na Bahia, quando a experiência religiosa afro-brasileira suscitou temores por parte dos brancos” (Idem).

A antropóloga Juana Elbein com o tema *Transmissão do Axé – religião e Etos negros no Brasil* também chama a atenção para a violência simbólica e física contra as religiões negro-brasileiras. Para ela, mais do que uma definição abstrata e geral sobre religião,

[...] a recolocação do significado ideológico num determinado contexto sócio-histórico, numa determinada área geográfica.

Perceber a religião de grupos ou segmentos minoritários como freio no desenvolvimento de uma consciência social das massas, ou como obstáculo ao pleno desenvolvimento econômico, redefine aos seus sustentadores ainda como porta-vozes de um modelo imperialista de ocidentalização para os povos da América Latina, Ásia e África (ELBEIN DOS SANTOS, 1977:27).

Ela aprofunda a discussão sobre a percepção e interpretação de fenômenos negro-brasileiros pautados historicamente por relações de dominação interétnica. Ela cobra a responsabilidade dos estudiosos da atualidade para que revejam e façam a “recolocação histórica da herança ideológica e teórica da ciência antropológica”.

Essa “responsabilidade” dos cientistas foi densamente discutida por Beatriz Nascimento no texto *Culturalismo e contraculturalismo* (1976). A historiadora defendia que o cientista tem sua concepção formada por teorias e postulados eurocêntricos que

vilipendiam o próprio fazer do profissional que deve ser comprometido com o trabalho científico.

Elbein reafirma que na diáspora africana, a prática religiosa atua como elemento de coesão. Ele foi um dos fatores que permitiram ao africano escravizado e seus descendentes que se reorganizassem em “reagrupamentos institucionalizados” que se tornaram comunidades com características específicas (ELBEIN DOS SANTOS, 1977:29).

Como a *Casa das Minas de São Luiz do Maranhão* (1975), artigo de Manoel Nunes Pereira, antropólogo filho de uma *noché*.⁷⁰ Seu trabalho foi um marco na academia, em especial na Escola de Nina Rodrigues, a chamada Escola Baiana da qual o pesquisador era filiado. Pois até então o negro era analisado enquanto objeto e ele inaugura uma outra forma de promover a análise, como sujeito, no campo da antropologia. Pois como coloca Theodoro (1985:6):

A sociedade brasileira desconhece através de seus discursos institucionais, a existência e a força de uma cultura negra – sistema simbólico, com regras próprias, de caráter erudito e popular – capaz de responder pela identidade histórica do homem negro do Brasil.

A questão posta não é a busca do essencialismo, mas o debate sobre como naquele momento, década de 1940, em que a academia estava impregnada da visão da existência de um único processo civilizatório compatível no mundo que conciliasse o binômio cultura/civilização. E, este era o branco europeu, cuja cientificidade já havia sido sobejamente provada. As outras sociedades, grupos étnicos, poderiam ter cultura – como manifestação sobre determinado território – mas não seriam competentes o suficiente, ou seriam inferiores para desenvolverem um processo civilizatório. Theodoro (1985:12) reflete sobre alguns conceitos do negro brasileiro utilizando-se de metodologia inovadora, considerando que os padrões do Ocidente e do Oriente, aos quais respeita e valida, não lhe possibilitam “o reconhecimento da especificidade da contribuição africana ou de suas manifestações mais expressivas” (op. cit., 1985:6).

Ou seja, como Beatriz colocava, seguindo as várias trilhas abertas por Abdias Nascimento, que ela aprofunda em seus estudos, a História total não contempla a História do Negro.

Por quase quatro séculos as culturas africanas foram transportadas pelos escravizados negros, comercializados no continente africano pelos colonizadores portugueses –

⁷⁰ Cunha (2001:121), ela era uma das oficiantes do culto dos Voduns Mina-Jejes.

como parte de suas mercadorias para trabalhar compulsoriamente no Brasil. Da África Ocidental, Equatorial e Oriental foram trazidos grupos étnicos ou “nações” que deixaram seus registros no DNA brasileiro.

Um primeiro mapeamento feito por Arthur Ramos identifica os três principais grupos culturais: sudaneses, guideano-sudaneses islamizados e bantos. Posteriormente, Juana Elbein dos Santos, cita as pesquisas de Nunes Pereira, e constata que “os Yoruba do Daomé estão constituídos de populações que se consideram descendentes de Ifé, irmanados por um mesmo mito genético” (Op. cit.:7).

Quando o GTAR evocou esse tema para a Semana de Estudos o trouxe, sob a inspiração de Beatriz Nascimento, com a intenção de questionar o olhar sobre “a perpetuação de mistificações, de estereótipos que remontam às origens da vida histórica de um povo que foi arrancado de seu habitat, escravizado e violentado na sua História Real” (NASCIMENTO, 1974:41-45).

Os documentos disponibilizados para a garimpagem das pesquisas sobre o escravismo colonial brasileiro são de fontes ligadas aos variados representantes do grupo dominante, quer sejam missionários, colonizadores, viajantes e administradores. Em geral, a “massa de documentos” provém de “observadores alheios ao escravo negro” (LOPES, SIQUEIRA E NASCIMENTO, 1987: 11.). Fator crucial, anterior à qualificação das fontes, é perceber que “ao se realizar com negros, a escravidão possibilitou a criação de uma estereotipia racial, profundamente enraizada em nossa formação cultural” (Op. cit.).

Eduardo Oliveira e Oliveira apresentou dois artigos para seus discípulos, um que trata de vários aspectos interligados à mobilização negra – *Movimentos políticos negros no início do século XX no Brasil e nos Estados Unidos* (1976). A partir desta comparação entre a mobilização antirracista corrente nos dois países, o sociólogo interpreta os movimentos sociais e políticos norte-americanos e brasileiros nas primeiras quatro décadas do século XX, no caso do Brasil, tendo como categoria de análise o conceito de “negritude”.

Oliveira procura fazer uma interpretação de movimentos sociais e políticos norte-americanos e brasileiros, notadamente paulistas, no primeiro quartel do século XX, tendo como elemento de análise o conceito de *negritude*. Entre as três principais correntes estadunidenses estão: o Movimento Niágara, o Pan-africanista e o Renascença do Harlem. Sua questão é como este conceito nasceu em um dado contexto, num dado período.

do, reverberou no Brasil, na mobilização negra paulista que toma vulto nas décadas de 1930/1940 (OLIVEIRA, 1976:6-9).

Para os brasileiros, segundo Oliveira, “*negritude* era o nível de consciência limite no qual o Negro alcança o nível de consciência em si-para-si.”⁷¹ Ou seja, o negro deveria ser mobilizado para voltar-se para si, se autoconhecendo sem medo ou vergonha de ser negro. Para aprender a superar o que lhe fora ensinado pela história oficial como um dogma. E, buscar o que foi excluído do currículo escolar como a história do negro no Brasil e das culturas africanas, que pode e deve ser produzida a partir do próprio negro da diáspora e africano.⁷² E isso inclui o reconhecimento de suas dores, das lutas e das resistências, enfatizando que a escravidão não fora tão amena e que as discriminações perpetuam as desigualdades econômico-socio-raciais no cotidiano.⁷³

Eduardo chama a atenção sobre a mobilização dos jovens negros antilhanos e africanos na França. Para se atingir este estágio de mobilização, torna-se necessário que eles se conscientizassem de sua situação – de que eram oriundos de uma elite negra de um país colonizado oriundo de um continente primitivo. Portanto, o que os leva a agir, a mudar, foi o conhecimento, a informação propiciada pelas reflexões em forma de literatura, música, peças de teatro produzidas por negros norte-americanos sobre suas mobilizações político-sociais “caráter racial”.

A busca de uma identidade propositiva do Negro como solução para sua integração na sociedade total (nacional). Momentos de expectativas e baixa mobilização no período de tensões da revolução de 1930, que poderia trazer “novas esperanças ao negro com o desmantelamento da oligarquia, sobretudo em vista do que se passara na crise de 1929” (Op. cit.:08).

71 Silva, 2012, p. 25, traz as experiências de Eduardo com o coral Crioulo – composto de 20 negros e organizado com o amigo sociólogo e músico, como ele, K. Massangu, angolano – e com o CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra em São Paulo, que entre 1971 e 1974, em sua primeira fase, desenvolveu o teatro com a presença de Thereza Santos, idealizadora da instituição. A atriz tinha fugido do Rio de Janeiro por conta da repressão do governo Médici, em 1969. Ela tinha vivência na esquerda, ex-militante da Juventude Comunista e do movimento estudantil, atuou nos Círculos Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), participou do Teatro Experimental do Negro (TEN) como atriz e trabalhara com crianças negras no Morro da Mangueira (RJ).

72 Nascimento (1976, pp. 02-05) defende um estudo crítico da história dos povos que construíram o Brasil, pois no seu entendimento, a história oficial foi escrita por mãos brancas. A história oficial, mais do que omissa, ela negligencia fatos importantes e deforma a história do negro. Tratado somente no contexto da escravidão como subalterno, os estudos não são ampliados para outros espectros vivenciais do negro livre – alforria, quilombos, hábitos, costumes, etc. Por isso que ela enfatiza que negros e negras devem estudar as relações raciais, a história da população negra e que revissem a convencionalizada *cultura negra*.

73 Os Cadernos de Estudos contém artigos que contemplam o debate sobre relações raciais e estratificação social inaugurados pelo sociólogo Carlos Hasenbalg e abarcados por outros intelectuais, como a antropóloga Maria Maia de Oliveira Berriel.

Entretanto, com todos os rigores e dificuldades a que os grupos que compõem o poder dominante possam sofrer, os grupos dominados se veem sempre nessa condição de subalternidade. A reorganização das cadeiras não ultrapassa a divisória bem demarcada das castas. Sem perspectiva de “concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução” este conteúdo será o novo elemento que dará as condições ideais para o surgimento da Frente Negra Brasileira. Nascida em 16 de setembro de 1931, tem um programa de arregimentação em massa capilarizado por todo o país. Seu programa tem dois eixos – educação e politização. Trabalhavam com calendário de reuniões cívicas e tinham um jornal – A Voz da Raça. A FNB inicialmente buscou congregar todos os grupos existentes no meio negro.⁷⁴

Para Oliveira (e outros pesquisadores) a FNB parece ter sido o primeiro partido político negro em âmbito nacional do país. Entre 1931 e 1937 contava presumivelmente 60 mil filiados, com pouco menos de 1/10 em condições de arcar com uma mensalidade mínima. Quando apresentou candidato próprio, a maioria dos eleitores não estava registrada (SILVA, op. cit.:40).

O sonho do primeiro partido negro acabara com golpe de 1937, quando Getúlio Vargas fechava todos os partidos políticos, fechava o Congresso Nacional. A FNB buscava se reerguer algum tempo depois, mas não teve fôlego. O que nos importa aqui é o que coloca Eduardo Oliveira e Oliveira, a liga que moveu estes homens e mulheres negras a se mobilizar em torno de um ideário para negar a história oficial de negação desta subalternidade eterna. Fomos e somos muito mais do que dizem que somos. Somos o que quisermos ser. E, queremos ser o que juntos quisermos ser, mas para isso, precisamos (re)conhecer nossa história, (re)ver nossos (pré)conceitos.

É caminhando um pouco nessa perspectiva de autoconhecimento e de compromisso que Eduardo produziu o artigo *Etnia e Compromisso Intelectual* (1977). Tendo por base o campo da sociologia da cultura, em particular, a cultura brasileira, o artigo esboça um modelo teórico sobre uma sociologia negra: percurso, percalços, limites, estranhamentos. Reflexões sobre “como se equaciona negro e intelectual – se é que se equacionam? É o negro, e particularmente o negro brasileiro identificável com tal categoria, ou tem que reivindicar uma tal atribuição?” (Oliveira, 1977:22).

74 Silva, Op. cit., 40. Entre 1977 e 1981, a organização negra CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra se oportunizou um espaço (alugado) de reflex(ação) afrocentrado no município de São Paulo aberto a outros negros(as) e às outras entidades negras sensibilizados para a questão racial para usufruir das atividades ou participar dos trabalhos ali desenvolvidos. No Rio de Janeiro, o mesmo ocorria com o IPCN – Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, este com sede própria, no Centro, a partir de 1978.

Sob o título *Um estudo sobre a ideologia racial brasileira* (1979), Berriel revisita o tema que fora tratado em sua tese de doutoramento *Identidade Fragmentada: as muitas maneiras de ser negro*. A Semana de Estudos, na perspectiva da antropóloga, era um fórum ímpar de recolocar a questão em debate e, assim evitar ostracismos que transformam a "publicação" ou "algo impresso" em "túmulo de ideias". Discreta crítica semelhante a que Elbein dos Santos fez, em seus agradecimentos pelo convite que o GTAR havia feito para que apresentasse reflexões sobre sua pesquisa que em solo brasileiro era praticamente impossível de se fazer, naquela ocasião, menos ainda em publicações científicas. A Semana de Estudos e sua publicação específica enviada para as universidades era um espaço de visibilidade perfeito para aqueles/as pesquisadores ávidos por mostrarem estudos com abordagens diferenciadas.

Conforme Berriel, na ideologia racial brasileira o conjunto de regras - apresenta conteúdo referente ao período do escravismo e da abolição, cujas representações do negro são fundadas em estereótipos. A cor passa a ser definidora de estratificação social. É um "componente essencial" da ideologia racial brasileira que demarca as expectativas comportamentais de negros e brancos. "É sempre o referencial subjacente", quer "em associações negativas, quer em mensagens favoráveis, endereçadas aos sentidos". Ela é um dos elementos-chave que informa como padrão a sua forma relacional de dominador/dominado.

A ideologia racial brasileira se legitima no processo de transmissão do conteúdo ideológico. A eficácia deste "princípio ordenador" tem como elementos "as condições históricas" que ainda operam "em nível de abstrações, envolvidas em estereótipos, fórmulas paternalistas e artifícios introjados e naturalizados na sociedade brasileira". Esta hierarquização se manifesta em representação de acordo com as atribuições então dadas. Para a circulação da ideologia torna-se necessário que existam unidades que integrem os níveis sociológicos e psicológicos, que devem ser coerentes e eficazes. Pois, na ordenação da legitimidade não pode haver incoerência. Seriam os *ruídos* que, certamente, provocariam intervenções, questionamentos.

Na avaliação da interpretação ideológica através da estrutura da comunicação, é vital não perder de vista que a linguagem é o "suporte máximo da interação". A intensidade vai se dar aglutinando alguns fatores para que a informação tenha plena receptividade: os "processos comportamentais ou figurativos" presentes na transmissão verbal ou escrita. Os conteúdos ideológicos raciais vão se manifestar "com múltiplas e variadas relações associativas e de substituição", com "conotações depreciativas". Como compa-

rar a imagem de um negro a de um animal. A ideologia impregna todos os diferentes níveis do sistema, obviamente que a comunicação não tem como não estar contaminada.

E, como contraponto a toda essa opressão ideológica imposta historicamente ao negro, Berriel constatou a importância dos espaços de comunhão de experiências que acabam oferecendo apoio, amparo, segurança, compromisso, energia, identidade, retorno, identificação, espelho. O que, vai ao encontro das reflexões de Beatriz Nascimento em sua defesa da construção política dos quilombos baseado em um processo civilizatório negro africano. E, mais ainda, o próprio espaço da Semana de Estudos e do GTAR.

A Semana de Estudos tomou um impulso que os próprios Andreboucistas não tinham dimensão, tamanha a profusão de situações inusitadas em que se viam colocados.

Quem assistia não era uma plateia nunca enorme. Mas não era uma plateia melancólica. Mas não era uma plateia de faltar lugar.

E eles traziam grandes nomes. Eram pessoas muito importantes que eles traziam.

E também tinham muito militante do Movimento Negro que ia.

Então, às vezes tinha pouco aluno da universidade.

Acho que, obrigatoriamente, o bom era que isso não fosse uma coisa só de negros. Era bom que fosse uma coisa que comprometesse toda a universidade. Acho que isso agente nunca conseguiu. Tanto que a gente não conseguiu e sai e vai fazer a coisa fora (ISMÊNIA MARTINS).



Imagem 15: Público de uma das Semanas de Estudos no ICHF/UFF, s.dt.

Fonte: Acervo de Sebastião Soares

Para aqueles jovens que fizeram a primeira atividade de forma discreta – sem recursos, uma ação entre amigos –, a exposição do professor Glasgow com a pesquisa inédita:⁷⁵

[...] foi uma das melhores semanas aquela que ele veio. Porque, na verdade, nós começamos a crescer em termos de conhecimento. Porque era uma coisa nova. Ele, extremamente solícito e, paciente com nossa ânsia de conheci-

⁷⁵ GLASGOW, Roy Arthur. *NZINGA: Resistência Africana à Investida do Colonialismo Português em Angola (1582 -1663)*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

mentos. Vimos que era possível ser negro, intelectual e conviver com os outros que não são. Foi bom porque ele, um grande intelectual e, nós, estudantes (SESBASTIÃO SOARES).

Essa experiência com professores afro-americanos foi marcante não só para os integrantes do grupo, mas, certamente, para os que das palestras estiveram presentes. Quanto aos textos, primam pelo ineditismo das pesquisas naquele momento histórico. Ao todo, o GTAR conquistou a inserção de sete artigos de pesquisadores estrangeiros, entre brancos e negros, das Américas.

Da mesma forma que a Semana de Estudos e sua publicação foram apoiadas pelos pesquisadores externos, eles também disseminaram a informação levando exemplares para suas instituições de ensino. Mas também o próprio grupo enviou publicações para bibliotecas universitárias fora do solo brasileiro.

Outro indício de que os Cadernos navegaram o Atlântico Até pode servir de pista ao nos referirmos aos acordos assinados pela Fundação Ford com a gestão do grupo para o apoio de custeio de passagens e estadia de palestrantes, pagamento de serviços de datilografia e transcrição de fitas, entre outros itens. Com o relatório o GTAR deveria

apresentar documentos anexados exemplar dos cadernos com a chancela da UFF para comprovar a parceria com uma universidade pública. Entretanto, é importante também agregar a informação de que não foram vistos na estante, “mas nos Latin American Centers das bibliotecas dos EUA, existem exemplares” (Imagem 15) (LUIZ CLÁUDIO BARCELOS). Carta recebida pelo grupo do Consulado Norte Americano, representação no Rio de Janeiro, em setembro de 1989, solicitava exemplares para encaminhar à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.⁷⁶

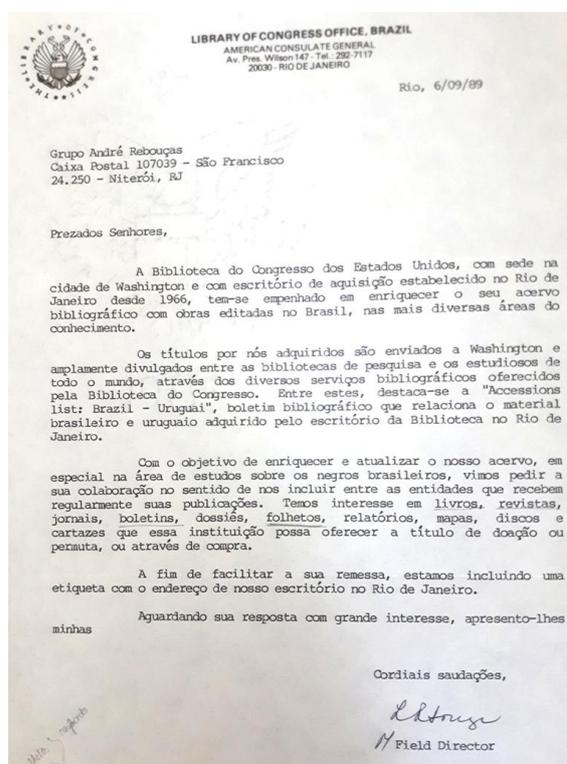


Imagem 16: Correspondência da Latin American Centers

Foto: Acervo do GTAR

O Caderno de Estudos era um “mecanismo de transferência de informações” e as atividades – seminários, participação de encontros do Movimento Negro e produção de palestras em colégios da rede pública e privada – onde se estabeleciam as “relações entre a metodologia considerada científica e a realidade do negro”.

O perfil desta publicação era definido em reuniões de trabalho, e a elaboração da mesma ficava a cargo de uma Comissão Editorial, segundo o Regimento Interno da entidade.⁷⁷ Entretanto, destaque-se essa recomendação dizia respeito a todas as publicações produzidas pelo grupo, considerando que o produto *Caderno de Estudos* somente teve quatro edições. Portanto, a Comissão Editorial das duas primeiras edições se diferenciavam das duas demais, por conta da maturidade intelectual crescente dos integrantes do grupo, pois efetivamente o Caderno de Estudos era “um aprendizado didático” (SEBASTIÃO SOARES).

No histórico, os objetivos norteadores da atividade-mor, ao mesmo tempo delimitavam a linha editorial da publicação e mostrava a relevância dos trabalhos inaugurados nos anos 50/60 com o projeto UNESCO, notadamente com Luis Carlos Costa Pinto, cujos estudos se utilizaram de dados gerados a partir de censos demográficos sobre raça e força de trabalho. O mito da democracia racial fora rompido, assim como foi incorporada uma nova ótica sobre as relações na sociedade escravista.

Nas Ciências Sociais, Hasenbalg [Imagem] seguiu a “escola” de Costa Pinto, que estabelecera o elo entre discriminação e desigualdades raciais. Os estudos baseados nesta tradição provaram a existência de desigualdade racial no país. Em seus estudos, Hasenbalg, sofisticaria as análises feitas anteriormente, sobre a persistência das desigualdades raciais na sociedade brasileira, que se mantém, reproduzem e recriam, ainda na atualidade, mais de um século depois de abolida a escravidão. Na apresentação do livro-tese *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, de Hasenbalg, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, da Escola Paulista, reconhecia ter o trabalho um “novo enquadramento internacional” e, que entre as novidades teórico-metodológicas a descoberta dos “ciclos das desvantagens cumulativas”, que jogavam por terra argumentos como os de “persistência do passado”. (PINTO, 1998; GUIMARÃES, 2016; SEGURARAMIREZ, 2000).

⁷⁷ Documento institucional que integra o acervo do GTAR.

Hasenbalg contribuiu com três artigos, *Alguns aspectos da história social do negro no pós-abolição* (1976), *Alguns aspectos das relações raciais no Brasil* (1977) e *As desigualdades raciais revisitadas* (1979).

No primeiro, *Alguns aspectos da história social do negro pós-Abolição*, traça a trajetória da distribuição da população de cor na Abolição e no processo de desenvolvimento econômico acelerado ocorrido a partir da segunda metade do século XIX. Foram utilizados conceitos do Censo Demográfico do Brasil para a classificação racial e de divisão do país em duas grandes regiões *Sudeste* ou *Brasil desenvolvido* (GB, RJ, SP, PR, SC e RS) e *Resto do país* ou *Brasil Subdesenvolvido*.

O autor fez um apanhado sobre a evolução demográfica desde o início da colonização até um pouco antes da Abolição dos vários ciclos econômicos – açúcar, mineração e café – que determinaram a localização, espaço e tempo da população escrava introduzida no Brasil.

Para ilustrar o padrão de localização geográfica e a composição racial, o sociólogo apresentou como exemplo algumas características específicas da escravidão de Minas Gerais, que com o fim do ciclo da mineração, a população de cor livre alcançou cerca de dois terços da livre e um terço da população total. A pesquisa apontou haver maior concentração de negros como escravizados e de pardos como livres: 80% eram pardos e, somente, 21,2% negros. Essa desproporção indicava uma operação de “princípio racista” de “seleção pelo qual um mulato ou mestiço se manumitia (alforriava) com muito maior facilidade que o negro”. Tal polarização do negro escravo e pardo livre se acentuou no século XIX (HASENBALG, 1976:12).

A mobilidade da população escrava era premeida em função das alternativas regionais e demandas da mão de obra. O que não ocorria com a população de cor livre se formava atrás dos ciclos escravistas e “tendiam a ficar imobilizadas que entravam em decadência”. Primeiro o Nordeste, depois Minas Gerais e depois por onde o café passava (Op. cit.: 13).

Ao comparar os diferentes grupos raciais nas duas regiões, constatou-se que 35% da população branca se concentrava mais no Sudeste enquanto 64% no Restante do país. A população preta estava com 20% no Sudeste e 80% no Restante do país; enquanto a branca estava com 90% no Brasil desenvolvido e 10% no Nordeste. Essa concentração desproporcional se manteve até a chegada da Abolição. O que leva à conclusão de que a população de cor, pretos e pardos, estava localizada “de forma periférica” ao conjunto de possíveis benefícios advindos do desenvolvimento da sociedade urbana e industrial, que

ocorria no Sudeste. Esse condicionamento de distribuição geográfica da população de cor se manteve no pós-abolição e foi reforçado pelo estímulo à imigração europeia com foco no Sudeste, entre 1890 a 1930, no fechamento de espaço socioeconômico para pessoas de cor, e na preferência pelo imigrante nas regiões de maior expansão econômica.

Para o sociólogo, essa “polarização geográfica” que somado à acumulação de desvantagens sobre o grupo cor e o processo de discriminação, que “estão na base da estrutura de *Desigualdades Raciais*, existentes ainda na atualidade no Brasil”. E, que elas, “tanto em termos de educacionais quanto ocupacionais, e em vários outros sentidos, estão determinados por um processo específico de *Discriminação Racial*” (Op. cit.:14).

O artigo *Alguns aspectos das relações sociais no Brasil* (1977) a análise é centrada na ideologia racial vigente no Brasil, que enfatiza a harmonia e democracia raciais, fortes condicionantes sociais que limitam aspirações. É o “credo não-escrito” do “verdadeiro culto de igualdade racial”, que comporta, pelo menos, dois dogmas: a total negação da existência de discriminação racial no Brasil; e que qualquer expressão surgida de uma discriminação racial deve ser atacada por não ser brasileira, “estrangeirismo”, “importação inoportuna” (T. L. SMITH apud HASENBALG, 1977:2). É o que seria o padrão brasileiro de relações raciais conforme Florestan Fernandes: “o preconceito de não ter preconceito”. A ela acrescentou-se outra: “o preconceito de não haver discriminação” (Op. cit.:2).

O sociólogo chama a atenção para a conceituação do tema, que se debruça ao propor classificar em quatro tipos as fontes de discriminação racial: 1) imposto pelo aparato legal; 2) pelas preferências sociais da comunidade minorizada que se chocam com o grupo dominante que se recusa ou não deseja discriminar; 3) os estereótipos derivados da cultura ou outras fontes, produtores de generalizações sobre o caráter do negro, seus hábitos de trabalho e habilidades; 4) circunstâncias de mercado que transformam a discriminação em algo lucrativo para determinados grupos cujo preconceito pessoal contra o negro pode ser, de fato, nominal.

Ao tratar dos efeitos diretos do comportamento discriminatório, Hasenbalg toca em um ponto crucial, “uma organização social racista coloca restrições à motivação e nível de aspirações das pessoas de cor”. Na análise dos mecanismos que obstruem a mobilidade ascendente das pessoas de cor, as práticas discriminatórias dos brancos – abertas ou discretas –, “devem ser acrescentados aos efeitos da internalização desses bloqueadores pelos não brancos, resultante de uma autoimagem desfavorável”.

Para melhor entender, o sociólogo coloca que no Brasil, negros e mulatos tendem, em geral, a “diminuir suas motivações e limitar deliberadamente a competição com brancos”, assim evitam serem “lembrados” de “seus lugares” e “sofrer a humilhação pessoal implícita em incidentes discriminatórios”. Esse “evitamento da discriminação” parecia “se constituir a principal causa da técnica de socialização usada por pais brancos para ajustar aspirações subjetivas às possibilidades objetivas e evitar futuras frustrações em suas crianças.” E, certamente impactam.⁷⁸

Muitas vezes eu não queria ir mais a escola ou não queria ir mais na Kombi, não queria mais falar com as pessoas, essa primeira fase do primeiro grau foi uma fase muito difícil. Tinha uma melhor amiga que era branca [...] ela meio que me defendia, verbalmente. Tentava entender o que estava acontecendo. Ao mesmo tempo nós não tínhamos na escola nenhuma discussão sobre o assunto. Então várias vezes eu fui discriminada pelos professores e eu não tinha como me defender, não tinha instrumentos de defesa.

Minha mãe ia à escola, falava que estavam colocando apelidos sobre meu cabelo em função da minha cor, mas resistiam. Ela dizia que eu devia estar sempre limpa, arrumada, pontual, ser educada, ser inteligente e terminando os estudos, e que dali eu ia tirar meus instrumentos de defesa. Ela sempre dizia isso, e sempre diz. Então em casa, ela era minha referência (CLÁUDIA MAGALHÃES).

A ideologia racial vigente no Brasil determina uma dada harmonia e democracia raciais. Não importa se real: “ela condiciona as manifestações de discriminação, limitando as formas mais virulentas de racismo.” Dissimula-se o racismo, camufla-se, “o componente racial não é explicitado, parece estar associado ao caráter latente do conflito inter-racial e a baixa mobilização política do negro brasileiro, quase negro” (Op. cit.:3).

2.3.2 - O Primeiro Boletim: não dá para esquecer!

O GTAR desenvolveu no segundo semestre de 1980 outro produto: o *Boletim GTAR – Boletim do Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR)*. Em preto e branco, com limitados recursos gráficos, o informativo oficial do grupo apresenta texto disposto em quatro páginas na folha A4 dobrada ao meio. Somente na edição de nº 2 há uma “ilustração”, na realidade, cópia reduzida da imagem da tela “Cabeça de Negro”

78 O estudo de Moema Teixeira (2003:29) sobre as relações raciais através das análises das trajetórias de negros que chegam ao ensino superior e de seus processos de escolha de carreira e projetos de ascensão social ajuda a refletir sobre estes contradiscursos que são inculcados nos jovens que conseguem chegar neste patamar de disputas com o branco.

Lasar Segall que ilustra o Caderno de Estudos em baixo relevo ⁷⁹ para divulgar a Semana de Estudos.

O informativo já aconteceu porque eles já estavam sentindo necessidade, e acabou que foi positivo. Eles já estavam querendo alguma coisa, só não tinham exatamente o quê fazer. De repente eu só somei.

Na realidade, eu sugeri aquilo, mas, já estava latente na cabeça das pessoas, foi só uma questão de execução. Talvez a ideia, já tinham (VALMIRO NUNES).

A divulgação dos diálogos travados ao longo das Semanas de Estudos na universidade pública e em outros espaços aonde qualquer pessoa poderia acompanhar era, para aqueles jovens, fator primordial. Portanto, tinham que estabelecer formas, estratégias para construção de canais de divulgação e, tal como Valmiro enfatiza a proposta estava “no ar”, seu papel foi o de juntar os elementos.

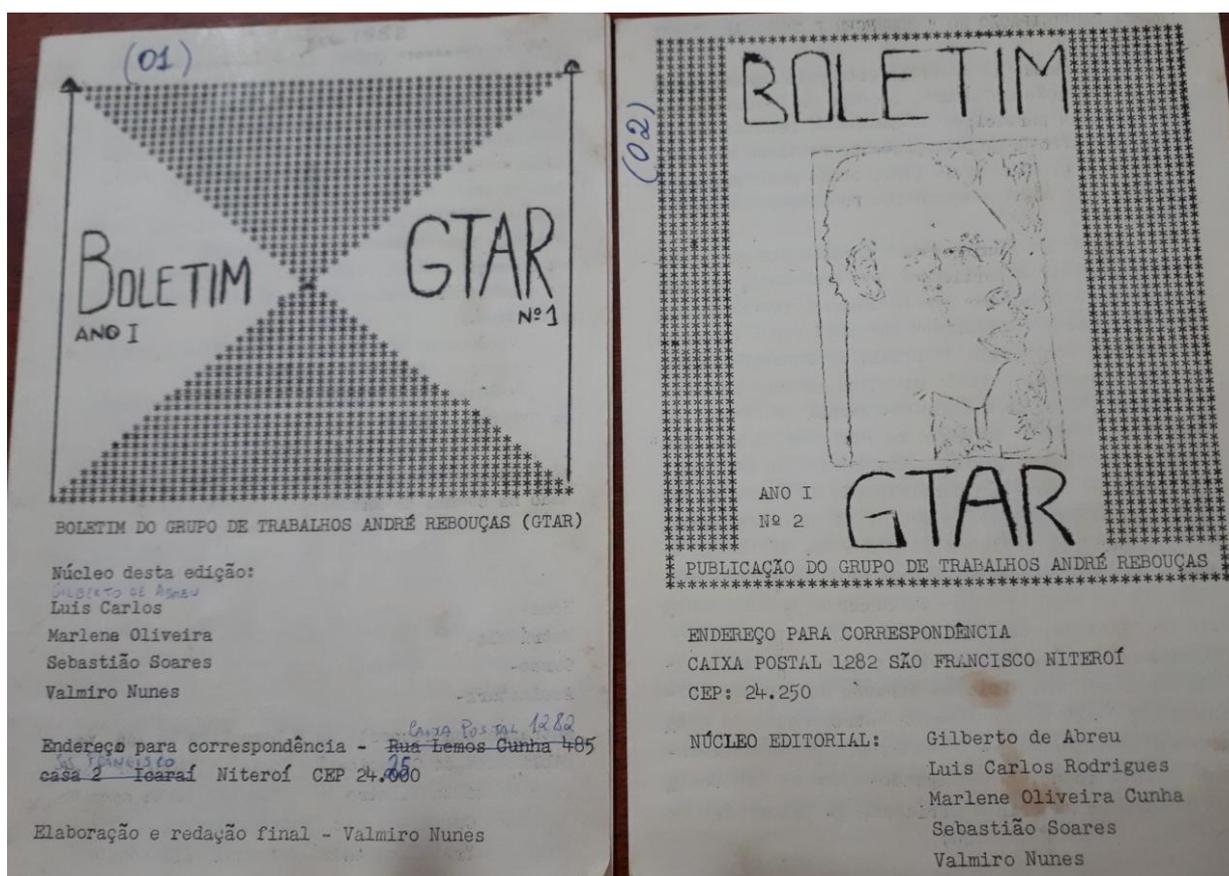


Imagem 17: Boletim GTAR – ANO 1 Nº 1 - 1982 // ANO N. 1 – Nº 2 - 1982

Fonte: Acervo pessoal.

⁷⁹ Como o desenho original tem muita densidade da cor preta, o custo da impressão em copiadora se torna mais caro, por gastar mais tinta. Opta-se, em casos semelhantes, a tirar a densidade colocando a imagem em alto ou baixo relevo.

Talvez o André Rebouças seja o grupo que tenha mais material guardado: 4 cadernos, mais de 15 boletins, jornalista responsável Valmiro Nunes, aluno de jornalismo. Sebastião, sua missão: convencer Valmiro Nunes. Nada melhor do que um aluno de jornalismo ser o editor do boletim.

Aí eu consegui convencer o Valmiro Nunes de entrar para o grupo para ser o editor do boletim. De ser um estágio: não fazia jornalismo? Não tem dinheiro: só conhecimento.⁸⁰ E, ele comprou a ideia. Nosso amigo até hoje, nosso parceiro (SEBASTIÃO SOARES).

Para o então estudante de jornalismo, certamente, um excelente *estágio* no “campo de comunicação”, cujas regras são específicas, como em qualquer campo o são, inclusos princípios e hierarquias.⁸¹ O campo é um espaço simbólico, onde os indivíduos, grupos e estruturas sociais se relacionam e as “leis” não necessariamente estão explícitas.

O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos.

Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos. (...)

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdades, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (BOURDIEU, 1997:57).

Manter-se no campo é aprender a questionar discretamente, silenciosamente. É perceber a conformação da sua estrutura, suas “leis”, os personagens que a compõem – e aos grupos/redes a que estão ligados. Conhecer a trajetória dos órgãos de comunicação e das chamadas “mídias alternativas” e “mídias negras”, que são o contraponto da mídia convencional. Na realidade, o ideal seria desbravar “a história social da evolução das relações entre os diferentes órgãos de imprensa”, mas ela não existe, ainda (Op. cit.: 60).

É precioso também se levantar os perfis de diferentes veículos – não só os da concorrência direta –, públicos, conteúdos, com quem dialogam na estrutura econômica do país, assim como identificar as redes que os mantêm nas posições em que se encontram. Impulsionando outros questionamentos inerentes no percorrer desta maratona para manter-se no “campo jornalístico”, é estar atento à formação humana de toda a cadeia produtiva. Pois é ela que veda ou entreabre portas para que haja a inserção do indivíduo

80 Artigo de Carvalho (2013, p. 147) debate a regulamentação o estágio em jornalismo no Brasil – ver mais informações sobre a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>, acesso em 09 dez 2017.

81 Chartier, 2002, p. 140. Pierre Bourdieu e a história. *Debate com José Sérgio Leite Lopes. Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 139-182.

negro/a em uma redação, em uma pauta jornalística, quiçá um corpo coletivo naturalizado na cadeia produtiva comunicacional do país.⁸²

Portanto, o estágio de Valmiro Nunes foi efetivamente uma rica experiência que não teria em outra redação, como a de fazer duas faculdades em um só tempo:

Na verdade, eu fazia duas faculdades, aquela a qual eu estava matriculado e o André Rebouças. O aprendizado na área de sociologia, na área de antropologia, na área de geografia. Beatriz [determinava] tem que ler Lima Barreto, Machado de Assis (SEBASTIÃO SOARES).

Além dessa perspectiva da formação em relações raciais dialogando com diversas áreas do conhecimento, o estudante exercitava-se no campo da comunicação. A proposta do GTAR era desenvolver estratégias de divulgação de forma criativa, com o mínimo de recursos financeiros e maior abrangência possível.

O boletim foi idealizado para ser um texto didático – os discursos teóricos deveriam ser decodificados, traduzidos, enfim descomplexificados, de forma que todos acessassem os conteúdos sem perda da qualidade dos mesmos – e produzido de forma coletiva. Todos eram aprendentes, na perspectiva freiriana.

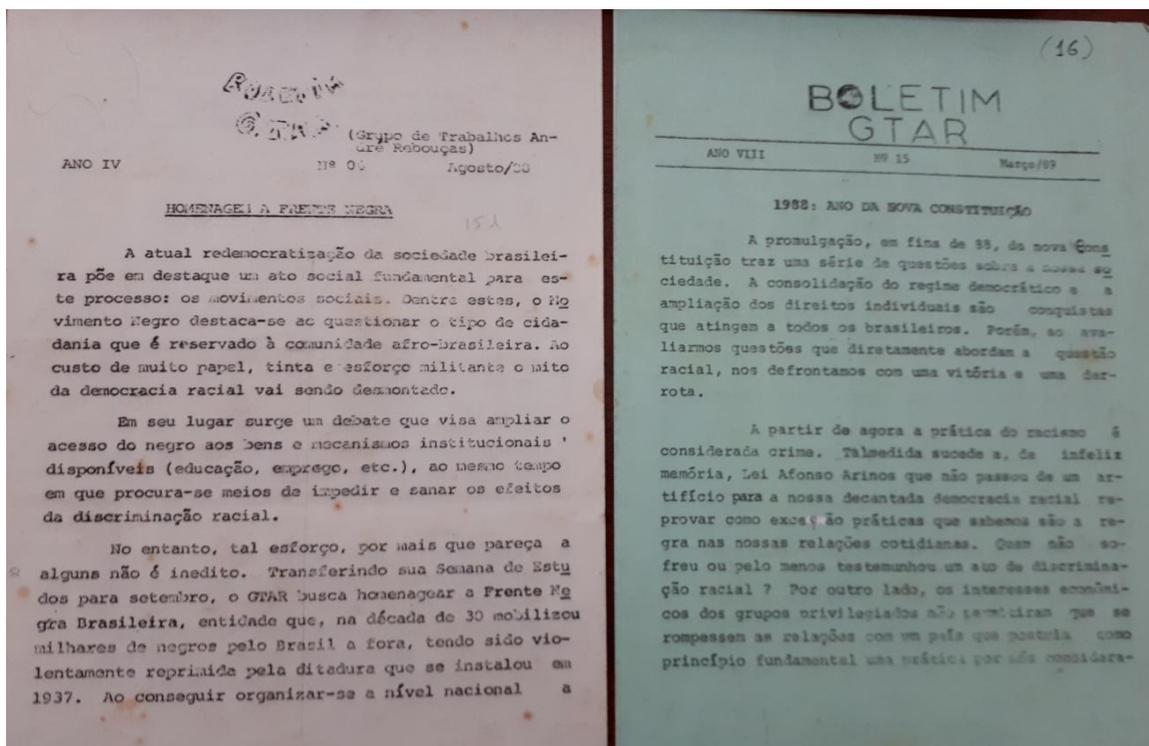
O formato, conteúdo, linguagem, como abordar as pessoas e sensibiliza-las a ler e não jogar fora aquele “papel”, mas vê-lo como um “informativo” capaz de mudar sua visão sobre como se relacionava consigo e com o outro. As experiências das panfletagens eram discutidas no grupo e das avaliações novas recomendações eram postas em prática nas panfletagens seguintes, de modo a aperfeiçoarem essa ação de contato direto com o público.

Essa estratégia que discutíamos nas nossas reuniões de sábado na casa de Marlene, durante a semana na casa de Beatriz. Como é que serão as estratégias para convocar o pessoal para a Semana de Estudos? (SEBASTIÃO SOARES)

82 Para uma análise sobre perfil do universo do jornalista os seguintes autores, TRAVANCAS (1993), MICK E LIMA (2012), PEREIRA (2001), TEOBALDO (1995) e SILVA (2015).

Imagem 18: Boletim GTAR – ANO IV - Nº 4 – AGO/1988 e
ANO VIII – Nº 15 – MAR/1989

Fonte: Acervo pessoal.



Interessante não perder de vista que apesar de o primeiro exemplar ter circulado no período da redemocratização do país, a crise política e econômica deixava tensões no ar. O Brasil vivenciava a reorganização do movimento social como um todo. E, a mobilização negra não ficava apartada desse(s) processo(s), como sempre o esteve na história nacional, em suas variadas facetas ou nomações. Como disse Sebastião Soares, aquele momento foi “um momento duro na questão, porque tinham poucas organizações. Pouca discussão. Poucos conhecimentos. Nós éramos poucos no Brasil, como um todo, discutindo isso” (SEBASTIÃO SOARES).

Inicialmente, o grupo resolvera que a produção dos boletins seria semestral. Pois mesmo sendo um “informativo” com objetivo e público definidos, o grupo – de poucos integrantes – tinha extensa agenda de trabalho da militância, além da agenda acadêmica, afinal, eram todos estudantes e trabalhadores. Portanto, a semestralidade foi uma opção viável conforme as atividades desenvolvidas pela equipe, mas sem rigidez.

Rodamos 2 mil exemplares na gráfica UFF. Os boletins eram rodados na UFF. Os cartazes eram rodados na UFF. Beatriz dizia que o dinheiro da UFF era do Brasil e era nosso também. Esse dinheiro era para rodar os boletins, cadernos, cartazes, todos esses materiais eram rodados na UFF. Pedíamos ao reitor. Ele assinava e rodava na UFF (SEBASTIÃO SOARES).

A busca de alternativas para a produção de seus materiais era uma constante para os integrantes do grupo, Mesmo sendo um trabalho científico e dentro do espaço universitário que trazia mais qualidade para a instituição, nem sempre havia disponibilidade na UFF, apesar dos esforços da direção do ICHF e do empenho de funcionários e professores que tinham interesse na temática. O tema era (e é) marginal e contavam com poucos aliados. Em uma dessas ocasiões, de busca ativa por parcerias para impressão, o grupo contou com o apoio do CEEA, que discutiremos com mais acuro em outro momento.

No tocante ao resultado da panfletagem, Sebastião relata que certa vez, distribuíram cerca de 300 panfletos na estação das barcas de Niterói. “Conseguimos colocar 30 pessoas dentro da UFF que não eram da UFF e os brancos ficavam assustados com a invasão e era invasão mesmo” (SEBASTIÃO SOARES).

Mais do que distribuir os panfletos, o importante era fazer público pegar o material, se disponibilizar a escutar. Se parar, escutar e dialogar. Pronto: a sensibilização já está em andamento. O ideal seria a ida ao evento e, não sendo possível, quiçá guardar o documento como referência. O grupo era procurado por secundaristas para servir de fonte, indicados por professores da rede pública. No meio, também alunos brancos, "como o grupo estava adiantado. fazíamos capacitação (LUIZ CARLOS RODRIGUES).

Em linhas gerais, foram apresentadas a linha editorial do boletim e sua forma de distribuição. A **Tabela 3** mostra, por edição, a composição da equipe de produção.

Tabela nº 3

BOLETIM GTAR – NÚCLEO DE PRODUÇÃO				
Item	Edição	Nº	Ano	Integrantes
01	Ano I	1	1982	Gilberto de Abreu, Luis Carlos, Marlene Oliveira, Sebastião Soares e Valmiro Nunes.
02	Ano I	2	1982	Gilberto de Abreu, Luis Carlos, Marlene Oliveira, Sebastião Soares e Valmiro Nunes.
03	Ano II	4	1983	Gilberto de Abreu, Luis Carlos, Marlene Oliveira, Sebastião Soares, Valmiro Nunes e Rosália Lemos.
04	Ano III	1	1984	Editor Responsável: Valmiro Nunes.
05	Ano III	6	1984	Conselho Editorial: Gilberto de Abreu, Luis Carlos Rodrigues, Sebastião Soares, Valmiro Nunes. Editor Responsável: Valmiro Nunes.
06	Ano III	5	1984	Conselho editorial: Gilberto de Abreu, Luis Carlos Rodrigues, Sebastião Soares, Valmiro Nunes. Editor Responsável: Valmiro Nunes.
07	Especial	-	1984	Valmiro Nunes
08	Ano IV	8	1985	Editor Responsável: Valmiro Nunes Coordenação Geral: GTAR
09	Ano III	7	Jan/1985	Conselho Editorial: GTAR Editor Responsável: Valmiro Nunes Colaboração: Regina Coeli
10	Ano IV	9	Set/1985	-
11	Ano IV	10	Nov/1985	-
12	Ano IV	1	1986	Colaboradores: Cláudia Magalhães, Ivana Garcia, Regina Nunes, Luiz Cláudio Barcelos, Luiz Carlos Rodrigues, Luiz Cláudio de Oliveira, Sebastião Soares, Valmiro Nunes.
13	Ano IV	3	Nov/1987	Colaboradores: Cláudia Magalhães, Regina Nunes, Luiz Cláudio Barcelos, Luiz Carlos Rodrigues, Luiz Cláudio de Oliveira, Sebastião Soares, Sandra Martins e Valmiro Nunes.
14	Ano IV	2	Nov/1987	Colaboradores: Cláudia Magalhães, Ivana Garcia, Regina Nunes, Luiz Cláudio Barcelos, Luiz Carlos Rodrigues, Luiz Cláudio de Oliveira, Sebastião Soares e Valmiro Nunes.
15	Ano IV	4	Ago/1988	Colaboradores: Cátia Costa, Cláudia Magalhães, Luiz Cláudio Barcelos, Luiz Cláudio de Oliveira, Ivana Garcia, Regina Nunes, Sandra Martins, Sebastião Soares, Selma Regina G. Pereira e Valmiro Nunes.
16	Ano VIII	15	Mar/1989	-

Fonte: Com base nos Boletins GTAR. ⁸³

Agora se faz necessário “olhar” o conteúdo. Textos relativamente curtos, com linguagem coloquial o que facilita a assimilação das informações considerando que a publicação não dispõe de ilustrações. Os textos são didáticos e envolvem aspectos histó-

⁸³ Coleção de Boletins do GTAR do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues.

ricos. Um convite ao leitor para conhecer outras narrativas sobre o negro brasileiro é a proposta em geral.

No mês de maio último [1982] estive em visita ao Brasil o Ministro da Cultura da Nicarágua Pe. Ernesto Cardenal. O Grupo de Trabalhos André Rebouças foi convidado a participar de um encontro com o Senhor Ministro, juntamente com outras entidades negras do Rio de Janeiro, a fim de trocar informações sobre a situação do negro no Brasil e na América Central. O evento se deu no CEEA – Candido Mendes.⁸⁴

Entre os editoriais, o associativismo negro, o emprego de sua intelectualidade em prol de possibilidades para que o negro tenha efetivamente acesso à cidadania um dia prometida com a Abolição da Escravatura. E o primeiro, e parece, único, personagem histórico que fazia a defesa do ex-escravo ser indenizado com um pedaço de terra – “reforça agrária”. Este personagem é o titular do grupo, o engenheiro, arquiteto, jornalista, poeta, empresário André Rebouças.⁸⁵

Para nós do GTAR o exemplo de André Rebouças deve ficar bem vivo na memória da Comunidade AFRO-BRASILEIRA. Achamos também que, exemplos de negros como foi Rebouças são dignos de serem nomes de Grupos ou Instituições, que têm na sua ação voltada para uma militância na questão racial brasileira seu significado maior.⁸⁶

A Frente Negra Brasileira foi tema duas vezes, além de ser frequentemente homenageada nas Semanas de Estudo, tendo em uma delas a presença do jornalista e ex-cofundador da FNB, José Correia Leite, fundador de O Clarim d’Alvorada.⁸⁷

Resenha da 9ª Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira

Dia 16/09/83 (sexta-feira) às 19 horas no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF da UFF, situado na Rua São Paulo, 30 – Praça do Valonguinho – Centro – Niterói, abertura oficial com a presença de José Correia Leite, fundador da Frente Negra Brasileira na década de trinta.⁸⁸

A simbologia que envolve o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra⁸⁹ foram temas destacados; assim como o diálogo com a trajetória que culminou com a

84 Boletim Ano I, nº 2, p. 4, do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues.

85 Boletim GTAR Ano II, nº 4, Ano 1983, pp. 1-3; Boletim GTAR Ano IV, nº 10, novembro 1985, pp. 2-3, do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues.

86 Boletim GTAR Ano II, nº 4, Ano 1983, pp. 1, do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues. Neves (2014) analisa a recuperação do nome do arquiteto abolicionista pelo GTAR em *Memória e esquecimento: André Rebouças para o Movimento Negro Brasileiro*.

87 Boletim GTAR Ano II, nº 4, 1983, p. 4; Boletim GTAR Ano IV, nº agosto 1988, pp. 1-3, do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues.

88 Boletim GTAR Ano II, nº 4, 1983, p. 4, do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues.

89 Boletim GTAR Ano IV, nº 10, novembro 1985, p. 1; Boletim GTAR Ano IV, nº 03, novembro de 1987, pp. 2-3.

Constituição Federal de 1988;⁹⁰ entre outros temas. Mas tudo de forma palatável, coloquial envolvente, conforme a abordagem.

Um editorial sobre a falta de apoio institucional e o desinteresse de alunos negros/as de ingressarem no grupo destoa do trabalho desenvolvido de 1975 a 1985, com as Semanas de Estudos, com a publicação dos Boletins, com as palestras e parcerias construídas com professores e outros espaços.

O Grupo de Trabalhos André Rebouças após uma atividade exclusivamente acadêmica propõe-se ampliar seu horizonte rumo ao desenvolvimento do trabalho iniciado com a realização da Semana de Estudos, onde uma bibliografia sobre as Relações Raciais no Brasil foi praticamente criada e um amplo relacionamento / intercâmbio entre a comunidade acadêmica da UFF e professores/pesquisadores de outros locais foi tentado.

As dificuldades no decorrer desse caminho foram aumentando, pois sendo o debate sobre o racismo algo muito delicado dentro da sociedade brasileira, cujos valores europeus ainda persistem, o estrangulamento de grupos com o nosso se faz presente (n) o subconsciente das pessoas cuja colaboração nos é imprescindível ao nível universitário.

Nossa luta pelo reconhecimento do Homem negro deve por isso se fortalecer e continuar.⁹¹

Boletim GTAR Ano IV, nº 10, novembro 1985, p. 1, do acervo pessoal de Luiz Carlos Rodrigues.

90 Boletim GTAR Ano VIII, nº 15, março 1989, pp. 1-2.

91 Boletim GTAR Ano I, nº 1, p. 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi uma narrativa sobre a trajetória do Grupo de Trabalhos André Rebouças – GTAR. Concebido como um grupo de estudos para “pensar”, para produzir conhecimentos científicos e divulgando-os das mais variadas formas.

A proposta basilar do grupo era tentar responder a “insistente indagação”, sobre o que é ser negro no Brasil. Alguns autores nos dão pistas como, Carneiro da Cunha (1985:85) em que no escravismo o negro era associado ao escravo; Gonzalez (1982:13) analisou o lugar que a sociedade definira para ele; em Fanon (2008:108) a representação exterior “sobredetermina” a “ideia” que se faz sobre o negro; Beatriz Nascimento (1982:197) coloca com precisão que “ser negro é uma identidade atribuída por quem nos dominou”.

Os desafios são grandes, mas em termos de identidade, Berriel (op. cit.) afirma que é crucial “determinar o contorno que qualifique o negro na recuperação de sua cultura e de sua história”, o que vai ao encontro do raciocínio de Beatriz Nascimento (op. cit.) que somente acredita em transformações no “nosso futuro” – para melhor –, se “nós” pensarmos “a nosso respeito na condição de ser humano, e acreditemos que o mundo está aí para todos os seres humanos viverem”. Para ela, as contribuições “em termos de vida, em termos de cultura” produzidas pelo negro eram para serem mostradas “a quem quer que seja”.

Afinal, foram quase quatro séculos de desumanização e apropriações indébitas e, “queremos projetar esta experiência para o futuro, para as novas gerações”, não como puro exibicionismo ou pseudo-revanchismo, mas para “contribuir para que o mundo seja um lugar onde as pessoas se respeitem, sem a exploração do homem pelo homem, sem dominados nem dominadores” (op. cit.:198).

No mesmo compasso, Eduardo Oliveira e Oliveira (1977:22) chama a atenção do intelectual negro para seu compromisso étnico e cultural, de que deve se livrar das algemas “dos clichês relativos ao problema do negro”. O “problema do negro” é de “natureza política” e “só de maneira política encontrará sua solução” (op. cit.:27). Neste sentido, o grupo foi concebido para cientificamente problematizar a historiografia produzida na academia utilizando-se do espaço universitário, tendo como alicerces o forte embasamento teórico em construção, portanto, com pesquisadores em início de carreira

e outros em consolidação, aliados as oportunidades que se apresentaram ímpares na ocasião.

Estamos tratando de identidades, do negro, enquanto indivíduo e de grupo, como ele é representado na sociedade. E, a questão dos nomes escolhidos tanto para o GTAR, do arquiteto abolicionista, como da Semana de Estudos, foi meticulosamente pensada, ou melhor, politicamente refletidas para dentro do grupo e percebido externamente.

O extenso nome da atividade incomodou a muitos anônimos na UFF – Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira. Para muitos era demasiadamente grande e pomposo para aqueles acostumados ao imediatismo do consumo rápido aliado ao descarte. Mas não é assim no âmbito acadêmico, o título tem que expressar a intencionalidade da proposta, no caso específico, construir arcabouço teórico-metodológico sobre as variadas perspectivas sobre o negro no Brasil. Portanto, a titulação tinha o apelo do incômodo de quem propunha a reflexão.

Eles não tinham pressa para estabelecer o bom debate na universidade, conquistar parceiros para estabelecer rede de contatos que incluiriam intelectuais acadêmicos ou não de universidades brasileiras e no exterior que desenvolvessem pesquisas sobre o negro no Brasil, conforme defenderam como um de seus objetivos na instalação da 1ª Semana de Estudos em 1975. Considerando que nos anos 70 e 80 as redes sociais eram completamente diferentes em relação ao que se tem na atualidade tecnológica, pensar no estabelecimento de redes de contatos era algo bastante arrojado para o Movimento Negro que se espalhava em várias instituições pelo Brasil. Os recursos eram (como ainda o são) escassos, e os meios mais restritos, portanto a tônica é saber utilizar-se do que se tem.

O GTAR foi pioneiro em atuar em diversas frentes, mesmo com número pequeno, aproveitou bem os recursos midiáticos disponibilizados na época. A questão da comunicação era uma das preocupações dos pensadores do grupo. A difusão dos conhecimentos construídos a partir da indagação que temos do que é ser negro no Brasil. Produziram materiais impressos – Cadernos de Estudos, Boletins, material de divulgação, artigos, audiovisuais – e em uma época em que, para além dos controles sociais, havia mesmo falta de recursos e de tecnologia, por outro lado, talvez houvesse mais solidariedade, mas não a ponto de o grupo conseguir manter-se dentro do espaço acadêmico e ter ampliado na UFF o interesse sobre as questões raciais junto ao quadro de docentes.

Como bem colocam o GTAR há muito que se pesquisar sobre o negro. De acordo com a professora Elaine Monteiro,⁹² ao levantar pesquisas sobre *jongo* no Portal da Capes no ano de 1988 encontrou uma dissertação de mestrado, em 1998, duas, entre 2000 e 2009, 16 de mestrado e uma tese, entre 2010 e 2017, um total de 49 trabalhos. Para ela, duas questões deviam ser observadas: o desinteresse da academia e de seu corpo docente em estimular-se para estudos sobre temáticas etnicorraciais e a amplitude de possibilidades auferidas a partir da entrada do corpo coletivo negro na universidade pública propiciado pela política de cotas.⁹³ Não só a instituição ganhou em qualidade, mas a sociedade brasileira em geral. Tomo a liberdade de creditar o início desta discussão sobre a democratização do espaço acadêmico na UFF para a questão racial, para os grupos secularmente minorizados, ao Grupo de Trabalhos André Rebouças, que, nos anos 70 e 80, conjugava um trabalho com características de movimento social e mais a produção acadêmica. Eram negros intelectuais fazendo militância negra de base acadêmica. O preço foi e é alto, dentro e fora do espaço universitário.

Na universidade, por mais que mostrassem/mostrem qualidade nas suas propostas, tivessem/tenham postura acadêmica, preenchessem/preenchem os pré-requisitos exigidos: os negros intelectuais tinham/têm a “cor do pecado”⁹⁴ e, portanto, o ruído se estabelecia/estabelece, para a aceitação da obviedade das provas enunciadas. Entretanto, como nos ensinara Beatriz Nascimento, também adquiri, os instrumentos para o meu conhecimento através do estudo da História, na qual acredito totalmente. São instrumentos adquiridos na cultura branca ocidental, portanto nada deixo a dever a ele” (NASCIMENTO, 19974 apud RATTS, 2006:98). A pesquisa procurou demonstrar que um pequeno grupo de negros intelectuais buscou num dado momento aproveitar as oportunidades que se apresentavam para constituir, com outros intelectuais brancos, reflexões que dariam os elementos basilares para fortalecer as ações dos movimentos negros que se espriavam em todo o país. O GTAR na UFF se propunha a fazer a mediação, a articulação entre atores sociais dos movimentos negros e o espaço acadêmico.

92 A professora Elaine Monteiro da Faculdade de Educação da UFF e da coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, programa de extensão desenvolvido pela universidade em parceria com as comunidades jongueiras e a Rede de Jovens lideranças Jongueiras do Sudeste. Os dados referem-se a sua apresentação em uma defesa de mestrado no Museu Nacional em 28 de fevereiro de 2017.

93 Lei 12.711/2012 – “lei das cotas” - estabelece o ingresso nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio federais para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas.

94 Telenovela brasileira, da Rede Globo, de 2004, cujo título enfatiza e perpetua a ideia de submissão e inferioridade negra. O estereótipo é trabalhado de forma mais subliminar, sem recorrência a termos como negro ou preto. Em uma sociedade pautada na religião, onde pecar é errado, a cor da pele é associada ao pecado, o que ressalta ser uma ofensa racista mascarada de exaltação à estética, em muito, direcionada a mulheres negras.

Mais do que isso, em outros projetos, possibilitou a reunião desses sujeitos de campos heterogêneos em diálogos frutíferos fora da universidade, junto a instituições de formação de professores.

Havia incompreensões, tanto do lado das instituições oficiais como das entidades negras, inclusa o próprio grupo. Afinal, um grupo é feito por pessoas passíveis de erros, em especial quando carecem de recursos materiais e imateriais, além de lutarem pelas próprias sobrevivências.

Não iremos reprisar o bom trabalho feito pelos dominadores iniciado no Brasil Colônia. Esta é uma atitude de resistência que foca no que tem de ser enaltecido, ou seja, nos elementos “enegrecedores”, na história do negro a partir do próprio negro, em que o seu papel na comunidade é redefinido “no que tange a sua participação no seu próprio processo histórico”.⁹⁵ Do lado das entidades negras, as incompreensões foram estudadas por vários autores e devem ser motivos para novas pesquisas, inclusas sobre o GTAR, que neste trabalho não pude aprofundar, mas o próprio esvaziamento e encerramento do grupo na década de 90 mostrou que várias circunstâncias concorreram para tal, não foi, efetivamente, um só fator, nunca o é: pistas para novos estudos. Entre as questões institucionais as quais tentei divisar, é mister salientar que todos os integrantes que passaram pelo grupo, em alguma medida, levaram para seu cotidiano laboral a filosofia andrereboucista, que, certamente, podem vir a ser temas de pesquisas em várias áreas. No escopo desta pesquisa, infelizmente não houve tempo ou mesmo capacidade para tanto, mas nenhum texto se encerra em si mesmo, portanto, outros estudos se fazem necessário. Os hiatos, os esquecimentos, a invisibilidade de dos/as intelectuais negros/as e do associativismo negro deve também ser refletido pela ausência de pesquisas.

O que nos importa ressaltar é que o GTAR produziu um trabalho impactante, que deu um grito de alerta sobre a cultura desse país, em função de sua pluralidade. Desenvolveram processos, se possibilitaram a dupla pedagogia, como intelectuais orgânicos, na perspectiva gramscianiana, foram porta-vozes da sua gente para fora, para a sociedade global e ao mesmo tempo foram educadores de sua gente. É a ampliação do saber negro e acabaram desconstruindo os obstáculos metodológicos para um dado momento, pois a cada caminhada, novo projeto, novos desafios despontam e com eles o retorno ao planejamento, aos estudos em busca de novas metodologias. O GTAR em sua bibliogra-

95 Projeto Contribuição do Negro na Formação Histórica do Município de Niterói. Mimeo. GTAR. s.d.

fia comparou a produção do negro ontem e hoje. E, a universidade não soube aproveitar, infelizmente.

Porém, mesmo na insistente determinação de se manter apartada da realidade da pluralidade da sociedade brasileira e, a universidade haver negligenciado organizações como o GTAR, a resistência secular do povo negro levou seus integrantes e outras organizações a outros campos. Mais especificamente, no que tange as relações da universidade sobre esta temática, questionando seu papel na produção epistemológica que embasam as políticas públicas focalistas na perspectiva de transformações do atual quadro crescente de paralelismos entre brancos e negros. E, mesmo, sobre as responsabilidades que essa instituição secular tem para com a qualidade da formação propiciada ao seu público afeto e que por extensão desembocam na/para a sociedade brasileira.

O GTAR iniciou os debates num dado lugar, num dado momento, numa dada situação. Teve seus méritos, suas vicissitudes. Caminhou até onde pode. Buscou se reinventar. Os integrantes do grupo, desde a sua primeira geração, até a última, todos se graduaram e desenvolveram ações no seu campo de trabalho com a temática racial. Uma pauta para futuros estudos seria como esta caminhada se deu. Sabemos que, pelo menos, dois ex-integrantes finalizaram suas pós-graduação e um tornou-se acadêmico. Qual a produção desses sujeitos que tiveram esta experiência com os postulados de Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira, Marlene Oliveira Cunha, Maria Maia Berriel, Carlos Hasenbalg? Considerando que o próprio professor Eduardo buscou levar essa experiência para o núcleo que procurava montar na UFSCar. No campo da comunicação, quais as contribuições podem ser divisadas lembrando que a base do GTAR era a comunicação. São caminhos a serem trilhados.

Enquanto grupo seguiu no espírito de Zambi. Os frutos se desdobraram em outras plagas. Sequenciadas? Certamente, que não. Outros atores, outros sujeitos: SENUN, NEABs, ABPN, Lei 10639/2003, Feira Afro-Brasileira no Colégio Estadual Conselheiro Macedo Soares, Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento, Copene, Seminário Afro-Brasil, Encontros e Reencontros: História e Cultura Africana e Diásporas com a União dos Estudantes Africanos e da Diáspora (UFRJ/Fundão), JAAE – Jornada Afro-Acadêmica de Estudos/UFRJ, Coletivos Negros, 1ª Delegação Afro-Brasileira na 1ª Conferência Mundial de Humanidades em Liège na Bélgica. O Instituto de História/UFRJ ofertou, em 2017, a disciplina, optativa para a graduação, Raça e Pensamento Social Brasileiro. No PPGHC/UFRJ, na disciplina *Pós-Abolição no Brasil - O Associativismo Negro*, professores e alunas/os negros/as dividiram saberes nu-

ma agenda acadêmica com trocas geracionais entre pesquisadores e ativistas se completando, todos na compreensão de que as perguntas são motivadoras e que o GTAR nos embasava e estimulava. Quanto à inatividade do grupo, fica uma questão no ar: vulcões inativos podem volta a entrar em erupção?

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

_____. Entrevista com José Maria Nunes Pereira. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 121-156, mar. 2007. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2563/1525>>. Acesso em: 16 Jan. 2017.

_____. Manual de história oral. FGV Editora. Rio de Janeiro, RJ. 2004. 3ª edição.

ANDREWS, George Reid. Mobilização política negra no Brasil, 1975-1990. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 63, n.2, p. 13-39, jul./dez. 2015. Editora UFPR.

ARAUJO PEREIRA, Amilcar. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

AZEVEDO, Thales de. *As Elites de Cor, Um Estudo de Ascensão Social*. Brasileira: São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1955

AUGUSTO DOS SANTOS, Sales. A Metamorfose de Militantes Negros em Negros Intelectuais. *Revista Mosaico – Volume 3 – Número 5 – 2011*, pp. 103-125.

BAPTISTA, Karina Cunha. *O diálogo dos tempos: Memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros*. Dissertação (Mestrado) – História – UFF. 2002. Rio de Janeiro.

BARBOSA, Márcio (org.) (1998). “Frente Negra Brasileira: Depoimentos/entrevistas e textos”. *Quilomboje*, São Paulo.

BARCELOS, Luiz Claudio. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBa, Salvador, n. 17, pp. 187-210, 1996.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do estado de São Paulo. In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BERRIEL, Maria Maia de Oliveira. *A Identidade Fragmentada: As muitas maneiras de ser negro*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – 1988.

_____. O negro – uma identidade em construção. In: *Cadernos do ICHF*. Universidade Federal Fluminense. ICHF/UFF. Nº 33 – Set 1990.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In BORGES, Roberto Carlos da Silva; e BORGES, Rosane. *Mídia e Racismo*. Petrópolis, RJ: DP. ET Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. 2a. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Marcos. *Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Mazza Edições. 2002.

CARRANÇA, Flávio. O combate ao racismo nos meios de comunicação: a experiência dos sindicatos de jornalistas. In: SILVA BORGES, Roberto Carlos & BORGES, Rosane. *Mídia e racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF : ABPN, 2012, pp. 154-177.

CARVALHO, Guilherme. A caminho da regulamentação? O estágio em jornalismo no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Brasília, v. 3, n. 13, p. 146-167, jul./out. 2013, disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>, acesso em 09 dez 2017.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Debate com José Sérgio Leite Lopes. Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 139-182.

COSTA, Haroldo. *Fala crioulo*. Prefácio de Jorge Amado. Rio de Janeiro: Record, 1982.

COSTA PINTO, Luis Carlos. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1983.

CUNHA, Marlene de Oliveira. *Em busca de um espaço: a linguagem gestual no candomblé de Angola*. Dissertação (Mestrado) Antropologia Social – Universidade de São Paulo – 1986.

DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo. Selo Negro, 2008.

_____. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, 2014, p. 251-281.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: *Cadernos Negros*. Vol. 13, São Paulo, 1990. Disponível em < <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/prosaepoesia/0151.html>>, acesso em 23 mar. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A Universidade Brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis. Editora Vozes, 1977.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*, São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERREIRA, Tiago. *O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar*. Disponível em <<https://www.vix.com/pt/ciencia/547185/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar>>, acesso em 23 abr 2018.

FREITAS, Jorge Roberto. *A imprensa negra: a trajetória visível*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

GAMA PEREIRA, Ludmila. A ditadura empresarial militar na Universidade Federal Fluminense: a Assessoria de Segurança e Informações e a sistematização do controle, da censura e da repressão aos docentes nos anos 1970. In: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) (org.) *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017- De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917)*. Niterói, agosto de 2017. Disponível em <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC86/mc861.pdf>>, acesso em 25 jan 2018.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: *Memória e Espaço*. COSTA, Icléia T. Magalhães e GONDAR, Jô (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder - Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo. (1945 – 1988)*. Editora EDUERJ. 1986.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JESUS, Marize Conceição de. *O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – 2015.

KÖSSLING, Karin San't Anna. *As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)* – Dissertação (Mestrado) História Social – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2007.

MARTINS DA SILVA, Sandra. Por uma visibilidade étnica: imprensa, jornalistas e identidades raciais — uma abordagem sobre a campanha Nacional de Autodeclaração Étnico-racial. *Anais do I Congresso de Pesquisadoras(os) Negras(os) do Sudeste*. COPENE SUDESTE – ABPN. 06 a 08 de agosto de 2015. UFRRJ – Nova Iguaçu – RJ. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BwyWMqxOKBp6N0JDS2doRWdSV00/view>>. Acesso em: 20 maio 2016.

- MICK, Jacques; LIMA, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro – características, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MONTEIRO, Helene. *O ressurgimento do Movimento Negro no Rio de Janeiro na década de 70*. Dissertação (Mestrado) Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro – 1991.
- NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. In: *Revista de Cultura Vozes*, v. 68, n. 7, p. 65-68, 1974.
- _____. Por uma história do homem negro. In: *Revista de Cultura Vozes*, v. 68, n. 1, p. 41-45, 1974.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: um certo número de ideias para uma irrestrita história social do trabalho. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGOS, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.
- NEVES, Luciana Rumão. *Memória e esquecimento: André Rebouças para o Movimento Negro Brasileiro*. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, RJ.
- NUNES PEREIRA, José Maria. Os estudos africanos na América Latina: um estudo de caso. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba. Buenos Aires. 2008. pp. 277-298, disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/cea-unc/20121213122707/16nune.pdf>>, acesso em 16 mar 2016.
- PEREIRA, João Baptista Borges. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. 2ª Ed. – São Paulo: Editora da Universidade, 2001.
- PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *As associações dos homens negros de cor e a imprensa negra paulista: movimentos negros, cultura e política no Brasil republicano (1915-1945)*. Belo Horizonte: Daliana, 2006.
- RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial: São Paulo, 2007.
- _____. J. P.. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. In: *NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 1, p. 28-39, 2011.
- _____. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no Movimento Negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). *O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Ensaio, 2009.

_____. GARCIA, Allysson Fernandes. Outras histórias: Beatriz do Nascimento por Alex Ratts. In: *Padê: Est. Em Filo., Raça, Raça, Gên., e Dir. Hum.*, Brasília, v.1, n. 1/2, p. 123-132, jan./dez. 2009.

ROCHA, Wagner Neves. Dupla experiência nos anos de chumbo. In: ASPI/UFF. Novembro 1998 – Ano VI – Nº 9, p. 1-4.

ROMÃO, Jeruse. (org.) Introdução. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 110-154, mar. 1999.

_____. *Saber do negro*. 2015. 1m Ed, Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SALLES, Moacyr. & STAMPA, Inêz. Ditadura militar e Trabalho docente. In: *Memória e Documentos*. Trabalho Necessário. Ano 14, n. 23, 2016, disponível em <www.uff.br/trabalhonecessario>, acesso em 26 jan 2018.

SEGURA-RAMÍREZ, Héctor. *Revista Estudos Afro-Asiáticos e Relações Raciais no Brasil (1978-1997): elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil*. Dissertação (Mestrado) Antropologia Social – Universidade Estadual de Campinas – 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro – Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do século XIX*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SILVA, Joselina da. Debates e reflexões de uma rede: a construção da União dos Homens de Cor. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 225-248.

SOARES FILHO, Adauto Martins. O recorte étnico-racial nos Sistemas de Informações em Saúde do Brasil: potencialidades para a tomada de decisão. In: WERNECK, Jurema, BATISTA, Luís Eduardo; LOPES, Fernanda (Orgs.). *Saúde da população negra*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, Brasília, DF:ABPN, 2012, pp.49-69.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Ed. Graal. 1983.

SOUZA SANTOS, Jordana. Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 12 – Novembro de 2009 – Ano IX, pp. 147-153.

TADEU DA SILVA, Tomaz. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte. Autêntica. 1999.

TEIXEIRA, Moema De Poli. “Negros e Universidade” Identidade e Trajetórias de Ascensão Social no Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TEOBALDO, Délcio. *Teleintérprete: o jornalista entre o poder e o público*. Rio de Janeiro> Litteris Ed., 1995, 56p.

TRAPP, Rafael Petry. Eduardo de Oliveira e Oliveira sobre a USP: “nós temos direito a essa instituição”. In: *Portal Geledés*. 2017. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/eduardo-de-oliveira-e-oliveira-sobre-usp-nos-temos-direito-essa-instituicao/>>, acesso em 20 set 2017.

_____, Utopias negras: Eduardo de Oliveira e Oliveira, educação e questão racial no Brasil (anos 1970). *Revista de História e Historiografia da Educação* - ISSN 2526-2378 Curitiba, Brasil, v. 1, n. especial, p. 214-236, julho de 2017 DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i0.52261>

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993. – (Novas Buscas em Comunicação; v. 43).

TV CULTURA DE SÃO PAULO. *O Negro da Senzala ao Soul*. Reportagem de Gabriel Priolli. 1977. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A&t=759s>>, acesso em 20 março 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Resumo de Despacho e Decisão. In: *Boletim de Serviço*. Auxílio Funeral. Ano XLVIII, n. 173, 11 nov 2013, seção II, p. 018. Disponível em <http://www.noticias.uff.br/bs/2013/11/173-2013.pdf>>, acesso em 20 mai 2017.

VASCO, Julio (Coord.). Memória de Niterói: 12 depoimentos. Niterói: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2002. 304 p. il. (Projeto da Imagem e do Som de Niterói). Conteúdo: Luis Antonio Pimentel, Nilo Neves, Jorge Loretti, Mestre Afonso, Ir-mão Amadeu, Lizair Gruarino, Togo de Barros, Carequinha, Horacio Pacheco, Emmanuel de Macedo Soares, Israel Pedrosa, Nelson Pereira dos Santos.

VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e Projeto*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, número 95, 1988.

VIANA. Elizabeth do Espírito Santo. Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990. Dissertação (Mestrado) História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro – 2006.

VIEIRA, Ribas José. A Universidade Federal Fluminense: de um projeto adiado a sua consolidação institucional. Subsídios para uma interpretação. CEUFF. S.n.t. s.d.

ZAMPARONI. Valdemir D. Os Estudos Africanos no Brasil: Veredas. In: *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v. 4, n. 5, jan/jun. 1995, pp. 105-124.

Fontes Consultadas

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ARQUIVO NACIONAL -
Acervo Regime Militar – BR_DFANBSB_74_REX_IBR_0009_p90-91.pdf
Jornal do Brasil (13 de setembro de 1986)
Jornal Maioria Falante (Abri/Maio de 1990)
Jornal O Globo Niterói (10 de setembro de 1989)

Filmografia

GERBER. Raquel. Orí. Pesquisas, texto e narração: Beatriz Nascimento. Fotografia adicional: Adrian Cooper, Jorge Bodanzky e Pedro Farkas. Trilha sonora: Naná Vasconcelos. Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda. 989/Restauração digital. 2008, 91 min.

Consultas a Sites

Lei nº 13.185/2016 sobre “bullying”. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>>, acessado em 22 Fev 2017.

Mapas que ilustram a segregação racial no Rio de Janeiro produzidos pelo estudante de geografia da USP, Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão. Disponível em
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151109_mapa_desigualdade_rio_cc>, acesso em 20 janeiro 2018.

Fontes

CUNHA, Marlene de Oliveira; SOARES, Sebastião; NASCIMENTO, Rosa Virgínia; VENTURA, Ana Maria (org.). Histórico. In: *I Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. UFF/ ICHF, 1976, p. 02.

GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 1989*. Mimeo.

_____. Estatuto, 1979, Niterói: RJ. 5 p.

_____, Estatuto, 1986 Niterói: RJ, 5 p.

_____. (Coord). Histórico. In: *III Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. UFF/ ICHF, 1978, pp. 01-02.

_____. *Boletim do GTAR*, 1982, nº 1, Ano I.

_____. 1982, nº 2, Ano I.

_____. 1983, nº 4, Ano II.

_____. 1984, nº 1, Ano III.

_____. 1984, nº 6, Ano III.

_____. 1984, nº 5, Ano III.

- _____. 1984, Especial.
 _____. 1985, nº 8, Ano IV.
 _____. Jan./1985, nº 7, Ano III.
 _____. Set./1985, nº 9, Ano IV.
 _____. Nov./1985, nº 10, Ano IV.
 _____. 1986, nº 1, Ano IV.
 _____. Nov./1987, nº 3, Ano IV.
 _____. Ago./1989, nº 4, Ano IV.
 _____. Mar./1989, nº 15, Ano VIII.

BERRIEL, Maria Maia de Oliveira. Uma bibliografia sobre o negro. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *II Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1977, pp.60-75.

_____. *Um estudo sobre a ideologia racial brasileira*. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *III Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1979, s.nd.

ELBEIN, Juana. Transmissão do Axé – religião e negritude. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *III Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1978, pp. 27-36.

FREITAS, Décio Freitas. O sistema escravista brasileiro como origem da situação do negro atual no Brasi. FREITAS, Décio Freitas. O sistema escravista brasileiro como origem da situação do negro atual no Brasil, pp. 45-59.

GLASGOW. Roy. O desenvolvimento da consciência negra no Caribe com algumas referências no Brasil. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *II Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1977, pp.17-21.

GUIMARÃES, Reginaldo. O negro na ficção de Machado de Assis. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *III Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1978, pp. 15-26.

HASENBALG. Carlos. Alguns aspectos da história social do negro no pós-abolição. In: CUNHA, SOARES, NASCIMENTO, VENTURA, 1976: s.n. *I Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1976, pp. 10-16.

_____. *As desigualdades raciais revisitadas*. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *IV Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1979 pp. 1-9.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Culturalismo e contracultura. In: CUNHA, SOARES, NASCIMENTO, VENTURA, 1976. *I Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1976, pp. 02-06.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e. Etnia e compromisso intelectual. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *II Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1977, pp. 22-28.

PEREIRA, Manuel Nunes. Casa das Minas de São Luiz do Maranhão. In: CUNHA, SOARES, NASCIMENTO, VENTURA, 1976: *I Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1976, pp. 26-28.

SALLES, Vicente. O negro na Amazônia. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *II Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1977, pp.29-38.

SILVERSTEIN, Leni. Mãe de todo mundo: modos de sobrevivência nas comunidades de candomblé na Bahia. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *III Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1978, pp. 36-59.

TURNER. Michael. A vinda do Islã para o Brasil no séc. XIX e o impacto da religião muçulmana na formação de afro-brasileiros. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *III Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1978, pp. 8-14.

VELHO, Ivone. Análise crítica sobre os Cultos Afro-brasileiros. In: GRUPO DE TRABALHOS ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *III Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF/ ICHF, 1978, pp. 5-7.

Anexos

Imagem 01 – Relatório do DSI sobre a historiadora Beatriz Nascimento.

Racismo.

RET. JBR. 9, P. 30/233

CONFIDENCIAL

18-06-79

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR MINISTRO DE ESTADO

DSI
MARIA BEATRIZ DO NASCIMENTO.

Sobre MARIA BEATRIZ DO NASCIMENTO, citada no telegrama nº 335, de 15 de junho corrente, recebido da Embaixada em Luanda, consta, no arquivo da DSI, apenas a referência abaixo transcrita, extraída de Informação confidencial recebida da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, que versa sobre aspectos do problema do "ra^{co}cismo negro" no Brasil.

'O "Movimento "BLACK" originou-se nos ESTADOS UNIDOS, com uma maior divulgação da música "soul" e, por intermédio das gr^{av}vadoras multinacionais, penetrou em vários países com população negra jovem, onde essas próprias empresas incentivam o movimento, com o intuito de auferir lucros com a venda de discos.

Encarado como uma manifestação primordialmente comercial, os grupos "soul" passaram, também, a aglutinar, em torno de seus líderes, elementos que viam no novo movimento uma maneira de demonstrar, à sociedade branca dominante, a sua autenticidade e criatividade. Tais elementos passaram a exigir de seus líderes manifestações de antagonismo racial que, por conveniência ideológica, eram registradas com destaque pela imprensa infiltrada e/ou sensacionalista.

Na esteira dessas manifestações, pessoas de maior lastro cultural sentiram-se estimuladas a expor suas idéias sobre o problema. Dentre estas, destaca-se a historiadora e socióloga MARIA BEATRIZ DO NASCIMENTO que, em entrevista publicada na revista "Manchete", edição de 21 de agosto de 1976, sob o título "O NEGRO VISTO POR ELE MESMO", defende a tese de que o negro precisa conscientizar-se de sua própria força. Entre outras coisas, afirma que "...não foi apenas a necessidade de fugir que permitiu o estabelecimento da sociedade quilômbola. Foi, isso sim, a capacidade de criar uma sociedade alternativa, com valores próprios, diferentes dos valores dominantes na sociedade em que os negros foram integrados à força". "...é ao organizar sua própria sociedade que o negro se a-

CONFIDENCIAL

AM

Imagem 16: Library of Congress Office, Brazil

